



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de São José do Rio Preto

Vanessa Gimenez Ferreira

**A Prestação de Serviços à Comunidade a partir do relato de jovens  
que cumpriram esta medida socioeducativa**

São José do Rio Preto

2022

Vanessa Gimenez Ferreira

**A Prestação de Serviços à Comunidade a partir do relato de jovens  
que cumpriram esta medida socioeducativa**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Profa. Dra. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

São José do Rio Preto

2022

F383p

Ferreira, Vanessa Gimenez

A Prestação de Serviços à Comunidade a partir do relato de jovens que cumpriram esta medida socioeducativa / Vanessa Gimenez Ferreira. -- São José do Rio Preto, 2022

141 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientadora: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

1. Prestação de Serviços à Comunidade. 2. Socioeducação. 3. Jovens. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Vanessa Gimenez Ferreira

**A Prestação de Serviços à Comunidade a partir do relato de jovens  
que cumpriram esta medida socioeducativa**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz  
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto  
Orientador

Prof. Dr. Raul Aragão Martins  
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Debora Cristina Fonseca  
UNESP – Câmpus de Rio Claro

São José do Rio Preto

19 de agosto de 2022

*Aos jovens que me permitiram adentrar em suas histórias de vida, para assim podermos contribuir com a ciência em nosso país.*

*Dedico*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos e todas que vivenciam este percurso comigo, especialmente a minha orientadora Luciana, que possui enorme capacidade de acolher, com quem aprendo muito sobre o tema que estudamos e com quem vivencio construção de valores.

Um agradecimento especial ao professor doutor Raul Aragão Martins, que caminhou comigo e Luciana, após a qualificação e o redesenho de nossa pesquisa. Seu conhecimento agregado à gentileza possibilitou-nos corrigir percursos metodológicos.

Minha enorme gratidão aos professores da banca de qualificação que proporcionaram mudanças de percursos, as professoras doutoras Telma Vinha e Karine dos Santos. Obrigada aos professores que aceitaram participar da banca de defesa, a professora doutora Debora Cristina Fonseca e o professor doutor Raul Aragão Martins.

Minha gratidão, a minha mãe, a meu pai, a meu irmão e a meus sobrinhos que compreendem momentos de minhas ausências.

Meu agradecimento especial ao meu companheirinho, meu cachorro Kaká, que me acompanha nos dias de estudo.

A caminhada foi possível pela parceria cotidiana com minha companheira de vida há seis anos Janaina Darli Duarte Simão.

Sou muito agradecida aos professores que contribuíram com o projeto e analisaram o instrumento da entrevista semiestruturada: Ana Maria Klein, Leonardo Lemos de Souza, Raul Aragão Martins e Tatiana Noronha de Souza.

Meus agradecimentos aos colegas “virtuais” do mestrado, mas especialmente à Paula Toledo, pelo valor da solidariedade, todas as vezes em que tive dúvidas, ela esteve de prontidão para auxiliar.

Um especial agradecimento à Seção de Pós-graduação e ao profissional Erick Cursino Vivan que sempre acolheu as dúvidas e deu retorno com prontidão.

Aos meus colegas de trabalho da Assistência Social, grupos de estudos e grupos de pesquisa, agradeço pelas trocas de ideias e reflexões sobre os caminhos e descaminhos das políticas públicas para a juventude (s). Um agradecimento especial a minha colega de trabalho Helena Cristina Marangoni, pelo apoio na realização da

pesquisa e pelo grande interesse no tema da juventude, bem como no abrir caminho para pensar políticas públicas.

## RESUMO

O tema desta dissertação perpassa o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata do ato infracional praticado por adolescentes. Esses são definidos como pessoas de 12 a 18 anos de idade, que são inimputáveis, cabendo as medidas específicas de proteção, dentre elas, a de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A medida envolve a realização de atividades em entidades, com ações que devem ser voltadas para a comunidade e com metodologia pedagógica, de modo que o jovem não seja colocado para trabalhar para a entidade bem como em atividades inadequadas. O objetivo geral é investigar a percepção de jovens que cumpriram a PSC em um município de porte médio do interior do estado de São Paulo e os dois objetivos específicos consistiram em levantar as atividades que foram desenvolvidas pelos adolescentes na PSC e, a partir do relato deles, alguns resultados desta medida socioeducativa estudada. A natureza da pesquisa é qualitativa, com finalidade social, exploratória e aplicada. A metodologia é composta por pesquisa bibliográfica, análise dos documentos oficiais referentes à PSC e pesquisa de campo composta por questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada com oito jovens que cumpriram a PSC entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020. O referencial teórico é composto por três temas: discorre-se sobre as juventudes, seguida da história da criança e adolescente no Brasil e por fim aborda-se sobre a socioeducação e o trabalho desenvolvido no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade pela UFRGS. Realizou-se análise de conteúdo das entrevistas e foram levantadas doze categorias as quais responderam os objetivos específicos. A medida socioeducativa é sancionatória no âmbito da sentença judicial, mas precisa garantir aprendizagem socio pedagógica com atividades voltadas para a comunidade. Conclui-se que é urgente romper com a Doutrina da Situação Irregular e com o contexto histórico de que o jovem é problema, de criminalizar o jovem pobre, negro, da periferia e romper com as intervenções pautadas no trabalho como sanção-punição.

**Palavras-chave:** Prestação de Serviços à Comunidade. Socioeducação. Jovens.

## **ABSTRACT**

The theme of this dissertation goes through article 103 of the Statute of Children and Adolescents, which deals with the infraction committed by adolescents. These are defined as persons between 12 and 18 years of age, who cannot be held responsible, with specific protection measures, among them, the Provision of Services to the Community (PSC). The measure involves carrying out activities in entities, with actions that must be focused on the community and with pedagogical methodology, so that the young person is not placed to work for the entity as well as in inappropriate activities. The general objective is to investigate the perception of the adolescents who completed the measure in a medium municipality in the interior of the state of São Paulo and the two specific objectives consist of a survey not only of the activities developed by the adolescents, but also some results of the measure, based on their report of the experience. The nature of the research is qualitative, with a social, exploratory, and applied purpose. The methodology consists of bibliographic research, analysis of official documents referring to the rendering of services to community and field research consisting of a sociodemographic questionnaire and semi-structured interview with eight adolescents who completed the measure between January 2019 and February 2020. The theoretical framework is composed of three themes: first there is a discussion about the youth, followed by the history of children and adolescents in Brazil and finally, socio-education and the work developed in the Community Service Program by UFRGS. Then, a content analysis of the interviews was carried out and twelve categories were raised responding to the specific objectives. The socio-educational measure has a sanctioning nature within the scope of the judicial sentence, but it needs to guarantee socio-pedagogical learning with activities aimed at the community. It is concluded that it is urgent to break with the Doctrine of the Irregular Situation and with the historical context that adolescents are a problem, to criminalize poor, young black people from the periphery and break with interventions based on work as a sanction-punishment.

**Keywords:** Rendering of Services to Community. Socio-Education. Adolescents.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Relação dos produtos acadêmicos sobre PSC selecionados nas bases BDTD e Periódicos CAPES. ....	23
<b>Quadro 2.</b> Legislações de trabalho para a infância de 1894 a 1918. ....	55
<b>Quadro 3.</b> Caracterização das entrevistas. ....	71
<b>Quadro 4.</b> Caracterização sociodemográfica: idade, gênero, cor e religião. ...	80
<b>Quadro 5.</b> Caracterização de relacionamento, escolaridade, profissão e renda.	81
<b>Quadro 6.</b> Correlação dos objetivos específicos e resultados. ....	83

## LISTA DE GRÁFICO

<b>Gráfico 1.</b> Contatos com a amostra de 65 jovens. ....	70
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CMDCA</b>	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
<b>LA</b>	Liberdade Assistida
<b>MSE</b>	Medida Socioeducativa
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil
<b>PSC</b>	Prestação de Serviços à Comunidade
<b>SCFV</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>VIJ</b>	Vara da Infância e Juventude

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1 <i>Breve trajetória e apresentação da pesquisadora</i> .....	14
2 <i>Tema, objetivos da pesquisa e organização da dissertação</i> .....	16
2.1 <i>Objetivo geral</i> .....	19
2.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	19
<b>CAPÍTULO I – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>21</b>
1 <i>Publicações encontradas na pesquisa e síntese integradora</i> .....	23
1.1 <b>Bloco 1: pesquisas que apontam como a PSC não efetiva a dimensão socioeducativa</b> .....	26
1.2 <b>Bloco 2: Experiências socioeducativas na PSC</b> .....	31
1.3 <b>Bloco 3: Revisão da produção sobre PSC</b> .....	38
1.4 <b>Síntese integrativa</b> .....	39
<b>CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>42</b>
1 <i>Fundamentação teórica: juventudes e Psicologia sócio-histórica</i> .....	43
2 <i>Um passado que não fechou portas</i> .....	47
3 <i>Socioeducação</i> .....	58
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA</b> .....	<b>66</b>
1 <i>Participantes</i> .....	67
1.1 <i>Instrumentos</i> .....	67
1.1.1 <i>Questionário Sociodemográfico</i> .....	67
1.1.2 <i>Entrevista semiestruturada</i> .....	68
1.2 <i>Procedimentos</i> .....	69
1.2.1 <i>O fluxo da PSC no município – entrevista com técnico</i> .....	71
1.2.2 <i>Como se inicia</i> .....	72
1.2.3 <i>A relação com a comunidade</i> .....	75
1.2.4 <i>Avaliação da PSC após o desligamento do jovem</i> .....	75
1.2.5 <i>Acompanhamento após o desligamento da PSC</i> .....	75
1.2.6 <i>Cadastramento das entidades para receberem os jovens de PSC</i> .....	76
1.2.7 <i>A demanda e a oferta</i> .....	77
1.2.8 <i>Propostas em andamento</i> .....	78
<b>CAPÍTULO V – RESULTADOS</b> .....	<b>79</b>

1	<i>Perfil dos jovens que responderam à pesquisa</i> .....	79
1.1	<i>Análise das entrevistas – entrevista semiestruturada</i> .....	82
1.1.1	O nome da entidade .....	84
1.1.2	Tempo de cumprimento da PSC .....	84
1.1.3	A recepção na entidade .....	84
1.1.4	Resultados referentes ao objetivo específico 1 – Levantar quais atividades foram realizadas .....	85
	<b>Categoria 1.1 Atividades socioeducativas</b> .....	85
	<b>Categoria 1.2 Atividades que não são socioeducativas: atividades de trabalho para a entidade</b> .....	86
	<b>Categoria 1.3 Atividades que não são socioeducativas: atividades inadequadas</b> .....	88
	<b>Categoria 1.4 Atividades não socioeducativas - atividades de trabalho para a entidade e inadequadas</b> .....	91
1.1.5	Resultados referentes ao objetivo específico 2 - levantar, a partir do relato dos adolescentes, alguns resultados da PSC .....	92
	<b>Categoria 2.1 Apenas responsabilização pelo ato infracional</b> .....	93
	<b>Categoria 2.2 Responsabilização pelo ato infracional e percepção de que não houve aprendizagem pedagógica</b> .....	94
	<b>Categoria 2.3 Responsabilização pelo ato infracional e percepção de que ocorreu experiência profissional</b> .....	95
	<b>Categoria 2.4 Percepção de que não houve aprendizagem pedagógica</b> ....	96
	<b>Categoria 2.5 Percepção de que houve aprendizagem pedagógica</b> .....	97
	<b>Categoria 2.6 Não ocorreram contribuições</b> .....	98
	<b>Categoria 2.7 Ocorreram contribuições</b> .....	100
	<b>Categoria 2.8 Ocorreram mudanças “em partes”</b> . .....	101
1.1.6	Análise da questão 10 – acesso à cursos, esporte cultura e lazer .....	102
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
	REFERÊNCIAS .....	109
	APÊNDICE A - Descrição e sistematização da análise de conteúdo das entrevistas. ....	113
	APÊNDICE B – Parte 1 Questionário dados sociodemográficos .....	135
	APÊNDICE C - Parte 2: Entrevista Semiestruturada .....	136

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada Técnico (T) .....	137
ANEXO A – Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa.....	138

## INTRODUÇÃO

Trago, aqui, um breve resumo de minha trajetória enquanto pesquisadora e a explicitação da escolha do tema e objetivos geral e específicos da pesquisa. Ao longo do texto fizemos a escolha do tempo verbal da primeira pessoa do plural, pois o “nós” caracteriza o percurso desta pesquisa, de trabalho conjunto entre orientanda e orientadora. Ao final, apresentamos a organização da pesquisa.

### 1 Breve trajetória e apresentação da pesquisadora

Sou psicóloga, tenho trinta e sete anos, sou filha de classe trabalhadora. Meu pai não completou o terceiro ano do Ensino Fundamental e minha mãe fez supletivo quando eu era adolescente. Meu irmão repetiu três vezes em algumas séries, porque precisou começar a trabalhar aos 14 anos de idade. Dele, tenho algumas memórias de querer faltar à aula devido ao cansaço.

Esse era o cenário no qual estava inserida: as pessoas dizendo que eu precisaria trabalhar. Muitas vezes, precisei explicar que eu só queria estudar, porque meu sonho era fazer faculdade pública. Sempre gostei de estudar. Lembro-me de minha mãe me ajudar a construir um livro, quando eu estava no primeiro ano do Ensino Fundamental. Tenho viva a lembrança de escrever na escola e de ter publicado em um jornal. Aos 15 anos, cursava o primeiro ano do Ensino Médio e já trabalhava meio período como vendedora em uma loja de roupas. Nesse período, dei o primeiro passo para concretizar meu sonho, ao prestar o vestibular seriada na Universidade Federal de Uberlândia. O resultado não foi o esperado e entendi que com aquela nota eu não teria chances de entrar na universidade pública. Consegui bolsa em uma escola particular, nos segundo e terceiro anos do Ensino Médio, na Escola Oceu Positivo, em Penápolis (SP). Ao término dessa fase, fiz um ano do cursinho e, então, realizei meu sonho ao ser aprovada para o curso de Psicologia, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), no câmpus de Assis.

Durante a graduação, fiz pesquisa na área da Educação, com bolsa de iniciação científica, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com o desenvolvimento do projeto “Querido Papai Noel: um estudo sobre crianças através de seus desejos expressos em cartinhas de Natal”, sob a orientação

da professora doutora Elisabeth Gelli Yazlle. Essa experiência consolidou o desejo de fazer o mestrado e doutorado e de ser professora. Ao terminar a graduação não cheguei a prestar o mestrado, pois achava que precisava trabalhar. Naquele momento, eu ainda contava com a ajuda dos meus pais, que me auxiliavam financeiramente.

Ao final da graduação, fui para Marília, onde fiz Residência em Saúde da Família, o que me auxiliou em entender os territórios das famílias e a relevância da política pública, visto que o trabalho de matriciamento em saúde da família acontecia em territórios que eram áreas de ocupações de famílias, sem recursos de habitação, saneamento básico, dentre outros. Em 2011, passei em concurso público e iniciei meu trabalho como Psicóloga, no quadro de servidores técnicos-administrativo pela Unesp, atuando nos câmpus de Araçatuba, de Dracena, de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto. Em 2013, fui chamada em outro concurso público pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e iniciei trabalho na política de Assistência Social, onde estou até a presente data, atuando com situações de vulnerabilidade que demandam estudos e ações das políticas públicas para que possamos lutar pela superação da desigualdade social.

Quando olho para a trajetória da minha família vejo a relevância do papel do Estado, pois meus pais só conseguiram casa através de um programa de mutirão, em que as casas eram construídas pelos moradores. Frequentei projetos de contraturno escolar e tive acesso a artes, esporte e biblioteca.

Sigo acreditando na importância da Educação, para desenvolvermos uma análise crítica de nossa realidade, para, de alguma forma, transformá-la no direito dos jovens em poderem ter acesso à Educação e a serviços que contribuam para a construção da cidadania.

O tema da pesquisa nasce do atendimento que já realizei às famílias. Motivada pelas várias vezes que trabalhamos o direito de acesso às políticas públicas, entendendo, com a família e o jovem, quais as possibilidades e os sonhos existentes.

Quando passei no mestrado em 2019 para início em 2020, não imaginávamos que vivenciaríamos a pandemia da Covid-19, fator que tanto impactou na vida das famílias e não foi diferente com a minha. Logo após a qualificação do mestrado, em maio de 2021, meus pais tiveram Covid-19. Meu pai passou por uma internação de

quase uma semana, tendo se recuperado de um estado grave de 85% dos pulmões comprometidos.

Resgato, aqui, essa recente trajetória para reforçar a importância da ciência e do SUS, visto que meu pai havia tomado a primeira dose da vacina. Saliento que sabemos das muitas vidas que perdemos no Brasil, devido ao descaso político com relação à vacinação. O contexto de doença do meu pai, associado ao fato de que não parei de trabalhar presencialmente, já que a Assistência Social e a Saúde foram consideradas políticas públicas essenciais, impactaram em minha produtividade. Contexto esse que me levou a solicitar a prorrogação de seis meses do mestrado.

Aqui, menciono novamente a importância do olhar sensível e atento de minha orientadora Luciana, que entendeu a necessidade do cuidado também com minha saúde mental. O meu processo de análise com minha terapeuta Daniela Giorgenon foi de extrema relevância para que eu pudesse me permitir fazer uma pausa e então poder retomar para o que seria o “novo normal” para mim.

Atualmente, participo de um grupo de estudos com minha orientadora, Luciana, sobre Aprendizagem-Serviço (ApS) e estamos em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município em que trabalho para realização de parceria com a Unesp, câmpus de São José do Rio Preto, para que seja uma entidade acolhedora de PSC. Além disso, em meu trabalho abrimos campo para cumprimento da PSC, pois entendemos que a abordagem pedagógica proposta pela ApS pode ser uma intervenção com impacto social e bons resultados para a execução da PSC.

## **2 Tema, objetivos da pesquisa e organização da dissertação**

Os meios de comunicação apresentam o jovem como responsável pelo aumento da violência e há um clamor da sociedade pela redução da maioria penal (CRAIDY, 2017). Esse debate retoma o Código de Menores e sua fundamentação na Doutrina da Situação Irregular, demonstrando ainda a fragilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que completou 30 anos, em 2020.

Conforme Rizzini (2008), a Doutrina da Situação Irregular remonta ao contexto histórico do Código de Menores, promulgado em 1927, também conhecido como Código Melo Mattos, projeto político, elaborado por juristas, que apresentava uma propositura de defender a sociedade da delinquência, associada à infância e à

juventude das classes pobres e na qual o menor deveria ser tutelado e vigiado pelo Estado. A autora define como uma aliança entre a justiça e assistência, atuando por meio de uma lógica filantrópica, para enquadrar através da disciplina e trabalho. O segundo código de menores, promulgado em 1979, no período da ditadura militar, ainda apoiado na Doutrina da Situação Irregular, foi revogado com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que se fundamenta na Doutrina de Proteção Integral.

Destacamos que o conceito menor ainda é muito utilizado pelos profissionais de área, o que demonstra o estigma da Doutrina da Situação Irregular. Volpi (2006) discorre na apresentação de livro que organizou, sobre o papel dos meios de comunicação, ao estigmatizar os adolescentes que praticaram ato infracional, uma estratégia de criminalização da pobreza e dos negros.

O tema desta dissertação perpassa o artigo n. 103 do ECA, que trata do ato infracional, definido como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, praticada por adolescentes, definidos como as pessoas de 12 até 18 anos de idade, que são inimputáveis cabendo as medidas específicas de proteção. As medidas socioeducativas são as previstas quando ocorre a prática de ato infracional, sendo elas: advertência, obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), internação em estabelecimento educacional e as medidas de proteção previstas nos incisos I a VI do artigo 101 (BRASIL, 1990). Trata, o artigo 117 do ECA, da prestação de serviços comunitários.

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (BRASIL, 1990).

A medida socioeducativa, em meio aberto, é determinada judicialmente e se configura como um serviço executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou por entidade da rede socioassistencial.

Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e

normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009, p. 34).

Os objetivos preconizam o acompanhamento do adolescente, durante o cumprimento da LA e PSC, articulação e inserção nos serviços e programas da rede socioassistencial e intersetorial.

De acordo com o IBGE Cidades (2010), o Brasil possui mais de 51 milhões de jovens de 15 a 29 anos e representa  $\frac{1}{4}$  da população. A projeção populacional da fundação SEADE para 2022 é de 45.147.891 pessoas no estado de São Paulo, sendo que os jovens representam 21,5% (de 15 a 29 anos de idade). O Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto (BRASIL, 2018), de caráter censitário, apontou que o Brasil apresentava, em 2017, 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto: 69.930 cumpriam PSC e 84.755 LA. São Paulo apresentou índice maior que a média nacional, com um número que representava mais de 40% do total do país.

O Relatório traz uma discussão sobre o entendimento dos motivos dos atos infracionais para analisar as vulnerabilidades, propondo estratégias de prevenção, como forma de prevenir a criminalidade, uma vez que o foco da política é o adolescente; não o ato infracional.

No “Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” (BRASIL, 2016), aponta-se que os serviços a serem realizados na PSC não podem ser atividades laborais realizadas pela entidade. O objetivo é que sejam realizadas ações voltadas para a comunidade em contexto educativo e o adolescente deve ser acolhido e experimentar boa convivência.

As tarefas a serem executadas pelos adolescentes serão prestadas gratuitamente e visam à sua responsabilização, à vivência de valores de coletividade, ao convívio com ambientes de trabalho e ao desenvolvimento de estratégias para a solução de conflitos de modo não violento. A medida, portanto, tem um caráter pedagógico e sua execução deve partir das novas experiências vivenciadas e do convívio do adolescente com outros grupos (BRASIL, 2016, p. 26).

O caderno de orientações traz, ainda, a perspectiva de que através da MSE em meio aberto seja trabalhada com os jovens a reflexão crítica do contexto, tal como a criminalização da pobreza.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais descreve que as MSE de LA e PSC devem garantir a segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social para “[...] ter assegurado vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania” (BRASIL, 2009, p. 35). Desse modo, a PSC indica uma intervenção pautada em metodologia que pressupõem embasamento em teorias pedagógicas e objetiva um trabalho socioeducativo, voltado à comunidade.

Desta forma, o tema de pesquisa se faz relevante, pois o conhecimento levantado poderá contribuir para um melhor atendimento dos adolescentes que cumprem a PSC.

## **2.1 Objetivo geral**

Investigar a percepção de jovens que cumpriram a PSC em um município de porte médio do interior do estado de São Paulo.

## **2.2 Objetivos específicos**

Como objetivos específicos, pretendemos (i) levantar as atividades que foram desenvolvidas pelos adolescentes na PSC e, a partir do relato dos adolescentes, (ii) levantar alguns resultados da PSC.

Para concretizar os objetivos supracitados, apresentamos como está organizada a dissertação, que possui quatro capítulos. Aqui, trouxemos a justificativa da importância do tema da pesquisa e os objetivos almejados. O primeiro capítulo apresenta a pesquisa bibliográfica, com os estudos publicados sobre o tema nos últimos dez anos e a síntese integradora das publicações. Na capítulo II, trazemos o referencial teórico, subdividido em três temas: as juventudes e a Psicologia sócio-histórica, seguida da história da criança no Brasil e, por fim, experiências de socioeducação.

O terceiro capítulo explicita os procedimentos metodológicos adotados, os quais contemplam os participantes, os instrumentos e os procedimentos utilizados. Nesse capítulo, apresentamos o fluxo da PSC no município estudado, a partir de entrevista com um técnico da MSE. O capítulo IV descreve os resultados da pesquisa,

que apresenta a descrição do questionário sociodemográfico, a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas e a descrição de algumas das questões. Na descrição dos resultados fazemos a correlação com a pesquisa bibliográfica e o referencial teórico. Ao final, seguem nossas considerações sobre a pesquisa. Seguimos com as referências utilizadas na pesquisa e por último, como apêndices, estão os instrumentais de coleta, a descrição das entrevistas e a sistematização da análise de conteúdo.

## CAPÍTULO I – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para conhecermos as pesquisas realizadas no país com temáticas semelhantes a desse estudo, procedemos a um levantamento dos trabalhos disponíveis nas principais plataformas virtuais de publicações científicas. Consultamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A pesquisa bibliográfica é uma importante ferramenta para estudos exploratórios, uma vez que se apresenta

[...] como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

As autoras citadas apontam que um dos passos da pesquisa bibliográfica é a apresentação do percurso da pesquisa, com o detalhamento das investigações, levantamento do material e das informações, análise explicativa das soluções e síntese integradora destas. Apresentamos, aqui, os procedimentos metodológicos utilizados para a efetivação desta pesquisa bibliográfica.

O levantamento foi realizado em dois momentos: no primeiro, o levantamento de dados foi feito com base na BDTD; no segundo, consultamos o Portal da Capes, uma biblioteca virtual de informações científicas a qual possibilita uma ampla busca de bases indexadas.

Nas duas etapas, adotamos, como critério de inclusão, pesquisas cujo objetivo fosse o estudo da medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade, o que se justifica como resposta ao objetivo desta dissertação, a qual faz um recorte sobre a PSC e sua relação com a socioeducação.

Levantamos as pesquisas dos últimos dez anos para procurar entender os estudos após a Lei n. 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas de adolescentes que pratiquem ato infracional.

Utilizamos de descritores em português porque o objetivo foi analisar pesquisas sobre as medidas socioeducativas de PSC no Brasil. Acionamos o uso do VPN Unesp

que possibilita acesso aos conteúdos assinados aos bancos de dados. Podemos destacar a dificuldade em realizar a pesquisa bibliográfica devido a não padronização das palavras-chave, tais como os descritores em Educação via Thesaurus Educação.

Na BDTD, os termos utilizados em todos os campos de busca avançada foram “medidas socioeducativas” AND “prestação de serviços à comunidade”, dessa forma que se apresenta, na data de 19 de setembro de 2021.

No banco, a busca retornou 57 dissertações e teses. Havia duas duplicadas, restando, então, 55 trabalhos. Realizamos a leitura dos resumos e, quando houve dúvida sobre o critério de inclusão, as pesquisas foram lidas na íntegra. Utilizamos sete pesquisas (seis dissertações e uma tese), cujo objetivo de estudo foi a PSC e que tenham e fizeram análise das atividades realizadas nesta MSE.

Entraram no critério de exclusão 48 dissertações e teses, as quais tratavam dos seguintes temas: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Liberdade Assistida, adolescentes em conflito com a lei, MSE e escola, medida socioeducativa de internação, papel dos profissionais e demais temas (estilos parentais e insegurança alimentar, culpabilização das famílias e saúde mental). Apresentamos no quadro 1 as dissertações e teses que compõem a pesquisa bibliográfica.

Na etapa 2, consultamos o banco de dados da CAPES. Efetivamos a busca avançada por assunto nos campos que pudessem conter as palavras em qualquer lugar (no título, como autor, como assunto) utilizando os descritores e operadores booleanos: “medidas socioeducativas” AND “Prestação de serviços à comunidade”, desta forma que se apresenta, no dia 7 de novembro de 2021.

A busca retornou 42 artigos, dos quais quatro estavam duplicados, restando, então, 38 trabalhos. Realizamos a leitura dos resumos e, quando houve dúvida sobre o critério de inclusão, as pesquisas foram lidas na íntegra. Dos 38 artigos, 2 entraram no critério de inclusão, mas 1 deles tratava-se de estudo já considerado na dissertação encontrada na BDTD, portanto, utilizamos 1 artigo que teve como objetivo do estudo a PSC e correlação com as atividades realizadas.

Os 36 artigos não considerados, por critérios de exclusão tratavam dos seguintes temas: MSE de internação, adolescente em conflito com a lei, MSE e escola, ato infracional, LA, dentre outros (adolescentes e tráfico de drogas; saúde; homicídio; encarceramento juvenil; editorial da revista; acolhimento familiar; juventudes; história da infância; modelo bioecológico; violência sexual e penas alternativas. Foi

considerado um artigo nesta pesquisa bibliográfica a partir dos procedimentos elencados que está apresentado no quadro 1.

Devemos destacar que não consideramos as pesquisas sobre LA no momento, devido ao objetivo de nossa pesquisa que tem como foco a PSC, a qual possui a peculiaridade de realização de atividades a serem desenvolvidas na comunidade. Os estudos sobre LA são relevantes, pois apontam importantes reflexões e análises sobre as medidas socioeducativas em meio aberto, contudo, o tempo de execução do mestrado, associado ao recorte de nosso objetivo nos levou a debruçarmos sobre a PSC.

## 1 Publicações encontradas na pesquisa e síntese integradora

A partir dos critérios de inclusão e de exclusão, selecionamos uma tese, seis dissertações e um artigo, que foram lidos na íntegra e analisados para esta pesquisa bibliográfica. As informações básicas, quanto à referência, aos objetivos, aos métodos e aos resultados, estão no Quadro 1.

**Quadro 1.** Relação dos produtos acadêmicos sobre PSC selecionados nas bases BDTD e Periódicos CAPES.

Referências	Objetivos, método e resultados
<b>Tese</b>	
RODRIGUES, Dayane Silva. <b>Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto.</b> Orientador: Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.	<b>Objetivo:</b> problematizar especificidades, princípios e estratégias para a utilização de grupos como dispositivos de atuação no atendimento socioeducativo em meio aberto. <b>Metodologia:</b> pesquisa-intervenção, de base qualitativa, com 11 adolescentes, através de 16 encontros grupais. <b>Resultados:</b> O estudo sistematizou os resultados em quatro blocos temáticos: “Eu, o grupo, o território e outros estranhos”; “Eu, agente de transformação da minha vida e ator social”; “Eu, prestador de serviço à comunidade” e, por último, “Eu e o processo grupal”. Nas seções foram trabalhados aspectos relativos aos fluxos do movimento grupal, permeado por devires, ressignificações, produção de um plano comum e heterogêneo, problematizações acerca do relacionamento dos participantes com seu território, diálogos sobre a construção de projetos de vida pessoais e de metas coletivas, reflexões acerca do campo de possibilidades de atuação de cada jovem, articulações entre trabalho e juventude, debates acerca da realização de uma atividade colaborativa comunitária e os impactos e efeitos da PSC para os adolescentes e para o território.

*continua*

continuação

<b>Dissertações</b>	
NOVAES, Maria Carmen de Albuquerque. <b>Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade: um estudo sobre a execução da medida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia no município de Salvador.</b> Orientador: Maria de Fátima Pessoa Lepikson. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.	<b>Objetivo:</b> compreender a execução da medida socioeducativa de PSC pela Defensoria Pública do Estado da Bahia. <b>Metodologia:</b> pesquisa qualitativa/análise documental. <b>Resultados:</b> apresentar a efetividade do desenvolvimento da PSC na Defensoria Pública de Salvador (BA), viabilizado por meio de Projeto denominado Adolescente na Medida.
ANDRADE, Pedro Paulo Lima de. <b>Prestação de serviços à comunidade na abordagem do ato infracional adolescente.</b> 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.	<b>Objetivo:</b> caracterização e análise das possibilidades, limites e perspectivas referentes à utilização da PSC como MSE. <b>Metodologia:</b> Pesquisa documental, utilizando-se 127 Planos Individuais de Acompanhamento (PIA) e entrevista com 2 adolescentes. <b>Resultados:</b> os resultados apontam que os serviços são necessários, porém triviais e sem relação direta com a atividade-fim de destinação das entidades que recebem os adolescentes. Os serviços se caracterizam pela pobreza em termos de aspectos formativos, apesar de propiciarem ganhos pessoais e sociais para os adolescentes participantes.
GRABIRABA, Aiezha Flavia Pinto. <b>Do trabalho no tráfico de drogas ao ofício de florista: um estudo de psicologia do trabalho em situações marginais.</b> Orientador: Vanessa Andrade de Barros. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.	<b>Objetivo:</b> compreender a trajetória de trabalho de um jovem criminalizado pelo Estado Penal. <b>Metodologia:</b> entrevistas narrativas. <b>Resultados:</b> Evidências de que o trabalho, seja em atividades marginais, ilegais e informais ou naquelas circunscritas à legalidade, formais e regulamentadas, é espaço de construção de identidade, reconhecimento e valor, podendo ter valências múltiplas quanto à construção dos sujeitos, a depender das possibilidades concretas encontradas e dos sentidos possíveis de serem produzidos, em um âmbito singular de cada experiência. Quando o trabalho é utilizado como forma de penalização e punição, como a colocação dos jovens em atividades pouco valorizadas durante o cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade, resta comprometida sua possibilidade de promover o desenvolvimento humano, resultando em repercussões psicossociais relacionadas à vergonha e à humilhação, demarcando que o lugar no mundo produtivo reservado a esses jovens é o trabalho invisível e desvalorizado, reforçando seu caráter marginal.
SANTOS, Valdeir Cesário dos. <b>Sistema socioeducativo em meio aberto: perfil e direito à educação do jovem em conflito com a lei em Anápolis-GO.</b> Orientador: Maurides Batista de Macêdo Filha. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.	<b>Objetivo:</b> Compreender como o direito à educação é garantido ao jovem autor de ato infracional em cumprimento PSC. <b>Metodologia:</b> pesquisa bibliográfica e documental; entrevista com o Juiz da Vara da Infância e Juventude, coordenador do CREAS e orientador das MSE e dez jovens. <b>Resultados:</b> apesar dos valorosos esforços realizados, é preciso uma reformulação das práticas de socioeducação em meio aberto e seu respectivo plano de atendimento, principalmente no que se refere à intersetorialidade das políticas públicas.

continua

<p>SILVA, Anderson Damião Ramos da. <b>A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e a socioeducação: o disciplinamento para o trabalho e o trabalho como disciplinamento.</b> Orientador: Vania Maria Manfroi. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.</p>	<p><b>Objetivo:</b> analisar as atividades realizadas na PSC do município de São José-SC e a relação com as tendências históricas da política de socioeducação.  <b>Metodologia:</b> cinco entrevistas com um sujeito jovem, dois operadores jurídico-sociais no âmbito do Serviço de LA e PSC e dois operadores jurídico-sociais no âmbito do Sistema de Administração da Justiça Juvenil.  <b>Resultados:</b> sinaliza a identificação do trabalho e do disciplinamento como elementos significativos no processo de socioeducação porque passam os sujeitos sentenciados com a MSE de PSC. Essa identificação, em confronto com as tendências históricas da política socioeducativa, aponta, não obstante os avanços e garantias estabelecidos no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que a MSE de PSC, em essência, apresenta-se como um processo de disciplinamento para o trabalho e do trabalho como disciplinamento, nos marcos da atual configuração do capital, marcada pela precarização e pelo desemprego estrutural, reafirmando uma orientação conservadora da política socioeducativa.</p>
<p>FLORES, Paula Santos. <b>Oficina socioeducativa: oficina com adolescentes em medidas socioeducativas.</b> Orientador: Carmen Maria Craidy. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.</p>	<p><b>Objetivo:</b> sistematizar a experiência das oficinas desenvolvidas no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS.  <b>Metodologia:</b> Pesquisa-intervenção  <b>Resultados:</b> Através das experiências de oficinas a autora evidencia que estas são uma prática metodológica possibilita intervenção educativa.</p>
<b>Artigo</b>	
<p>MARTINS, José Edson. A centralidade do trabalho na medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. <b>Barbarói</b>, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 86-105, dez. 2016.</p>	<p><b>Objetivo:</b> compreender e explicar a centralidade da categoria trabalho na PSC.  <b>Metodologia:</b> pesquisa exploratória, teórica, partindo da análise crítica da literatura nacional especializada.  <b>Resultados:</b> demonstra que o trabalho distingue a medida de PSC das outras medidas socioeducativas configurando sua forma peculiar de ser no campo jurídico e social.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Apresentamos, a seguir, os conteúdos desses estudos, divididos em três blocos. No primeiro bloco, estão pesquisas que apresentam em seus resultados que a PSC não possui dimensão socioeducativa. No segundo bloco, pesquisas que demonstram experiências com resultados socioeducativos, e no terceiro, uma revisão das publicações sobre a PSC. Ao final, realizamos a síntese integradora da pesquisa bibliográfica.

### **1.1 Bloco 1: pesquisas que apontam como a PSC não efetiva a dimensão socioeducativa**

Para Andrade (2017), os serviços realizados na PSC são empobrecidos, não tendo correlação com as atividades que as entidades realizam para a comunidade e não possuem aspectos formativos, ou seja, não estão balizados pelas diretrizes do SINASE. Indica, ainda, nos resultados o que denominou de ganhos pessoais para os adolescentes. No perfil sociodemográfico, levantado através dos PIAs de 127 jovens que cumpriram PSC em Natal (RN), 78,7% eram do sexo biológico masculino, com idade média de 16,5 anos, residentes em áreas de vulnerabilidade social. A renda familiar mensal de 40,2% dos jovens estava entre um e dois salários-mínimos. Com relação ao nível de escolaridade, 52% deles estavam entre o 6º e o 9º ano do Ensino Fundamental.

Sobre as tarefas realizadas, Andrade (2017) coletou na pesquisa que as funções desenvolvidas foram de tarefas administrativas, 43,3%; limpeza e conservação 32,3% e outras (demais atividades) 24,4%. As administrativas consistem em gestão de informações, classificação e revisão de documentos ou operação de equipamentos diversos e eram direcionadas aos que possuem maior nível de escolaridade. Já os serviços de rotina foram descritos no PIA como atividades de limpeza, copa e serviços gerais, que tiveram como destinatários os adolescentes do sexo biológico masculino. Do total de 41 que realizaram tarefas de limpeza e conservação, 38 possuíam escolaridade no Ensino Fundamental I e II.

Dos dois adolescentes entrevistados por Andrade (2017), um fez trabalho de limpeza e o outro de digitação e atendimento. Para o entrevistado, que realizou tarefas administrativas, realizar a PSC contribuiu para descoberta de potencialidades, como aprender a praticar algumas ações em equipe, responsabilidade, cumprir horário e ter nova chance. O pesquisador discorre sobre a ausência de formação técnico-profissional e socioeducativa no cumprimento da PSC.

Os depoimentos assinalam que as tarefas são prescritas sem esclarecimento prévio e sem pactuação com os próprios sujeitos. A atividade proposta é, frequentemente, desconhecida pelo adolescente até seu efetivo início e, por consequência, a subprescrição da tarefa conduz a explicações, crenças e ideias que evocam no adolescente representações relacionadas ao caráter de quitação de “débito” com a justiça, preponderantemente à perspectiva de inclusão social por meio do trabalho (ANDRADE, 2017, p. 80).

Andrade (2017) traz, em suas considerações finais, a partir dos resultados da pesquisa, sobre a não efetivação do caráter sociopedagógico da PSC. O autora aborda o estigma dos adolescentes que cometeram ato infracional, com preconceitos em relação ao jovem pobre e negro, o que se reflete no contexto da realização da PSC. No referencial teórico, o autor utilizou autores como Foucault, Marx, Dejours e Pagés. Aponta em suas conclusões sobre repensar as atividades laborativas para retomar novos projetos de vida com os adolescentes.

Com relação a essa terceira via salientamos sobre alguns conceitos utilizados na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) como projetos de vida, desenvolvimento de valores e autonomia, que estão nos objetivos da PSC, mas que a legislação e os documentos de Orientações Técnicas não deixam claro quais são as teorias de referência para estes conceitos e termos. Podemos destacar, também, que o autor apresenta resultados e conclui que as atividades não são socioeducativas, mas utiliza o conceito de atividades laborativas, fazendo a correlação da PSC com trabalho.

Grabiraba (2017) contextualizou na introdução de sua pesquisa de mestrado sobre a ideologia punitivista de políticas públicas que culpabilizam o jovem pobre e negro. De acordo com a autora, baseando-se em Wacquant, temos a configuração em um Estado Penal que regula a população pobre através da punição e da política de assistência social, que perpetua a desigualdade social. A PSC tem o trabalho como punição judicial, a partir da discussão teórica que a pesquisadora realiza. Faz a análise de que no Código Penal brasileiro, há previsão de pena para os adultos, de prestação de serviços à comunidade, o que consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

A autora faz o relato da dificuldade em estabelecer parcerias com as entidades do município de Belo Horizonte, onde atuou como técnica da PSC, exemplificando o interesse de um adolescente em desenvolver atividade de informática em uma escola e o que essa lhe oferece são atividades de manutenção e de limpeza. Apresenta a narrativa do jovem que cumpriu a PSC em um posto de saúde. A expectativa dele era de realizar atendimento ao público e tarefas administrativas, mas foi direcionado para trabalho de limpeza. O relato da narrativa demonstra, a partir do trabalho de faxina, o sentimento de vergonha e humilhação e a PSC como punição. Gabriel (nome fictício

do adolescente) define o trabalho no posto de saúde como a pior coisa que poderia ter vivenciado (GRABIRABA, 2017).

A partir da trajetória de vida do entrevistado, a autora apresenta, na discussão teórica e em seus resultados, que a atividade laboral proporciona construção da identidade, reconhecimento e valor e que o tráfico varejista de drogas implica risco, violência e exploração de mão de obra. Outro resultado de sua pesquisa é quanto ao trabalho como forma de penalização e de punição, como pode ocorrer na PSC, por meio da qual o adolescente pode efetivar atividades desvalorizadas e do possível comprometimento para o desenvolvimento humano, com repercussões psicossociais tais como vergonha e humilhação (GRABIRABA, 2017).

O jovem entrevistado por Grabiraba (2017) iniciou atividade como jovem aprendiz, e quando foram ofertados acessos às políticas públicas, é possível uma ressignificação do trabalho infantil que exercia no tráfico de drogas. A autora discute o acesso aos direitos, que não seja apenas pela via do trabalho, mas salientou sobre a garantia de acesso a direitos humanos, aos direitos fundamentais, de alimentação, lazer, educação, saúde, moradia etc.

Em sua dissertação de mestrado, Santos (2017) assumiu como objetivo compreender a garantia de direito à educação dos jovens em cumprimento de PSC na cidade de Anápolis (GO). Para tanto, o autor discutiu sobre a escola, mas apresentou, também, discussões, no que se refere à finalidade pedagógica do serviço e, por esse motivo, o estudo entrou como critério de inclusão nesta pesquisa bibliográfica. O autor realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir de 257 prontuários de jovens que cumpriram PSC entre os anos de 2015 e 2016, sendo 104 jovens em 2015 e 153 em 2016. Efetivou entrevista com o juiz da infância e juventude, com o coordenador de MSE e uma orientadora de PSC, ambos profissionais do CREAS. Ocorreu entrevista com 10 jovens entre 14 e 19 anos.

Santos (2017) aborda, ainda, a questão da escassez de informações em banco de dados digitais referentes ao meio aberto. Utilizou dados do diagnóstico que deu base ao Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município e nos dados coletados pelo autor apresentou que, em 2015, 70% dos jovens estavam na faixa etária entre 16 e 18 anos; já em 2016, essa faixa era de 60%; predominância de 87% do sexo biológico masculino em 2016, e maioria negra. Também nos anos de 2015 e 2016, quase metade dos jovens não frequentavam a escola.

Com relação à educação, Santos (2017) relata nas entrevistas com os profissionais, a dificuldade de inclusão escolar, devido à exclusão que a escola realiza, apontando o contexto de violação de direitos. Com relação à renda, aponta que em 2016, 54% dos jovens possuía renda familiar de até dois salários-mínimos.

Destacamos dados relacionados ao objetivo de nossa pesquisa. Santos (2017) aponta que os locais onde as MSE foram cumpridas em 2015: 41% em instituição religiosa, 36% declarada como outra e 13% em escola regular. Em 2016, 59% dos jovens cumpriram a PSC em instituições religiosas, para uma relação de apenas 27% que cumpriram no próprio CREAS, bombeiros e Polícia Rodoviária Federal. Contudo, Santos (2017) pontua que 32% dos jovens afirmaram não possuir religião e que conforme constatou em prontuários, alguns prestaram serviços de evangelização. Com relação à escolha do local, levantou com os profissionais do CREAS que se leva em consideração os locais mais próximos da residência e a disponibilidade de vagas no local.

A maioria dos serviços prestados foram de serviços gerais como limpeza, e nas falas dos profissionais do CREAS aparece uma narrativa de naturalização desta atividade, que viola direitos dos jovens e não tem perspectiva de socioeducação. Santos (2017) discute sobre esse resultado sinalizando que a perspectiva pedagógica é secundária e tornam a PSC punitiva.

O autor apresenta nos resultados das entrevistas sobre o significado da PSC e debate sobre a natureza punitiva, visto que um jovem relata que cumprindo a medida, realizou a reparação de um erro. Sobre a escola, pontua que possui significado negativo para os entrevistados.

[...] A medida socioeducativa possui, nesse caso, um sentido prioritariamente punitivo, com pouca conotação pedagógica. O seu único benefício é tornar a pena recebida mais branda [...] (SANTOS, 2007, p. 83).

O autor discute, a partir dos resultados, a necessidade de articulação entre políticas públicas e a garantia de que sejam possibilitados acessos à educação, saúde, cultura, esporte e lazer e aponta sobre as violações de direitos que os jovens sofrem em sua trajetória, devido ao contexto de desigualdade social.

Silva (2017) analisa, em sua dissertação de mestrado, as tendências históricas da política socioeducativa e a relação com as atividades de PSC do município de São

José (SC). De modo específico, analisou o percurso histórico das legislações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, descrevendo a configuração da PSC em São José (SC), as instituições em que os adolescentes cumprem PSC e investigou o discurso dos operadores jurídicos sociais e dos adolescentes.

Ao discorrer sobre o objetivo específico de caracterização da PSC no município, o autor aborda que o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de 2014 não possui ampla participação dos jovens em sua elaboração. Na descrição dos locais de prestação de PSC pontua que são em sua maioria, escolas, creches e organizações não governamentais. Ao descrever as atividades executadas nas entidades as nomeia de trabalho e elenca que se trata de auxílio a educadores e funcionários.

Concretamente, esses trabalhos são realizados através de atividades auxiliares a educadores e demais funcionários das instituições na execução das práticas profissionais, como no acompanhamento de atividades esportivas, no assessoramento para realização de pesquisas acadêmicas no âmbito da biblioteca escolar ou no auxílio de atividades de secretaria, por exemplo [...] (SILVA, 2017, p. 104).

Justificou ter estudado a PSC por ser a única das medidas socioeducativas que determina o cumprimento através de relação com o trabalho, mas nomeada como tarefas. Ao apresentar os resultados das entrevistas com os operadores jurídico-sociais do Sistema de Administração da Justiça Juvenil (da Vara da Infância e da Promotoria), interpreta os resultados e discute que a PSC é representada por eles como serviço corretivo, para intervir na questão disciplinar do adolescente, ao impor, por exemplo, realização de trabalhos que não sejam de sua vontade e como forma de punir.

O adolescente entrevistado por Silva (2017) realizou a PSC em um projeto municipal chamado Feira da Freguesia, que ocorria, mensalmente, em uma praça pública do município, caracterizada pelo comércio de artesanato. O adolescente trabalhou na limpeza do local, fiscalizando o andamento da feira e recolhimento de donativos para sorteios. O autor aborda sobre o caráter estigmatizante das tarefas realizadas e do não cumprimento de socioeducação.

Concluiu que as atividades realizadas na PSC ocorrem como forma de disciplinamento para o trabalho e o trabalho como disciplinamento. O autor discute,

ainda, a contradição existente nesses elementos, visto o contexto de desemprego estrutural de nosso sistema capitalista

Essa contradição reside, pois, no fato de que ainda que reunisse capacidades de tornar os jovens profissionalmente preparados para o mercado de trabalho, essa preparação esbarraria no desemprego estrutural inerente ao próprio sistema do capital e suas reproduções sociometabólicas e nos limites da “empregabilidade” precarizada e informal (SILVA, 2017, p. 30).

A partir dos resultados, Silva (2017) conclui que a política socioeducativa para atendimento aos adolescentes em conflito com a lei passou da penalização (Doutrina da Situação Irregular) ao estabelecimento da Doutrina de Proteção Integral, sendo o SINASE um marco deste avanço. Contudo, há contradições desta política pública construída no sistema capitalista que nega direitos e pune os adolescentes da classe trabalhadora (SILVA, 2017).

## **1.2 Bloco 2: Experiências socioeducativas na PSC**

A dissertação de Flores (2011) apresenta a experiência com a metodologia de oficinas como intervenção socioeducativa, realizadas no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2005, a autora foi bolsista de aperfeiçoamento do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC) e relata sobre os tipos de serviços realizados pelos adolescentes no cumprimento das MSE: adolescente separando roupas para doações, cumprimento da MSE em cemitério, atividades como auxiliar na cozinha em uma instituição, ou seja, ações que não eram orientadas por um caráter pedagógico e sem relação com as aptidões do adolescente. Contextualiza que as medidas socioeducativas servem para o controle e não para a emancipação, conforme previsão do ECA (BRASIL, 1990).

A UFRGS é uma entidade acolhedora para a PSC. Em abril de 1997, a UFRGS assinou convênio com a 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre para recebimento de adolescentes da PSC (FLORES, 2011). Em 2010, o Programa passa a fazer parte do SUAS e o PPSC ter como referências dois CREAS, os quais encaminhavam adolescentes em PSC no Programa da faculdade.

De acordo com Flores (2011), as pesquisas já realizadas na área demonstram que os adolescentes não possuem acesso à educação, saúde, acolhimento familiar e comunitário e são criminalizados, descumprindo as medidas os que estão em evasão escolar, que possuem problemas de saúde e sofrem processo de exclusão. Por sua vez, o Programa de PSC na UFRGS cumpre com o papel social da Universidade de garantir ensino, pesquisa e extensão e tem os princípios de

a) Ser considerada como medida educativa e não como uma simples punição, através da colocação do adolescente no trabalho, o que poderia gerar uma visão negativa da medida e até mesmo do trabalho; b) revestir-se de significado social e ético; c) proporcionar, sempre que possível que as atividades a serem desenvolvidas oportunizem novas aprendizagens e/ou acesso a novos conhecimentos; d) possibilitar que o adolescente sinta-se útil e possa refletir sobre as ações praticadas no passado e sobre o que visualiza para o futuro; e) oportunizar relações pessoais positivas favoráveis ao adolescente que a cumpre (CRAIDY; GONÇALVES *apud* FLORES, 2011, p. 27).

Para o cumprimento da PSC, Flores (2011) explicita que a Universidade possui um orientador socioeducativo, ligado às atividades que estarão diretamente relacionadas ao adolescente, e um profissional, referência socioeducativa. Esse é a referência para todos os locais de cumprimento da PSC: o profissional referência faz parte de uma equipe central de pedagogia, psicologia e bolsistas de pesquisa de extensão nessas áreas de conhecimento, além de ciências sociais e história. Essa organização tem como objetivo efetivar a dimensão pedagógica da PSC.

No PPSC, é elaborado o PIA com o adolescente, por meio da participação em duas oficinas para explicar sobre a atividade que será realizada na Universidade. A partir de então, além das atividades que realizará em algum setor da Universidade, as oficinas são oferecidas como atividade complementar. Essa participação não é obrigatória, mas a participação em três oficinas diminui um dia de cumprimento da PSC. Ao final do cumprimento da PSC, realiza-se uma avaliação, com o orientador e com o adolescente sobre as atividades que foram executadas. O Programa garante reuniões de equipe semanais com os envolvidos para efetivar reflexões e encaminhamentos necessários (FLORES, 2011).

Flores (2011) utilizou da metodologia de pesquisa-intervenção e descreveu as oficinas socioeducativas que ocorreram na PPSC, de frequência semanal, com 3 horas de duração no período de outubro de 2009 a julho de 2010, participando 46

adolescentes com uma frequência de 10 adolescentes por encontro na oficina. Destaca que são ofertados vales-transportes para acesso às oficinas e previsão de lanche.

No levantamento do perfil dos adolescentes que frequentaram as oficinas no período, Flores (2011) demonstra que mais de 60% dos adolescentes apresentaram renda familiar de  $\frac{1}{2}$  a 3 salários-mínimos, pontuando sobre a vulnerabilidade socioeconômica e sobre o relato nas oficinas pelos adolescentes da necessidade que eles tinham de realizar trabalho informal como forma de completar a renda familiar. Com relação à escolaridade, destaca que mais de 65% estavam com defasagem série-idade.

O SINASE, como assinala Flores (2011), sugere uma intervenção pedagógica, sem apontar quais os critérios que estabelece o socioeducativo. Faz discussão teórica sobre o conceito de “oficinar”, apresenta as cenas das intervenções pedagógicas nas oficinas e dos resultados alcançados de contato consigo mesmo, com o outro, problematizações acerca do ato infracional e para além da infração, problematizar os modos de existir e de resistir. Conclui sobre o atendimento pautado na proteção integral com uma dimensão educativa e para a cidadania.

Novaes (2018) faz importante resgate histórico acerca da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral. Aponta como o Código de 1927 tinha como objetivo tipificar como delinquência as situações de abandono, ou do que chamavam de inadaptação, perversão, entre outros rótulos atrelados aos jovens. O Código de menores de 1979 trouxe novas nomenclaturas, mas não houve mudança de paradigma com relação aos direitos de crianças e adolescentes. Os menores abandonados e delinquentes eram nomeados então de menores em situação irregular (COSTA, 2006 *apud* NOVAES, 2018).

A autora faz resgate histórico da responsabilização do adolescente e pontua em seu referencial teórico que se vê

[...] acentuadamente, uma marginalização mais contundente de crianças e adolescentes por condição financeira e cor, pois grande parte desta parcela vulnerável de adolescentes que praticam atos infracionais é formada por pobres, negros, sem instrução escolar e, em contrapartida, são os que mais sentem a sanha punitiva do Estado e da sociedade, como o eram as crianças negras e índias do século XVI. Embora estejam em condições terríveis de vida, numa situação de vulnerabilidade singular, são absolutamente invisíveis quando se

trata de serem contempladas políticas públicas inclusivas, de atendimento prioritário, sendo, por conseguinte, jogados à própria sorte, quando sobre os adolescentes cai o braço forte da Lei (NOVAES, 2018, p. 44).

A pesquisadora supracitada buscou em sua dissertação de mestrado, apresentar a efetividade do desenvolvimento da PSC na Defensoria Pública de Salvador (BA), viabilizado por meio de Projeto denominado Adolescente na Medida. Pontua que a Defensoria foi a primeira instituição do Sistema de Justiça a ser uma instituição acolhedora para a MSE de PSC. Nesse sentido, preconiza-se que os socioeducandos sejam acolhidos, ouvidos em suas expectativas, atendidos individualmente com equipe multidisciplinar composta por defensores, pedagogos e servidores para a elaboração das tarefas a serem realizadas, respeitando a construção do PIA elaborado com a equipe de referência que é o CREAS. São ofertadas capacitações e participações em eventos institucionais, durante o período da execução de PSC, o que enseja a formação para a cidadania. Estão preconizadas reuniões técnicas e administrativas, bem como avaliação de satisfação dos participantes no processo (NOVAES, 2018).

Novaes (2018) ressalta que o Poder Judiciário, o Poder Executivo Municipal e também a Defensoria Pública do município e Salvador (BA) possuem déficit de banco de dados com informações precisas. Destacamos a mesma dificuldade com relação ao município estudado nesta pesquisa, bem como os poucos dados disponíveis para consulta a banco de dados estaduais e mesmo federais.

Os dados apresentados por Novaes (2018) foram elaborados por ela com base nos arquivos da Defensoria Pública do Estado da Bahia. A autora realizou a análise de documentos de 88 adolescentes no período de 2012 a 2016. Destacamos alguns dos resultados apresentados em sua pesquisa documental: 77% das atividades desenvolvidas foram de rotinas administrativas e 23% de orientação ao público. Dos setores mais encaminhados, 53,84% relacionam-se às unidades especializadas temáticas, que envolve atribuições nas áreas cíveis, família, criminal, direitos humanos, idoso, criança e adolescente, entre outras. Pontua que este direcionamento está associado ao desenvolvimento de tarefas e participação em capacitações que proporcionam a formação cidadã.

Com relação ao perfil dos socioeducandos do estudo, elaborado por Novaes (2018), a escolaridade de quase 70% era de ensino fundamental. A maior faixa etária

era de 16 a 18 anos, com 61,53% e sexo biológico masculino de 84,62%. A autora discute que o Termo de Parceria, concretizado em 2009, com a Defensoria preconiza no objetivo do desenvolvimento do projeto, atendimento integrado entre educação, saúde e assistência social, para que se garanta acesso aos direitos e às políticas públicas, indo além do cumprimento da MSE. As obrigações a serem desempenhadas pela Defensoria estão descritas no Termo

Definir as atividades a serem desenvolvidas no período de execução da medida; oferecer condições físicas e técnicas para o cumprimento da medida socioeducativa, acompanhar o adolescente/jovem na sua rotina, impulsionar o desenvolvimento mental, educacional e profissional, promover a inclusão social, entre outros (NOVAES, 2018, p. 103).

Para Novaes (2018), o baixo índice de descumprimento da PSC na Defensoria Pública, com uma média de 7%, está associada à frequência à escola, à participação nos cursos internos da instituição, seguindo o acompanhamento intersetorial previsto no Termo de Parceria são primordiais para garantir a efetividade da PSC. A autora faz relevante discussão sobre a ausência de monitoramento das causas dos descumprimentos, sinalizando que essa falta pode ser observada nos Planos Decenais das Medidas Socioeducativas que os municípios precisam desenvolver e monitorar.

Como resultado da execução da PSC, a Defensoria apresenta o dado de que 14% dos socioeducandos foram admitidos como estagiários de Ensino Médio na Defensoria, com direito à bolsa-auxílio, fatores os quais indicam como contribuições para a escolarização, profissionalização e entrada no mercado de trabalho. Demonstrou que uma média de 15,07% teve ingresso em instituição de ensino superior e mercado de trabalho formal. O Termo de Parceria prevê a mobilização da opinião pública, que conta com encontros regulares com as famílias, com os CREAS e servidores da própria Defensoria, além de buscar parcerias com empresas para encaminhamento dos socieducandos (NOVAES, 2018).

Para além de apresentar resultados que indicam que a PSC executada na Defensoria é socioeducativa, há dificuldades e obstáculos, tais como a falta de acesso às políticas públicas de educação, saúde, dificuldade de estabelecimento de parcerias para recepcionar os/as adolescentes, cultura no nosso país sobre punição e

deficiência de informações sobre os benefícios das MSE em meio aberto quando comparadas à internação (NOVAES, 2018).

A autora traz como proposta a ampla discussão sobre o tema da disciplina Direitos da Criança e do Adolescente nos cursos de graduação e ensinos fundamental e médio. Também abarca que os sistemas de responsabilização de adolescentes precisam trazer conceitos mais precisos em sua legislação (NOVAES, 2018).

Rodrigues (2017) problematizou em sua tese de Doutorado sobre as metodologias grupais na atuação das medidas socioeducativas em meio aberto. A metodologia utilizada foi pesquisa-intervenção, por meio de 16 encontros grupais, durante 3 meses, tendo como público 11 adolescentes em cumprimento de PSC. Portanto, a pesquisadora propôs como metodologia de intervenção na PSC, a participação dos adolescentes nestes 16 encontros, com 3 horas de duração. Explicita na metodologia que foi solicitada autorização para o formato proposto. A abordagem teórica foram as histórico-culturais como Vigotski, Bakthin e Barros.

Em sua revisão bibliográfica, o autor traz a discussão da característica da medida socioeducativa, que é sancionatória e também pedagógica e do cuidado para que se efetive a socioeducação. Aponta, ainda, que a sanção precisa ficar restrita à sentença judicial, enquanto a execução da MSE precisa garantir as finalidades conquistadas pelo ECA (BRASIL, 1990). Também é aspecto relevante de discussão a criminalização do adolescente pobre, a partir de teorias que colocam a adolescência como período natural, destacam aspectos negativos deste ciclo de vida e rotulam a adolescência dentro de padrões normativos, que teria como características a imaturidade e rebeldia (RODRIGUES, 2017).

Apresenta a sua perspectiva teórica para grupo como sendo processo grupal que prioriza as transformações, movimentos, encontros de modos de existência diversos. A autora não compactua com a visão de que o grupo de amigos é fonte de influência negativa. Ao apresentar o referencial teórico aborda que “[...] é por meio das relações com o meio sociocultural e com outros membros da sociedade que os processos de desenvolvimento dos adolescentes são construídos.” (RODRIGUES, 2017, p. 65).

A pesquisa foi realizada na UAMA, órgão da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventudes, do governo do Distrito Federal, que é uma unidade responsável pelo acompanhamento socioeducativo dos adolescentes que

residem no perímetro urbano e rural e que pertencem àquela região administrativa. Rodrigues (2017) relata o fluxo da MSE da região do Distrito Federal: os adolescentes apreendidos pela polícia são encaminhados à delegacia da criança e do adolescente e encaminhados a um núcleo de atendimento integral, no qual estão no mesmo espaço físico, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias de Estado de Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social. O objetivo é prestar atendimento imediato aos adolescentes apreendidos em flagrante. Destacamos essa configuração, pois das pesquisas elencadas e que falam sobre o fluxo das MSE, esta é a única que apresenta esta configuração de atendimento integrado.

Rodrigues (2017) trabalhou nos encontros grupais com os adolescentes a produção de um vídeo sobre o trabalho da UAMA Brasília de Fora e a execução das medidas socioeducativas. Para esse processo, nos encontros foram discutidos os temas: necessidades do território, histórico da comunidade, produção de um jornal local, oficina de rap, organização popular e potencialidades do território.

Os resultados foram problematizados no que a autora chamou de quatro blocos temáticos: A – Eu, o grupo, o território e outros estranhos; B – Eu, agente de transformação da minha vida e ator social; C – Eu, prestador de serviço à comunidade e D – Eu e o processo grupal. Discute em seus resultados sobre as estratégias de metodologias grupais como prática socioeducativa (RODRIGUES, 2017).

Ao discutir sobre o resultado “Eu, agente de transformação da minha vida e ator social”, aponta sobre as condições de acesso e oportunidades vivenciadas pelos adolescentes em contexto infracional e por outro lado quais os mecanismos de resistências para não se incorrer em visão fatalista

Trata-se de uma equação não tão simples de solucionar: considerar as bases materiais de existência sem apagar a dimensão da subjetividade que inventa, se movimenta e resiste, ainda que no nível das microcorrelações. (RODRIGUES, 2017, p. 139).

A seguir apresentaremos o bloco 3, que apresenta uma revisão bibliográfica sobre a PSC.

### 1.3 Bloco 3: Revisão da produção sobre PSC

Martins (2016) realizou pesquisa teórica da literatura nacional especializada referente à PSC. Inicia seu artigo pontuando sobre a escassez na literatura sobre o tema. Quando nos debruçamos sobre as referências utilizadas identificamos que se trata das publicações oficiais sobre o tema, publicações de livros, artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, sendo a maioria publicada há mais de dez anos, além das obras de Marx, a quem o subsidiou teoricamente. Salientamos aqui essa questão, visto que evidenciamos em nossa pesquisa bibliográfica também a escassez de publicações, fator que pode ser observado nos resultados encontrados nos bancos de dados e apresentados neste capítulo.

Classificou em seis tipos de estudos as literaturas levantadas, abordando sobre a dificuldade em encontrar pesquisas específicas sobre o tema. O primeiro diz respeito ao perfil dos adolescentes, que Martins (2016) analisa como análises quantitativas e que não abordam a questão social que perpassa o contexto dos jovens. Em nossa pesquisa bibliográfica identificamos essa abordagem nas pesquisas de MSE de LA e PSC e principalmente as que buscavam traçar um perfil dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

O segundo tipo de pesquisa abordava os tipos de atos infracionais. No terceiro tipo estão estudos que abordam o impacto da PSC, mas de acordo com o autor não abordam os determinantes sociais e históricos. O quarto grupo de estudos buscou entender se o trabalho desenvolvido pelos adolescentes tinha cunho socioeducativo. Martins (2016) analisa que estes não deixam claro o que define um trabalho ser pedagógico.

O quinto tipo é definido como de levantamento de significados atribuídos à PSC e o sexto e último estudo apontado foi o trabalho comunitário realizado em uma escola. Martins (2016) desenvolve argumentações para apontar que os jovens não prestam serviço à comunidade. É a instituição quem realiza esta finalidade e o jovem é inserido como forma de empregar sua força de trabalho, como trabalhador. Conclui o autor que este é o ponto que diferencia a PSC das outras medidas socioeducativas, posto que está implicada uma relação de trabalho. Ele define que é uma forma de trabalho forçado porque é determinado judicialmente, não assalariado e contempla a necessidade da sociedade de punir o jovem por um ato cometido.

Para Martins (2016), há uma lacuna a ser preenchida na PSC que é a responsabilidade jurídica e a responsabilidade subjetiva. Aponta que a dimensão educativa da MSE precisa ser a forma de mediação deste processo. Salienta que não encontrou resposta para a pergunta: o que seria trabalho com cunho educativo? E faz reflexões a partir da literatura consultada e aborda que o trabalho intelectual estaria ligado ao caráter educativo da PSC e os trabalhos manuais ao punitivo. O autor discorda desta análise e argumenta que a PSC não busca formação de mão de obra qualificada e que se fosse partir para esta perspectiva os jovens seriam inseridos em cursos profissionalizantes e de qualificação. Discute e conclui que o aspecto educativo envolve as trocas oportunizadas pelas relações sociais.

#### **1.4 Síntese integrativa**

Os resultados da pesquisa de mestrado de Andrade (2017) demonstraram que as atividades realizadas na PSC não tiveram execução e finalidade socioeducativa, no município pesquisado, Natal (RN). O estudo do autor corrobora com a questão de investigação proposta nesta pesquisa, a qual possui como público os adolescentes que cumpriram PSC em uma cidade de médio porte do Noroeste Paulista.

O autor apontou três vias de aperfeiçoamento para a PSC: formação técnico-profissional para os profissionais, formação técnico profissional para os adolescentes, com atividades que eles tenham interesse e de serviços para a comunidade, propondo para isso parcerias com o Sistema S (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT) e a terceira via é o aperfeiçoamento da legislação da PSC, pois há conceitos e procedimentos que são genéricos, tais como o de tarefas (ANDRADE, 2017).

Sinalizamos como ponto investigado, em nosso estudo, a característica de trabalho proposta pelo autor, que sugeriu parceria com o Sistema S. A via de acesso por meio do trabalho aparece como alternativa para os jovens pobres? Essa é uma questão para reflexão e podemos apontar que as Orientações Técnicas da PSC pressupõem acesso aos direitos de forma geral como saúde, cultura e assistência. Sabemos da realidade objetiva de acesso a emprego, que pode ser correlacionada até pela média salarial das famílias e, por consequência, da realidade dos jovens que precisam trabalhar para contribuir com a subsistência das famílias. Portanto,

reafirmamos que precisamos lutar e resistir para que a juventude possa ter como garantia um Estado que possibilite diminuir a desigualdade social.

Grabiraba (2017) ao discorrer sobre o Estado Penal e a PSC como medida punitiva nos apresenta o cenário que ocorre em muitos municípios na execução desta MSE. A pesquisa ocorreu a partir da entrevista com o adolescente, o que traz a voz da juventude acerca de suas vivências.

Santos (2017) aponta dados de jovens que realizaram serviços de limpeza e de evangelização em instituições religiosas, sinalizando o importante resultado da perspectiva punitiva e não pedagógica da PSC.

A partir dos resultados de sua dissertação Silva (2017) discute que os trabalhos realizados na PSC são violentos, na medida em que são castigo, punição, correção e perversos, visto que se apresentam como proposta socioeducativa e de profissionalização. Esse cenário, de acordo com o autor, reafirma o projeto burguês da sociedade capitalista que estigmatiza os adolescentes como indesejáveis e perigosos, fator que está presente no processo histórico das políticas socioeducativas em nosso país. Ao resgatar a obra de Rizzini (2008), “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil”, o autor aborda que os Códigos de menores de 1927 e 1979 tiveram a perspectiva de preparar as crianças e jovens para o trabalho assalariado, de acordo com os interesses econômicos do período histórico.

Destacamos que a obra e autora são referência para esta dissertação ao lançarmos olhar para a construção histórica da punição e do trabalho para os jovens, principalmente os da classe trabalhadora.

O trabalho de Flores (2011) apresenta uma relevante organização de como a PSC está estruturada na UFRGS de modo que possibilite que a socioeducação ocorra na MSE.

Novaes (2018) contribui para o tema desta pesquisa no que tange a demonstração dos resultados da PSC realizada na Defensoria Pública do município de Salvador (BA) que objetiva atender às diretrizes socioeducativas. Também nos apresenta um perfil de jovens com defasagem escolar, ao citar no texto sobre o público que é negro e pobre e da cultura brasileira que carrega o estigma do Código de Menores. Ainda, é relevante apresentar que os jovens cumprem a PSC na Defensoria

participam dos cursos de formação ofertados, buscando associar a atividades que proporcionem educação cidadã.

Rodrigues (2017) apresenta uma proposta de pesquisa-intervenção de trabalho grupal como forma de cumprimento da PSC. Aponta como trabalhou com o grupo sobre território, e a reflexão sobre as condições de acesso, a luta pela garantia de direitos e da possibilidade de ressignificações através das trocas com os adolescentes do grupo.

Ao discutir o resultado *D – Eu, prestador de serviços à comunidade*, afirma que a PSC implica uma relação de trabalho, sendo um trabalho não remunerado. Ela resgata em autores como Rizzini (2008) o trabalho como correção e em Foucault (2014 *apud* RODRIGUES, 2017) a relação do trabalho como punição e como forma de alcançar a propriedade privada. Também apresenta o conceito de dispositivo como um espaço estratégico, de aprendizagens e de transformações, de implicação com os outros, de tal forma, propõe o grupo como dispositivo socioeducativo, uma proposta metodológica de intervenção na PSC.

O termo atividades laborativas aparece no estudo de Andrade (2017), como sendo uma ação da PSC. Já Grabiraba (2017), Martins (2016) e Silva (2017) realizam crítica com relação ao uso da ação como trabalho, que resulta em punição aos adolescentes. Já Martins (2016) realizou uma pesquisa teórica e fez reflexões sobre a PSC como sendo uma medida que se pauta no trabalho. Destacamos que a publicação da revisão feita por ele data do mesmo ano da publicação do Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2016) e neste fica claro que as atividades realizadas pelos jovens não podem ser de trabalho, apesar de que abordaremos sobre o conceito aberto de tarefas e atividades, que associada ao caráter de sanção da medida, pode ensejar trabalho para a entidade.

Conforme abordaremos no capítulo da fundamentação teórica, o trabalho braçal como punição a crianças e adolescentes é historicamente construído e as orientações técnicas para as medidas socioeducativas em meio aberto, ECA e SINASE são claras quanto às atividades não serem inadequadas e de não terem caráter de trabalho para a instituição, mas sim na comunidade e para a comunidade.

## CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), considera-se adolescentes as pessoas de 12 até 18 anos de idade. Nosso posicionamento vai ao encontro do uso do conceito de jovem, para reafirmar a(s) juventude(s) na perspectiva de garantir que são sujeitos de direitos, cidadãos, atravessados pela diversidade e desigualdade social. Mantivemos, nesta dissertação, a palavra adolescente quando os autores que compõem esta pesquisa adotaram esse termo em seus textos, como, por exemplo, na pesquisa bibliográfica.

Perondi e Stephanou (2017) realizam discussão sobre o tema dos jovens e elencam alguns assuntos dessa pauta como: o número expressivo de jovens e a projeção para o achatamento dessa faixa etária até 2060, as práticas educativas precisariam ser atualizadas, a revolução digital e a dimensão da violência, posto que o jovem é apontado como o responsável pelo aumento dos índices de violência. Após a Segunda Guerra Mundial, a juventude é construída a partir de uma percepção de etapa para a vida adulta e como estratégia para garantir mercado consumidor em uma cultura que valoriza o ser jovem.

Para Perondi e Stephanou (2017), há diferentes conceituações sobre as juventudes: há as que analisam como uma preparação para o futuro, a partir do vir a ser e a conseqüente desvalorização do que o jovem é, do protagonista que é hoje. A outra percepção é da juventude como problema e a juventude enquanto modelo, que é a fase da vida que se quer prolongar em função do mercado de consumo.

As culturas juvenis, no plural, para abarcar toda a sua pluralidade, diversidade, e desigualdade, territorialidades onde vivem, não possuem uma idade fixa e constroem-se a partir das sociabilidades entre os jovens, nas instituições, como as escolas, nos bairros em que residem.

É nessa perspectiva de construção, a partir da interação com seus pares, como seres ativos, inseridos em uma cultura, que adotamos como referencial teórico para a análise da juventude a Psicologia sócio-histórica, a partir de algumas pesquisas de Ana Mercês Bahia Bock. O referencial teórico é composto e apresentado em três subseções: na primeira, discorremos sobre a juventude; em seguida, buscamos na história do Brasil a construção de infância e de adolescência e a relação com o trabalho como punição, tendo como referência o livro organizado por Del Priori (2008)

e, na última subseção, abordamos sobre a socioeducação e o trabalho desenvolvida pela UFRGS, que atende os jovens de PSC, mostrando-nos caminhos para diretrizes pedagógicas que podem ser efetivadas na PSC. Esta Universidade recebe os jovens para prestarem a MSE de PSC, portanto, é um referencial para a nossa discussão e análise dos resultados.

## **1 Fundamentação teórica: juventudes e Psicologia sócio-histórica**

Trazer a Psicologia sócio-histórica, a partir de pesquisadores como Ana Mercês Bahia Bock, tem como objetivo elencar uma teoria que consiga fazer a leitura do contexto dos jovens que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, especificamente a de Prestação de Serviços à Comunidade.

Bock (2007) faz crítica sobre concepções de adolescência que são naturalizantes. A partir da abordagem sócio-histórica da Psicologia, estudamos a adolescência como produção social. Como salienta Santos (1996 *apud* Bock, 2007) as perspectivas em Psicologia da adolescência têm se pautado na análise a partir do homem branco, burguês, racional e ocidental, oriundo das leituras dos Estados Unidos e Europa.

Bock (2007) faz uma revisão crítica sobre como a adolescência é concebida na sociedade e pesquisada/entendida pela Psicologia. Apresenta livros e publicações destinadas a pais e educadores. O estudo também pretendeu analisar as orientações e condutas que estão presentes nestas publicações a partir da concepção naturalizante da adolescência. Como resultado apontou para a superação da concepção da adolescência como natural e a partir da Psicologia sócio-histórica apresentar o jovem como ator social, construído em período sócio-histórico, que se desenvolve a partir da relação social com o mundo social e cultural, além de indicar essa perspectiva para a construção de políticas públicas.

A autora salienta que a Psicologia produz conhecimento e ao fazer análises naturalizantes da adolescência pode trazer implicações dessa perspectiva na construção de políticas públicas para as juventudes.

Na introdução do tema, Bock (2007) faz a crítica da adolescência tida como natural, uma adolescência entendida em nossa sociedade como sendo difícil, devido às alterações físicas e hormonais. De acordo com a revisão crítica da autora, o

psicanalista Erickson foi inspiração na América Latina para os pesquisadores Aberastury e Knobel, que, em 1989, desenvolveram o conceito de “síndrome da adolescência normal”.

Fazemos um destaque que Bock não faz diferenciação conceitual entre adolescência e juventude. Bock, Furtado e Teixeira (2001) discorrem sobre não haver uma precisão na definição de adolescência e de juventude. Os autores basearam-se em um estudo feito pela Universidade de Roma, em 1980, intitulado “A condição juvenil: crítica à Psicologia do adolescente e do jovem”. Para eles, não há uma definição clara com relação a este período, visto ser uma construção histórica. Bock explicita que a Psicologia sócio-histórica tem base marxista. Leontiev (1978) destaca.

Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico pela sociedade humana (LEONTIEV, 1978 *apud* BOCK, 2007, p. 67).

Para Bock (2007), a concepção sócio-histórica não se alinha à visão liberal do capitalismo, na qual o homem possui uma capacidade de desenvolvimento já previsto, de modo apriorístico, e que pode ser facilitado ou não pela cultura e pela sociedade.

Identificamos essa questão na culpabilização das famílias, dos adolescentes pobres, que apresentam vulnerabilidades e a sociedade neoliberal constrói uma ideologia de que são pobres porque querem, não mereceram, não se esforçaram o suficiente. Esse é o contexto cultural dos adolescentes que vivenciam/vivenciaram contexto de cometimento de ato infracional e que passam a cumprir PSC.

Para a abordagem sócio-histórica, a subjetividade se constrói a partir das relações da sociedade, em uma relação dialética o “[...] homem se constrói ao construir sua realidade [...]” (BOCK, 2007, p. 67). O fenômeno psicológico é histórico, resultante das relações e interesses sociais, que faz uma marca na subjetividade do indivíduo.

A adolescência na perspectiva sócio-histórica não é entendida como etapa natural, tampouco que apenas as marcas e transformações do corpo ocorrem naturalmente e significam o adolescente. A adolescência na abordagem sócio-histórica é fenômeno social e ocorrem mudanças no corpo que são significadas socialmente na cultura. Nessa abordagem, questionamos como se constituiu historicamente a adolescência.

Faz-se relevante, nesta abordagem, entender o contexto de construção da adolescência. A partir das revoluções industriais, no período da história que se considera como Modernidade, prolongou-se o tempo dos adolescentes na escola, para uma qualificação que atendesse o mercado tecnológico e, também, devido ao contexto de desemprego, marcado pelo capitalismo. Nesse contexto, necessitava aumentar o tempo para que os jovens entrassem para o mundo do trabalho, aumentando a expectativa de vida e o tempo de permanência dos adolescentes na escola, acarretando menor tempo próximo às famílias e levou a uma construção de grupos de iguais, o qual se denominou de período de adolescência/juventude (CLÍMACO, 1991 *apud* BOCK, 2007).

Podemos fazer um destaque sobre a classe social que conseguia acesso à escola. Não é a realidade de nossos jovens também na contemporaneidade que são expulsos da escola, ou evadem devido à defasagem escolar bem como para conseguir trabalho e aumentar/contribuir para a renda da família, entrando para o mercado informal como o tráfico de drogas.

Nossa sociedade constrói, historicamente, o período denominado adolescência como o período necessário para a passagem adulta, marcada pela entrada no mercado de trabalho. Contudo, vivemos em uma sociedade desigual e nosso país não oferece condições às famílias pobres para manterem seus filhos na escola, tornando os processos de acessos à adolescência de forma desigual. Nossa sociedade, que se organiza em divisão de classes e em dominação, exerce o mesmo controle com os adolescentes ao esperar que o jovem seja o futuro, o adulto adaptado de amanhã. Essa construção social também faz parte do processo naturalizante da adolescência (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA; 2001).

A construção da adolescência, como fase de preparação para o mundo adulto, ocorreu com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo industrial para que os jovens se preparassem para o mercado de trabalho e não concorrer às vagas de emprego dos adultos. Devido ao contexto e à condição social e histórica os adolescentes apresentaram atitudes e comportamentos que não são naturalmente características desse período. “As condições sociais nas quais se encontram os jovens são como fonte mobilizadora e geradora da chamada ‘adolescência’.” (BOCK, 2007, p. 69).

Nas diversas sociedades e em diferentes momentos históricos a adolescência foi construída e significada de diversas formas

[...] força física, cortesia e amor, guerra e caça, jogos, proezas, responsabilidades, transgressões; 20 ou 30 anos; uma etapa curta ou longa de passagem para a vida adulta, a adolescência não foi a mesma coisa sempre (BOCK, 2007, p. 69).

Em seu estudo, Bock (2007) comparou as concepções de adolescência presentes nos livros e utilizou as seguintes categorias para sistematização dos conteúdos: descrição das características e comportamentos do jovem, descrição da relação dos jovens com adultos, explicação da adolescência e regras e orientações. Os livros analisados no estudo foram Tiba (1996), Waldman (1997) e Zagury (1996), todos citados por Bock (2007).

Ao discutir os dados e apresentar conclusões, Bock (2007) pontua que a adolescência foi apresentada como negativa nos quatro livros estudados e o ser adulto como meta a ser atingida. A relação dos jovens com os adultos é tida como conturbada, conflituosa. Não apresentam uma gênese da adolescência, por considerarem-na natural. O mundo social aparece como interferência, que dificulta ou não o que o adolescente teria com potencial, portanto, natural.

As orientações e as regras, direcionadas aos adultos, acenam para que tenham tolerância. A questão social não aparece como construção da adolescência, por exemplo, a necessidade de efetivação de políticas públicas e a autonomia financeira, demarcada pela questão de classe, pois se de um lado temos jovens que não trabalham e dependem financeiramente dos familiares, por outro, temos os que precisam trabalhar, porque precisam sustentar a família. Além disso, as publicações utilizam como parâmetro o jovem de classe média e alta. Não se apresenta as diferentes formas de acesso, ou não possibilidade de acesso devido à desigualdade social presente em nossa sociedade (BOCK, 2007).

As consequências de significar a adolescência como natural e universal, a partir do padrão da classe média e alta é estigmatizar as classes pobres, maioria da população brasileira e de criar patologias para o que se considera como desvio, tido como correto e normal. Não se abre possibilidades para discutir sobre as diferentes formas de inserção social e cultural (BOCK, 2007).

A partir dos materiais estudados, Bock (2007) conclui que é uma concepção de adolescência construída a partir do mercado liberal do capitalismo. Não se analisa a adolescência a partir das condições objetivas de vida. O resultado desse tipo de divulgação pela Psicologia é impossibilitar a construção de políticas sociais que viabilizem acesso aos jovens.

A autora conclui convocando os profissionais de Psicologia para o que está presente em seu código de ética, a transformação para uma sociedade mais justa e igualitária, construção importante para todos os profissionais que atuam nas políticas públicas, tal como por esta pesquisa que possui como participantes os jovens que cumpriram a PSC.

Os psicólogos estão, a nosso ver, perdendo a possibilidade de contribuir na construção de políticas públicas para a juventude que, entendendo a adolescência como um período do desenvolvimento com suas características constituídas nas relações sociais e nas formas de produção da sobrevivência, possam contribuir para a ressignificação, pelo adulto, deste período e sugerir novas formas de relacionamento que tenham no jovem um parceiro social. Além disso, os psicólogos devem contribuir com seus saberes para que a adolescência seja vista como de responsabilidade de todos. O que nossos jovens estão fazendo, como estão se comportando deve ser compreendido como fruto das relações sociais, das condições de vida, dos valores sociais presentes da cultura, portanto, como responsabilidade de todos que fazem parte de um conjunto social. Pais, professores, profissionais e adultos em geral devem ser alertados para a responsabilidade que possuem na formação e na construção social de nossa juventude. Não se deve pedir a eles apenas tolerância (BOCK, 2007, p.75).

Desta convocação dos profissionais para a responsabilidade com o resistir e efetivar as políticas públicas passaremos a levantar a construção histórica do trabalho como punição.

## **2 Um passado que não fechou portas**

Utilizamos como referência, nesta seção, o livro organizado por Mary Del Priori (2008), que contextualiza a história da criança no Brasil. Destacamos que essa foi a escolha para apresentar um panorama geral da história da criança e dos jovens em nosso país, principalmente para destacar o aspecto do trabalho como punição para as crianças pobres.

Nesse livro, Ramos (2008) apresenta o capítulo “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI”, apontando para um contexto de crianças de 12 a 15 anos de idade que trabalhavam como grumetes. Tratavam de atividades mais pesadas do que as dos marujos, havia pajens, com tarefas ditas mais leves como arrumar as camas e servir as mesas. Estima-se que de um total de 150 tripulantes aproximadamente 33 eram de crianças com menos de 16 anos. Eram submetidas a abusos sexuais, fome e doenças características das navegações marítimas portuguesas, dos séculos XVI e XVII.

Além dessas crianças, havia a categoria de órfãos do rei, meninas pobres de 14 a 30 anos de idade que a Coroa portuguesa retirou dos orfanatos para enviar ao Brasil e principalmente às Índias. O destino era o matrimônio com homens de baixa nobreza portuguesa. Relata o autor que as famílias pobres e as crianças poderiam ver como uma oportunidade, um sonho de seguir carreira marítima, mas narra cenas em que crianças e adolescentes eram colocados em situação de trabalho infantil, considerados como mão de obra a ser explorada (RAMOS, 2008).

Venancio (2008) descreve, ainda, o contexto de crianças e de adolescentes, recrutados para trabalharem em navios e o Brasil, seguindo Portugal, nos períodos colonial e imperial, buscava crianças que eram deixadas nas rodas de expostos das Santas Casas de Misericórdia. Devido às más condições de saúde, os meninos abandonados foram substituídos por crianças consideradas delinquentes e por crianças carentes, enviadas pelas suas famílias. O autor nos oferece pistas do lugar disponibilizado às crianças ditas delinquentes, o lugar de punição realizando trabalhos e destinadas a morrerem nas guerras, como na Guerra do Paraguai, período descrito como de caça às crianças escravas e as consideradas delinquentes para serem enviadas à marinha. O autor apresenta dados referentes ao trabalho nas companhias de aprendizes de marinheiros

Frequentemente, os administradores dos arsenais, baseados na boa compleição física do aprendiz, permitiam que o mesmo assentasse praça antes de completar os 17 anos de idade. Em 1863, antes portanto do início da guerra, o número desses “emancipados” foi de 93, um ano mais tarde, já no período do conflito, essa cifra aumentou para 382, saltando, no ano de 1867, para 814 menores recrutados, e, no ano seguinte, atingindo o exorbitante contingente de 1.470 menores alistados na Marinha (VENANCIO, 2008, p. 203).

Del Priore (2008) discorre sobre o cotidiano da criança no Brasil entre a colônia e o Império, entre os séculos XVI e XVIII, período em que nos manuais de medicina assim se definia infância e adolescência

[...] a “puerícia” tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava no nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser “quente e seca”, perdurava dos 14 aos 25 anos [...] (DEL PRIORI, 2008, p. 84).

A infância era dividida em três momentos, de acordo com a condição social: até os quatro anos, quando encerrava a amamentação, era o primeiro momento; até os setes anos a criança acompanhava o cotidiano dos pais e no terceiro momento as crianças filhas dos senhores iam estudar e as de escravos iam para o trabalho. Enuncia que no século XVIII foram descritas relações de afeto entre os pais e os filhos, situação que era combatida pelos jesuítas, que no século XVI introduziram o castigo físico como forma de educação. Del Priore (2008) destaca trecho do século XVII do médico Francisco de Mello Franco, o qual aponta que crianças e adolescentes precisam ser educados com força e violência e a autora reflete sobre a sociabilidade para a cidadania que não foi construída em nosso país.

Scarano (2008) apresenta o capítulo “Crianças esquecidas das Minas Gerais” e já inicia seu texto dizendo que nas correspondências dos arquivos brasileiros e portugueses os assuntos são atinentes à política e economia e analisa que as crianças negras quase não são citadas. As fontes de informações eram de pessoas que escreviam acerca de queixas diversas e das irmandades religiosas que escreviam sobre a construção de igrejas. Na capitania das Minas Gerais, era exercida a mineração com a presença de crianças que perambulavam pelas ruas e as crianças negras até sete anos de idade serviam de distração para as mulheres brancas. O tráfico negreiro priorizava homens jovens (de 15 a 24 anos) para o trabalho da mineração e daí não havia relevante procura pelo trabalho nas lavras. Sobre o contexto das crianças escravas, assim expõe.

[...] As crianças que chegavam em navios negreiros pareciam esqueletos, cheias de sarna, problemas de pele e outras moléstias e ficavam sujeitas a tratamentos horríveis para poder enfrentar e bem impressionar seus compradores. Não eram consideradas um bom investimento para o futuro, o presente era o que importava e os

pequenos apareciam apenas como mais uma boca a ser alimentada (SCARANO, 2008, p. 114).

As escravas que tinham filhos eram valorizadas por se tornarem amas-de-leite, contudo, muitas vezes não podiam alimentar os próprios filhos. O catolicismo exerceu influência na vida das crianças e o batizado era um momento relevante. Devido à situação precária dos escravos, batizavam as crianças em até oito dias após o nascimento. A autora destaca que a religião católica era imposta às pessoas escravizadas, visto que elas já tinham suas religiões de origem africanas (SCARANO, 2008).

No período de 1700, considerava-se a primeira infância até os sete anos de idade e, a partir de então, entraria na idade da razão, podendo ter a capacidade de discernir entre mal e bem. Não há documento que relate preocupação com o bem-estar das crianças, escrevia-se mais sobre os cavalos de montaria e o tratamento de que necessitavam. A autora faz a associação de que o não interesse pelo cotidiano das crianças se deve ao fato de não darem lucro. As crianças com talento para a música participavam de festividades da igreja. Há cartas dirigidas à Lisboa, com relatos de que desagradou as autoridades o nascimento de crianças provenientes da união entre brancos e negras<sup>1</sup> e essas serem herdeiras e passarem a ter patrimônio (SCARANO, 2008).

O contexto de decadência da mineração (final do século XIX) levou à alforria dos escravos, dentre os quais, também as crianças, já que os donos destas não queriam ter gastos com o sustento delas. O contexto foi de abandono e sobrevivência nas ruas através de esmolas (SCARANO, 2008).

Tentaram se encaixar na sociedade branca as crianças mulatas<sup>2</sup> que eram filhas ilegítimas e tinham recebido bens e as que tinham aprendido um trabalho, como as artesãs, ou tinham algum talento. As crianças também exerciam funções domésticas como as de levar recados. Destaca a autora sobre o elevado número de mortalidade infantil devido às doenças infectocontagiosas presentes em um contexto de miserabilidade (SCARANO, 2008).

---

1 A autora utiliza o termo “de cor” como na documentação do período.

2 Termo utilizado na documentação da época.

Mauad (2008) descreveu a vida de crianças de elite durante o Império, pontuando que muitos viajantes passaram pelo Brasil, com a abertura dos portos a partir de 1808, e as experiências foram relatadas em diários, correspondências, crônicas, dentre outros. Para o autor, no período oitocentista havia a demarcação da infância, até os três anos de idade, definida pelo desenvolvimento da fala, a puerícia até os doze anos de idade, associadas ao desenvolvimento físico e meninice era a denominação para o desenvolvimento intelectual. Já a adolescência era considerada dos 14 aos 25 anos, marcada pela conquista da maturidade. As fotografias revelam o uso de brinquedos, sendo estes os objetos de desejos das crianças. A rotina de crianças e adolescentes baseava-se no mundo adulto.

A educação das crianças e jovens caberia à família e a instrução à escola, sendo a primeira a mais relevante, referindo-se ao aprendizado dos valores e dos costumes. A autora narra sobre a diferença de educação e instrução para meninos e meninas. A eles era destinado o conhecimento intelectual e masculinidade e a elas os trabalhos manuais (MAUAD, 2008).

Através dos relatos de sentimentos disparados com os episódios de nascimento e morte no século XIX tem-se a valorização da infância. A relação de cuidado e educação de comportamentos das crianças e adolescentes estava associada à figura da mãe, e quanto mais nobre a família, mais ela tinha o suporte de cuidado através das amas, damas, pajens, dentre outras (MAUAD, 2008).

Góes e Florentino (2008) discorreram sobre o contexto da criança escrava no Rio de Janeiro entre 1789 e 1830. Através da análise de documentos relatam sobre a presença de crianças, que representavam dois entre dez escravos. Devido à mortalidade infantil a criança não era valorizada, mas conforme crescia, os preços aumentavam no mercado escravagista. Os autores apresentam situações das crianças trabalhando nas lavouras e atividades domésticas com os pais escravos, destacando que aos

[...] anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos. Os preços obedeciam a igual movimento (GÓES; FLORENTINO, 2008, p. 185).

Santos (2008) narra o cenário de industrialização de São Paulo no período republicano e de como crianças e adolescentes foram criminalizados. O fim da

escravidão, a imigração e o crescimento populacional não acompanhados de acesso às condições mínimas de vida são as marcas de um contexto de desigualdade social, exclusão e aumento da repressão e apreensão de crianças e adolescentes chamadas de delinquentes. Esses eram presos por crimes ditos de vagabundagem, vadiagem, desordem, embriaguez, pelo fato de perambular pelas ruas e não comprovar ocupação às autoridades policiais. Nas casas de correção a pedagogia utilizada era a do trabalho.

Santos (2008) aponta que entre 1904 e 1906, 40% das prisões de crianças e adolescentes ocorriam devido à vadiagem. Comparando com os dados referentes aos adultos, esses cometiam aproximadamente 93% de crimes de homicídios enquanto 6,9% eram de autoria dos considerados menores<sup>3</sup>. A infância era vista como o futuro, o vir a ser e os altos índices da chamada delinquência eram justificadas pela não educação e falta de cuidado da família. As condições objetivas de vida e o contexto de exclusão social não eram considerados nas análises dos juristas.

Para Santos (2008), o Código Penal da República, de 1890, não inovou em relação ao código do Império nas questões afetas à menoridade e imputabilidade. Eram inimputáveis os menores de nove anos completos, bem como os maiores de nove anos e menores que 14, que não obrassem discernimento. O autor explica que este conceito estava ligado à capacidade/incapacidade mental, maturidade de juízo, ter retidão e critério com relação às próprias ações.

[...] A principal mudança residia na forma de punição daqueles que, tendo entre nove e 14 anos, tivessem agido conscientemente, ou seja, 'obravam com discernimento': deveriam estes ser 'recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao Juiz parecer', não devendo lá permanecer depois dos 17 anos. A recuperação desses menores, portanto daria-se não mais pelo simples encerramento numa instituição de correção, mas sim pela disciplina de uma instituição de caráter industrial, deixando transparecer a pedagogia do trabalho coato como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente (SANTOS, 2008, p. 216).

O Código Penal não fazia distinção de penas com relação aos gêneros feminino/masculino e o autor discute sobre como a lei refletia o modelo de sociedade

---

3 Mantivemos o termo como escrito pelo autor, sendo que menor era o nome dado às crianças e adolescentes

patriarcal que via a mulher como submissa, frágil e inferior, visto que havia críticas pela não distinção de pena, sob as justificativas de que a mulher teria grau de mentalidade menos desenvolvida se comparada ao homem (SANTOS, 2008).

As autoridades oficiais viam como solução para os problemas de delinquência<sup>4</sup> o trabalho na fábrica, baseando-se na pedagogia por meio do trabalho e a escola. Esta é apresentada por Santos (2008) a partir de fragmento que narra que a juventude fugia da escola e este seria um dos motivos da delinquência. A pedagogia do trabalho era tida como eficaz por poder intimidar e ser regenerativa para que o delinquente pudesse valorizar o trabalho.

A cidade de São Paulo possuía institutos disciplinares privados desde o século XIX, com o objetivo de recolhimento de menores e oferecia o ensino profissional destinado aos filhos de operários e comerciantes. Eram fundados por instituições religiosas ou indústria e comércio, os quais não queriam receber as crianças e adolescentes judicialmente incriminados (SANTOS, 2008). Por essa razão, houve uma pressão das autoridades e dos juristas que levou à criação de instituição pública de recolhimento para fins de corrigir e de recuperar jovens delinquentes.

[...] o secretário da Justiça Bento Bueno elabora, em 1902, a lei nº 844, que autorizava o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. A Colônia Correcional destinaria-se ao enclausuramento e correção, pelo trabalho, dos 'vadios e vagabundos' condenados com base nos artigos 375, 399 e 400 do Código Penal, e o Instituto Disciplinar destinaria-se não só a todos os criminosos menores de 21 anos, como também aos 'pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de nove anos e menores de 14 anos' que lá deveriam ficar até completarem 21 anos (SANTOS, 2008, p. 224).

Os jovens realizavam trabalho agrícola e exercícios físicos, tendo como um dos objetivos afastar as ideias do mal. Tinham que realizar outras ações como educação cívica, instrução militar e manejo de armas. Havia educação formal, mas muitos jovens saíam com déficits na alfabetização. Em geral, as atividades ocorriam das cinco e meia da manhã até às cinco e meia da tarde. As fugas ou tentativas destas eram frequentes, devido às vivências de punições e condições de trabalho. Não havia

---

4 Mantivemos o termo utilizado pelo autor e que reflete a nomenclatura também utilizada naquele momento histórico.

ensino religioso, como forma de manter o princípio laico republicano, assim, os jovens tinham liberdade para escolherem as suas religiões. (SANTOS, 2008).

Destacamos que essa é uma informação relevante, uma vez que a história mostra que a juventude continua a ser criminalizada, punida através do trabalho atualmente e com o agravante de que, muitas vezes não tem o direito de acesso ao Estado laico.

Os textos de revistas e documentos do período apresentam a juventude como perigosa e tecem elogios às ações policiais. Conclui o autor que a criminalidade e o controle estão associados para combater o que não se encaixava no contexto de produção capitalista (SANTOS, 2008).

As crianças e adolescentes eram encaminhadas para os institutos disciplinares e lá exerciam atividades laborais como método pedagógico, mas o contexto de trabalho esteve presente em várias regiões do País não só como método de punição para a criminalidade, as crianças e adolescentes trabalhavam como os adultos nas fábricas e indústrias.

Quem nos conta essa história a partir da conjuntura do início da industrialização em São Paulo na República Velha é Moura (2008).

O início do século XX teve um cenário de condição de miserabilidade no mundo e a vinda de imigrantes para o Brasil, dentre eles italianos, que marcaram a classe operária presente em São Paulo. A urbanização e condições de vida tiveram a característica de fome, doença e locais de moradia que eram cortiços. O cotidiano da infância e adolescência era o mundo do trabalho. De acordo com a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, em 1890, havia aproximadamente 15% de crianças e adolescentes trabalhando na indústria e o Departamento Estadual do Trabalho apontava que em 1919 essa mão-de-obra na indústria têxtil era de 40% (MOURA, 2008).

Por meio de registros e da veiculação da imprensa são contadas, pela autora, a situação de exploração, acidentes nas oficinas e fábricas, maus-tratos e violências por parte dos patrões, além das condições precárias e insalubres dos locais de trabalho, tudo o que era conveniente para o empresariado obter mais lucro. As crianças e adolescentes submetiam-se devido à situação de pobreza da classe operária

[...] Parecem ter sido comuns os castigos decorrentes de situações que envolviam a avaliação do desempenho profissional de crianças e adolescentes. Exemplar, o caso do adolescente Francisco Augusto da Fonseca, aprendiz em uma fábrica de chinelos, castigado pelo mestre, em março de 1902, com várias chineladas no rosto pois, segundo consta, não fizera com cuidado o serviço de que fora incumbido (MOURA, 2008, p. 266).

Os postos de trabalho das crianças e adolescentes operárias eram: indústrias têxteis, confecções, alimentícias, produtos químicos, metalurgia, construção civil, dentre outros. Havia a realização de trabalhos informais tais como: venda de bilhetes de loteria nas ruas, engraxates, venda de jornais, entre outros (MOURA, 2008).

O jornal *O Combate* que, em 1917, denunciou situações de crianças e adolescentes, trabalhando das sete horas da noite até às seis da manhã do dia seguinte, com intervalo de vinte minutos. Descrevemos as leis existentes no Quadro 2.

**Quadro 2.** Legislações de trabalho para a infância de 1894 a 1918.

Legislação	Idade/Horas de trabalho	Admissão	Educação/ Saúde/ Segurança	Demais informações
Decreto Estadual n. 233/1894	Para todos os operários: 12 horas diárias e proibição do trabalho noturno, após às 21h para meninos menores de 15 anos e para as meninas menores de 21 anos	Ter doze anos para admissão nos trabalhos comuns das fábricas e oficinas; dez a doze anos: "certa ordem de trabalho acessível"	-	-
Legislação* vigente em 1910	Menores de 18 anos: proibição de trabalho noturno	-	-	-
Decreto Estadual n. 2141	-	10 anos de idade; Entre 10 e 12 anos poderia executar serviços leves	-	-
Lei Estadual n. 1596/1917 e Decreto Estadual n. 2918/1918	Doze a 15 anos: 5 horas diárias e proibição de trabalho noturno aos menores de 18 anos de idade	Limite de doze anos para mão-de-obra no setor secundário	Apresentar certificado de frequência anterior em escola primária; Apresentar atestado médico de capacidade física	Doze a 15 anos: não trabalhar em fábricas de bebidas alcoólicas destiladas e fermentadas; setor insalubres, perigosos; funções que impliquem fadiga demasiada, riscos de acidentes e

				ofensivos à moral
--	--	--	--	-------------------

\*não especificada

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de Moura (2008, p. 271-72).

Moura (2008) descreveu o cotidiano de exploração da infância e juventude em que não havia fiscalização para o cumprimento das legislações, além do fato de que estas também apresentavam conceitos subjetivos. Os salários dos operários e operárias crianças e adolescentes eram menores em relação ao dos adultos, sendo que o salário feminino era menor se comparado ao masculino. Os aprendizes nada recebiam pelo trabalho com o discurso do empresariado de que estavam tendo em troca a aprendizagem de uma profissão.

O trabalho como forma de resgatar e de proteger a criança das ruas também foi um discurso presente devido ao contexto de crianças em mendicância, abandono ou pelas famílias não terem creches ou escolas para deixarem os filhos (MOURA, 2008).

O movimento operário passou a se manifestar, pois não ocorreu superação de pobreza, acesso à cidadania e se repetia na história as desigualdades de acessos das crianças, pois as escravas não ascendiam às condições de vida de seus senhores, assim como as que estavam nas fábricas também não tinham acesso como os filhos das classes dominantes. A imprensa teve papel de realizar denúncias das situações de exploração de mão-de-obra infantil e da classe operária de forma geral (MOURA, 2008).

Passeti (2008) aborda a Greve Geral de julho de 1917, que denunciava a exploração do trabalho infantil. Para o autor, havia esperança de uma diretriz democrática e garantia de direitos com a Proclamação da República em nosso País e o que ocorrera foi um século permeado de crueldade com relação aos jovens e crianças. O contexto de abandono de filhos e de delinquência teve como resposta do Estado a elaboração de políticas sociais e legislações específicas para a contenção das pessoas pobres. Havia a ideologia de que a família desestruturada<sup>5</sup> gerava criminosos e delinquentes.

---

<sup>5</sup> Mantivemos o conceito conforme apontado pelo autor no capítulo do livro. Vale ressaltar que este é um termo que remete a preconceitos e práticas que criminalizam as famílias. Conforme apontado por Do Nascimento, Cunha e Vicente (2008), esse termo associa a família como culpabilizada pela questão que é estrutural do capitalismo, que gera privação de acessos a direitos e este contexto não é considerado nas análises das relações sociais em que as famílias estão implicadas.

Ocorreu a valorização das instituições de internação e nos anos de 1920 as ações governamentais via filantropia. As internações primavam pela Educação pautada pelo medo e pelo trabalho, ações estas viabilizadas pelo tratamento médico e aparato jurídico (PASSETTI, 2008).

O decreto n. 17.343/A, de 12 de outubro de 1927, chamado Código de Menores, responsabiliza-se pelo abandono das crianças e correção da delinquência.

Os anos 20 são de aplacação das iniciativas autônomas e de preparação para a grande conformação das massas como rebanhos nos anos 30. Foi um acontecimento que se desenvolveu não só no Brasil, com a emergência do getulismo, mas que rendeu desde o nazismo e o fascismo, até o stalinismo e o *new deal* norte-americano. Naquele momento, de um mundo centralizador e disciplinar emergiram outras formas do controle social (PASSETTI, 2008, p. 355).

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), implementada em 1964 na Ditadura Militar, propõe atuar através da educação na reclusão, uma política para os menores das classes pobres. A lei federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, estabeleceu o Código de Menores de 1979.

[...] O código de 1979 chegava a levantar suspeitas de antemão sobre os jovens pobres, maltrapilhos, negros ou migrantes que vagavam pelas cidades, tidos como menores e vivendo em “situação irregular” (PASSETTI, 2008, p. 370).

O termo *menor*, que carrega estigmas e preconceitos, é excluído com a Constituição de 1988. A Constituição de 1988 é fruto de lutas de diversos segmentos da sociedade e de movimentos sociais. A estigmatização formal pobreza-delinquência foi repensada com o ECA (PASSETTI, 2008). Os planos de governo de escola para todos e as medidas de internação continuam a ser utilizadas de forma punitiva.

Ela [internação] está presente em 80% das sentenças proferidas, o que mostra a falta de sensibilidade destes mesmos juizes, promotores e advogados na defesa de alegados direitos, reiterando a mentalidade encarceradora [...] (PASSETTI, 2008, p. 371).

Conforme Passetti (2008), não houve grandes alterações com relação aos jovens que cometem ato infracional. O ECA estabelece que a internação deve ser a

medida socioeducativa aplicada em última instância, optando pelas medidas em meio aberto, contudo, não é o que ocorre na prática. O Estatuto não terá eficácia se não for legitimado pela sociedade como um todo.

A política de tolerância zero baseia-se no neoliberalismo vigente, de inspiração norte-americana da escola de Chicago de Milton Friedman, a qual prima pela punição, por não diferenciação de penas para as infrações (PASSETTI, 2008).

No Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2020), discutem-se os avanços possibilitados pelo ECA e pela SINASE e os desafios frente à realidade de desigualdade de nosso país, tais como a pobreza, renda e raça. As taxas de abandono e atraso escolar dos jovens pobres de 15 a 17 anos é de quase 12%, já o percentual de jovens ricos era de 1,4%, de acordo com fonte utilizada pelo IPEA que foi o IBGE 2018. Apresentam que os homicídios entre os jovens atingem os homens pretos ou pardos da periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

No Atlas, há a análise sobre o retrocesso que representa a redução da maioria penal e a necessidade do Estatuto do Desarmamento para frear os homicídios a crianças e adolescentes. Também apresenta discussão sobre o impacto da pandemia, visto que o desemprego atingiu milhares de famílias, levando ao contexto de pobreza e de fome. São necessárias ações de combate às violências física e sexual e implementação de medidas para frequência à escola e para tanto, há necessidade de acesso universal à tecnologia. Como caminhos para os avanços necessários está o apontamento da concretização das políticas públicas.

Partindo desta contextualização histórica passamos a apresentar as práticas em socioeducação.

### **3 Socioeducação**

O ECA traz a perspectiva da Doutrina da Proteção Integral e a execução das medidas judiciais deixam de ter a característica de sanção em forma de pena e passam a ser socioeducativas, com a diretriz da Educação, no que diz respeito à forma de sua operacionalização (CRAIDY, 2011).

A natureza jurídica das medidas socioeducativas é sancionatória, no que diz respeito à responsabilização do adolescente, que comete ato infracional, e os jovens têm garantia de proteção especial a partir de políticas públicas de caráter universal,

ou seja, a lei deve atender ao caráter socioeducativo (COSTA, 2017). Ainda para Costa (2017), o jovem em cumprimento de medida socioeducativa tem uma história de vida, muitas vezes, pautada em violações de direitos devido ao não acesso às políticas públicas e a intervenção voltada para ele deve respeitar a sua cultura.

A Constituição Federal de 1988 e o ECA implementaram avanços com as medidas socioeducativas em meio aberto, contudo, estas ainda apresentam déficits na dimensão pedagógica de sua execução. Para Craidy (2017), desde a abordagem policial, passando pelo judiciário e execução das medidas socioeducativas, o jovem deve ser respeitado, ouvido, ser informado acerca dos direitos e deveres. Na prática, há violações do caráter educativo atrelado à “[...] mentalidade punitivista/repressora e ou tutelar ainda se faz muitas vezes presente.” (CRAIDY, 2017, p. 88).

A pesquisadora, então, apresenta alguns trabalhos com resultados positivos, como o que é desenvolvido pela UFRGS, apresentando o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, executado desde 1997, na UFRGS, o qual é coordenado pela Faculdade de Educação e busca efetivar a dimensão educativa desta medida por meio da extensão, pesquisa e ensino, tendo os objetivos

-Oportunizar que adolescentes em PSC vivenciem uma experiência positiva de trabalho e de relações humanas; - orientar os adolescentes e tentar ajudá-los a superar os problemas que os levaram a cometer atos infracionais; - motivar e orientar os adolescentes em PSC para que retornem, quando for o caso, para escola; - encaminhar os adolescentes em PSC a serviços especializados da rede pública, sempre que necessário; gerar na vida cotidiana da Universidade, um novo olhar sobre a problemática do adolescente autor de ato infracional, da violência e da exclusão social; - desenvolver pesquisas que caracterizem a problemática vivida por esses adolescentes e que possibilitem avanços na construção de uma pedagogia voltada a essa problemática (CRAIDY, 2011, p. 9).

A pesquisadora aponta que para a efetivação dos princípios e objetivos da PSC na Universidade é preciso ter uma pessoa de referência, com a função de educador, o qual poderá estabelecer relações positivas com o adolescente. Dos adolescentes que passaram pelo Programa entre 1997 e 2011 (data de publicação do artigo) metade não frequentava a escola regularmente, havia defasagens escolares, envolvimento com drogas e dificuldades de acesso a tratamento adequado para este. Pesquisas demonstram que, em 2005, 86,17% dos jovens pontuaram razões positivas da

experiência da PSC, que foram o acolhimento e respeito bem como o ambiente de trabalho organizado (CRAIDY, 2011).

Craidy e Szuchman (2017) apresentam o livro organizado a partir do PPSC da UFRGS. Até a data de publicação a Universidade havia atendido no Programa 1.500 adolescentes. Foi realizada parceria com o Serviço de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito, e com o Projeto Estação Psi do Instituto de Psicologia.

[...] A integração dos três programas resultou no PIPA – Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com Lei, núcleo do PROEXT aprovado pelo CONSUN da Universidade (CRAIDY; SZYCHMAN, 2017, p. 9).

Para Craidy (2011), é possível educar no âmbito das medidas socioeducativas, pois educar é ato de esperança. A autora procura falar em educação, a partir de uma perspectiva que rompe com o fatalismo de que o adolescente que realizou um ato infracional é criminoso e/ou está fadado ao crime. Não se fala em penas, mas em construções a partir da relação com o outro.

[...] A educação é uma intervenção consciente e intencional de um adulto a favor do desenvolvimento de uma criança ou de um adolescente, ou mesmo de um outro adulto. Parte da convicção de que toda a pessoa tem condições de se desenvolver rumo a uma maior realização pessoal e social e a uma vida feliz. A felicidade também é objeto da educação (CRAIDY, 2011, p. 12).

A ação de educar ocorre em ambiente sócio-histórico determinado e o educando não é passivo, mas coparticipante e dependente das pessoas que interagem com ele/ela. Dessa forma, as atitudes repressivas não serão educativas. Da abordagem feita pela polícia até o final do cumprimento da medida socioeducativa deve-se ter ações educativas, partindo de tratamento justo e respeitoso (CRAIDY, 2011).

Educar o adolescente para que ele possa sentir-se capaz de ser alguém é apontado por Craidy (2011) como reconhecê-lo como sujeito de direitos, sendo possível esta ação no resgate da autoestima. Pode-se efetivar estas ações no trabalho via PSC e no grupo com o desenvolvimento de papéis positivos. Nos depoimentos de adolescentes e de educadores, o PPSC foi apontado como local em que os jovens se

sentiram aceitos e respeitados, onde estabeleceram relações pessoais positivas, apreenderam regras e coisas novas.

Para Craidy (2017), a socioeducação é educação e socioeducar é trabalhar direitos que foram negados, dar direito à fala, trabalhar o desenvolvimento humano. A pesquisadora aborda o papel da família, da escola e da comunidade, de forma a buscar espaços de inserção positiva.

[...] Na comunidade, há que se buscar espaços de inserção e realização. Estes espaços podem ser trabalho, lazer, arte, etc. Significam inserção positiva na comunidade. Por que positiva? Porque provavelmente o adolescente que praticou ato infracional, sobretudo se for um ato grave, está integrado negativamente na sociedade, sem esperanças, sem perspectivas, ligado mais à morte do que à vida. Recuperar relações, esperanças, projetos é papel da educação [...] (CRAIDY, 2017, p. 86).

Craidy (2011) avaliou que havia necessidade de construção de uma política para a juventude construída em conjunto com os adolescentes. Freitas (2017) apresenta a experiência de trabalho com os jovens da PSC do PPSC/UFRS realizada através de oficina socioeducativa. O tema desenvolvido com os adolescentes tratou sobre direito e por meio da fala dos participantes pode entender o quanto o direito deles é negligenciado e negado pelo Estado: discutiram sobre o direito de ir e vir, circular pela cidade, denunciaram situações de violência policial, dentre outros.

Problematizar o ter ou o não ter direitos com os jovens faz parte da educação na socioeducação, possibilitando a tomada de consciência dos socioeducandos, o seu protagonismo, lugar na sociedade e tomada de decisões, conscientização sobre as situações que levam ao cometimento do ato infracional e de que estas não são naturais, além disso, pode haver saídas coletivas para as situações de exclusão vivenciadas pelos jovens (FREITAS, 2017).

Szuchman e Flores (2017) apresentam o PIPA, sua metodologia interdisciplinar e a perspectiva interdepartamental que associa os campos de conhecimento da Educação, Psicologia e Direito. Os autores salientam que o princípio do trabalho é entender o contexto em que vive o adolescente em cumprimento da MSE, a prioridade não está no ato infracional, mas, na afirmação da vida do adolescente e no atendimento integral, que é o jovem no centro do processo e que as pesquisadoras chamam de “fazer com”, no sentido de fazer com os jovens.

Ao propor dentro da própria medida o exercício da liberdade, buscamos fortalecer as medidas em meio aberto como PSC e LA (liberdade assistida), visando à proposição de um sistema de responsabilização que prioriza a pessoa em detrimento do ato infracional, uma das notáveis diferenças entre o Código Penal e o que prevê o ECA. Há um contraponto que se efetiva no meio aberto, já que não se trata de um sujeito isolado que deverá responder sozinho por sua conduta, há, portanto, o reconhecimento de que sua ação está em relação com a sociedade, o Estado e a família (SZUCHMAN; FLORES, 2017, p. 186).

O PIPA realiza cinco grandes ações: defensoria interdisciplinar dos adolescentes; execução da PSC na Universidade (PPSC); acompanhamento juvenil; intervenções com familiares com adolescentes na medida de internação e atividades de formação profissional.

Vidal, Freitas e Oliveira (2017) apresentam, também, a experiência da PSC na PPSC como diretriz pedagógica na execução da medida socioeducativa. Abordam que o SINASE e o ECA apontam os parâmetros das MSE, mas não definem o que é o fazer educativo e como deve ocorrer a operacionalização pedagógica da PSC. Portanto, as unidades que recebem os jovens para o cumprimento da PSC e o município, que é o responsável por execução da medida, precisam garantir a proposta pedagógica.

Na PPSC, executada pela UFRGS os princípios que orientam o trabalho são: acolhimento do adolescente e sua família, prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos de sanção e respeito à singularidade do adolescente. Os autores apresentam ainda três dimensões da PSC: a responsabilização, o acompanhamento e o trabalho (VIDAL; FREITAS; OLIVEIRA, 2017).

Na dimensão trabalho, os autores descrevem como ocorre a PPSC na Universidade. Há supervisão dos setores que recebem os jovens, os quais executam atividades de

[...] entrega de documentos oficiais, trabalho de secretaria, trabalho com informática, acabamento gráfico, reciclagem de papel, trabalho com cerâmica, com fotografia e vídeo (VIDAL; FREITAS; OLIVEIRA, 2017, p. 200).

Apresentam fundamentação a partir de Hannah Arendt e definem que tem a perspectiva de trabalho não associada ao trabalho formal ou profissionalizante, mas das relações humanas e de aprendizagem com o outro. Compartilham alguns

aspectos de como ocorre a operacionalização da PSC: o jovem segue as regras do setor, o orientador e as demais pessoas que recebem os jovens em seus setores precisam estabelecer relações de qualidade, com abertura para escuta e diálogo e há respeito pela singularidade de cada socioeducando (VIDAL; FREITAS; OLIVEIRA, 2017).

Oliveira (2017) apresenta resultados de parte da pesquisa realizada em 2012, em conjunto com a professora Carmem Maria Craidy, cujo objetivo foi levantar o significado da medida socioeducativa para os adolescentes que cumpriram a PSC na UFRGS, de 2009 a 2010, tendo sido entrevistados oito adolescentes. Todos os jovens entrevistados destacaram, de forma positiva, as oficinas socioeducativas que o Programa oferta. Aprender algo, serem ouvidos e estarem com os pares foram temas que apareceram nas suas falas.

A autora sinaliza a importância de os jovens frequentarem outros espaços de convivências, como as relações vivenciadas na PPSC em contraponto com as realidades de suas comunidades, tais como a presença do tráfico. Oliveira (2017) faz, então, a análise da falta de oportunidades vividas pelos jovens e da necessidade de investimento das políticas públicas para garantia de direitos.

Lazzarotto e colaboradores (2014) apresentam glossário desenvolvido a partir da experiência da PPSC da UFRGS, e os conceitos são explicitados pelas vozes dos pesquisadores, técnicos, professores, estudantes, adolescentes e familiares. Então, a partir destas vozes que elencamos os conceitos sobre PSC e comunidade, os quais são utilizados nesta dissertação.

Ao definir a PSC, Vidal (2014) faz uma reflexão a partir de Antonio Gramsci e analisa que os jovens acabam sendo inseridos em trabalho de menor qualificação como os de limpeza. Isto pode ocorrer como forma de manter a ideologia burguesa de reprodução da desigualdade entre as classes: os donos dos meios de produção possuem poder e acesso econômico, político e cultural e as classes pobres vendem suas forças de trabalho e não tem acesso às tomadas de decisão, ficando alienados do processo de trabalho em sua totalidade.

O autor assinala que os jovens da PSC muitas vezes são direcionados para atividades humilhantes e vexatórias como forma de punição e para que seja socioeducativa precisa haver planejamento das atividades e estabelecimento de vínculo para trabalhar as potencialidades do jovem (VIDAL, 2014).

De acordo com Reidel (2017), para atuar com adolescentes autores de ato infracional é preciso pensar para além do ato e compreender as contradições produzidas pela sociedade capitalista, que é desigual. Para afirmar, o adolescente como sujeito de direitos faz-necessário entender sua família, cultura e comunidade. Nessa, estão as relações de pertencimento, de identidade, de rede de apoio e, também, de presença de conflitos, de disputa, de injustiças e de violências.

Compreender a comunidade ao qual pertence o adolescente significa não apenas conhecer o lugar, mas saber de que lugar que se partirá para situar e contextualizar o ato infracional e a perspectiva socioeducativa que demanda sua medida (REIDEL, 2017, p. 56).

A publicação do livro de Volpi (2006) é uma literatura de referência para a área da medida socioeducativa. A publicação ocorre em momento anterior ao SINASE e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo este documento de diretriz para a execução das medidas socioeducativas. Volpi (2006) destaca o caráter comunitário e educativo para o desenvolvimento do adolescente, bem como para a comunidade.

[...] Para o jovem é oportunizada a experiência da vida comunitária, de valores sociais e compromisso social [...] Entendemos que a prestação de serviços à comunidade será cada vez mais efetiva na medida em que houver o adequado acompanhamento do adolescente pelo órgão executor, o apoio da entidade que o recebe, e a utilidade real da dimensão social do trabalho realizado. (VOLPI, 2006, p, 23-24).

Não há uma única definição para o conceito de socioeducação. Esse precisa ser legitimado socialmente como conquista da Doutrina da Proteção Integral, o que traz a perspectiva de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem ter acesso às garantias fundamentais. A socioeducação engloba não ser excluído da escola por ser rotulado como “menor infrator”, envolve entender a história de crueldade com relação à infância e juventude utilizada a favor do modo de produção capitalista para se obter lucro. Falar de socioeducação é entender sobre estigma vivenciado pelos jovens, conforme aponta Vidal (2017), é ofertar educação e saúde com qualidade, é ter uma diretriz pedagógica de trabalho com os jovens em MSE. A socioeducação está pautada na garantia de acesso à saúde, atendimento a

adolescente com transtorno mental e de dependência de álcool e substâncias psicoativas, conforme preconiza o SINASE.

Os direitos são de todas as crianças e adolescentes, mas conforme aponta Costa (2017) o jovem que cometeu ato infracional pode ter uma história de vida permeada por violações de direitos, portanto, a ele o Estado precisa duplamente efetivar direitos.

### CAPÍTULO III – METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é qualitativa, pois visa a estudar uma realidade social (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2008). A finalidade desta pesquisa é social, pois objetiva obter conhecimentos da realidade social. É aplicada, pois os seus resultados podem contribuir para aplicação imediata em uma realidade circunstancial (GIL, 2008).

Do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa exploratória posto que visa a gerar novos conhecimentos sobre o tema, contribuindo para ampliar os conhecimentos sobre medidas socioeducativas e viabilizar a elaboração de novas hipóteses para novos estudos (GIL, 2008).

Os procedimentos técnicos adotados são pesquisa bibliográfica, análise documental e levantamento por meio de entrevistas e questionários. A pesquisadora elaborou um roteiro semiestruturado para as entrevistas, visando a conhecer a percepção dos adolescentes que já cumpriram a medida de PSC sobre a medida. O questionário foi composto por questões fechadas e abertas com o objetivo de identificar o nível socioeconômico dos participantes.

Para a análise das entrevistas, utilizamos a análise de conteúdo, de acordo com Franco (2005). A autora parte da mensagem, que pode ser verbal, como a escrita, documental, figurativa, dentre outras e o seu sentido não pode ser considerado isolado, visto que possui um significado, sentido e não deve ser considerada isoladamente, mas sim no contexto; assumindo uma concepção crítica da linguagem.

[...] Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação (FRANCO, 2005, p. 14).

Franco (2005) aponta que o analista faz um trabalho como o de um arqueólogo, trata as mensagens para fazer inferências dos conteúdos que podem estar associados a outros elementos. A interpretação do conteúdo está ligada ao referencial teórico do autor.

Baseamo-nos no processo metodológico proposto por Franco (2005) para a organização da análise. A autora propõe a pré-análise, que é a escolha dos documentos seguida da categorização que é a definição das categorias.

A pré-análise consiste na escolha dos documentos, formulação de hipóteses e indicadores para a fundamentação da interpretação a ser realizada. Nesta etapa realizamos a leitura flutuante e organizamos as respostas dos participantes por perguntas.

Para a segunda etapa de categorização, demonstramos no apêndice A, a construção das categorias temáticas. As categorias não foram definidas *a priori*, elas emergiram dos relatos dos participantes e para construí-las fundamentamo-nos na pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica realizadas.

## **1 Participantes**

O universo pesquisado é de jovens que já cumpriram MSE, mais especificamente, a PSC. Optamos por realizar as entrevistas com os jovens que já cumpriram a medida e não com os que estava em cumprimento, em razão de Grabiraba (2017), que em sua pesquisa de mestrado apontou que caso a pesquisa ocorresse durante o cumprimento da medida, o jovem poderia sentir medo de que sua participação pudesse interferir no acompanhamento da MSE e por isso entrevistar os jovens que já cumpriram a medida pode refletir na liberdade em abordar a experiência vivenciada.

De uma amostra de 65 participantes, 8 jovens foram entrevistados. O perfil completo dos participantes está detalhado na seção 5. Também entrevistamos um técnico para melhor apresentação do fluxo da PSC no município estudado.

### **1.1 Instrumentos**

#### **1.1.1 Questionário Sociodemográfico**

Composto das seguintes questões: escolaridade, sexo biológico, gênero, cor, renda, composição familiar e acesso a benefícios socioassistenciais (cf. APÊNDICE B).

### 1.1.2 Entrevista semiestruturada

Utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada, o qual tem como características as perguntas abertas e indicação no estudo de fenômenos com uma população específica.

Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta (MANZINI, 2012, p. 156).

A entrevista foi organizada para investigar a percepção de jovens que cumpriram a PSC sobre o papel socioeducativo desta medida, assim como levantar quais as atividades realizadas e se tiveram perspectiva sociopedagógica, a partir de serviços voltados à comunidade.

O roteiro de entrevista passou por apreciação de professores que são pesquisadores de universidades públicas que realizam pesquisas nas áreas da Psicologia, Educação e Direitos Humanos. A entrevista foi composta por 10 questões, conforme Apêndice C.

As questões de 1 a 3 procuraram identificar, respectivamente, o local de cumprimento da PSC, o tempo de duração da medida e como o jovem foi recebido no local onde realizou a PSC. As questões 4 e 5 correspondem ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que é levantar as atividades que foram desenvolvidas pelos adolescentes na PSC, portanto, abordaram as atividades realizadas pelos jovens e o que estes acharam das ações efetivadas.

Já as questões de número 6 a 9 responderam ao segundo objetivo específico que foi levantar alguns resultados das ações realizadas na PSC. Versaram sobre o que os jovens acharam da PSC, o significado desta, a contribuição dos serviços e mudança possibilitada através da MSE. A questão 10 aborda sobre o acesso às políticas públicas. Foi realizada entrevista semiestruturada com um técnico que executa a MSE, com o objetivo de melhor compreender o fluxo da PSC no município. Este fluxo está apresentado nesta seção de metodologia.

## 1.2 Procedimentos

A amostra inicial era composta por aproximadamente 20 jovens e o convite para participação ocorreria pelo desligamento mais recente da medida. Os critérios de inclusão a princípio estabelecidos foram (i) mês mais recente de desligamento da MSE, (ii) selecionando no mês o sexo biológico masculino e feminino, se houver; (iii) regiões diferentes do município e endereço mais próximo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de referência do bairro, caso fosse necessário contato presencial.

O critério de inclusão do jovem a princípio elencado na pesquisa foi contatar os que encerraram o cumprimento mais recentemente, ou seja, dos meses de janeiro a março de 2020, e novembro a março de 2019, somando 23 jovens para participação e assim sucessivamente até chegar a janeiro de 2019 se necessário. Esse número estava próximo da amostra inicial pretendida. O total de jovens que encerraram a PSC era de 65, conforme houvesse a necessidade de fazer contato com mais jovens, caso houvesse negativa desses 23 iniciais.

O recorte do mês de março de 2020 ocorreu em função do início da pandemia, após esse mês o município se organizou para atendimento remoto, com o envio de atividades para a residência de cada jovem e contatos telefônicos. Como o objetivo da pesquisa é levantar a relação da PSC executada por uma entidade, não incluímos na amostra jovens que cumpriram a medida de forma remota, sem participar de atividades nas entidades.

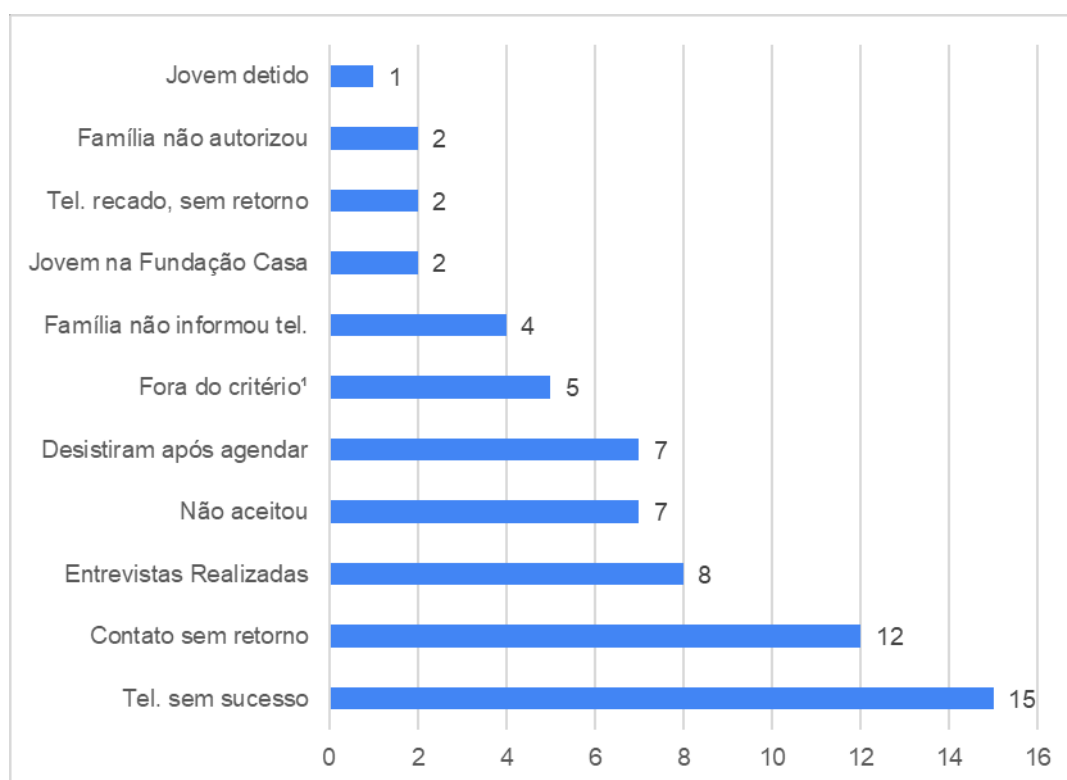
Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 38695620.1.0000.5466) solicitamos à Secretaria de Assistência Social do município listagem de jovens desligados da medida socioeducativa de PSC, constando os nomes dos jovens, responsáveis familiares, endereço (para identificar a região do município) e o(s) telefone(s).

Iniciamos os contatos conforme os critérios de inclusão descritos no início desta subseção, mês mais recente de desligamento até chegar a janeiro de 2019. Contudo, devido à dificuldade em conseguir contatar os jovens via telefone, não precisou haver delimitação de critério de sexo biológico e região mais próxima do CRAS, pois houve tentativa de contato com todos os 65 nomes da lista disponibilizada pela Secretaria de Assistência Social.

Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os Termos de Assentimento (TALE) foram enviados por WhatsApp para que os responsáveis e os jovens tivessem ciência da pesquisa. No início das entrevistas foram lidos novamente os TCLE e os TALE para todos os jovens. A exceção foi com a única entrevista realizada de forma presencial, que neste caso a responsável deu ciência por WhatsApp e o jovem ciência e assinatura presencialmente. Ficou pactuado com os jovens que após a publicação da dissertação uma cópia será enviada ao e-mail dos participantes, como forma de devolutiva.

Da amostra de 65 jovens, oito concordaram em participar. O Gráfico 1 apresenta o cenário de tentativas de contato.

**Gráfico 1.** Contatos com a amostra de 65 jovens.



Fora do critério': através de contato telefônico identificamos que os jovens estavam fora dos critérios de inclusão estabelecidos para seleção da amostra da pesquisa, pelos motivos de não ter cumprido a PSC, mas somente a LA, ter descumprido a PSC indo apenas um dia na entidade, ter realizado a medida de forma remota, pois já havia iniciado a pandemia. Este fator ocorreu porque os jovens foram incluídos na listagem enviada pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Destacamos que os números de telefones em que nem foi possível a chamada (caiu direto na caixa postal) solicitamos aos CREAS, via e-mail, novos contatos com jovens e familiares e obtivemos retorno dessas unidades todas às vezes em que

apontamos dificuldade de acesso. Dos contatos telefônicos, em que as ligações chamavam até cair, realizamos três tentativas de contato em dias e horários diferentes, no geral, tentamos o contato via WhatsApp, mas eram telefones sem o uso deste aplicativo.

Cabe dizer que, após a realização das duas primeiras entrevistas readequamos o instrumento, inserimos a questão referente ao acesso às políticas públicas e modificamos a ordem de algumas questões. Todas as respostas das 8 entrevistas foram consideradas na análise.

Para a apresentação dos resultados utilizamos as seguintes nomenclaturas: “E” para identificar a entrevistadora e “P” para identificar os jovens participantes. Apresentamos na metodologia a entrevista com o técnico para que este explicitasse o fluxo da PSC no município e utilizamos a letra “T” para o técnico.

Segue o Quadro 3 com a apresentação da forma de realização da pesquisa, data de extinção da PSC, data da entrevista e tempo de duração.

**Quadro 3.** Caracterização das entrevistas.

<b>P</b>	<b>Forma da entrevista</b>	<b>Data Extinção da PSC</b>	<b>Data Entrevista</b>	<b>Duração entrevista (tempo em minutos)</b>
1	Presencial no CRAS	12/12/2019	20/11/2020	13
2	GoogleMeet	18/02/2020	20/11/2020	15
3	WhatsApp - chamada de Vídeo	17/10/2019	16/12/2020	15
4	GoogleMeet	30/10/2019	17/12/2020	41
5	WhatsApp - chamada de Voz	01/11/2019	21/12/2020	18
6	WhatsApp - chamada de Vídeo	04/04/2019	12/01/2021	20
7	WhatsApp - chamada de Voz	07/01/2019	20/01/2021	12
8	WhatsApp - chamada de Vídeo	08/03/2019	25/01/2021	15

**Fonte:** Elaborado pela autora.

### 1.2.1 O fluxo da PSC no município – entrevista com técnico

Realizamos uma entrevista com um dos técnicos que atuam na PSC no município estudado. Apresentaremos, o local no qual ocorre a MSE através da voz do técnico entrevistado. Os documentos oficiais descrevem as diretrizes e os objetivos das MSE, mas cada município pode ter uma forma de organização do fluxo, fator que

é importante para o entendimento de quem não atua diretamente na política de Assistência Social.

A opção de entrevistar um dos técnicos para a explicação sobre o fluxo é por entendermos que são eles, os técnicos de execução direta dos Serviços, os protagonistas das ações realizadas, que estão, cotidianamente, na rotina com os jovens.

A escolha do técnico ocorreu por conveniência, uma vez que a pesquisadora teve trocas frequentes de mensagens por e-mails com dois técnicos que atuam com a PSC no município, quando precisou solicitar os contatos telefônicos dos jovens que haviam cumprido a PSC, quando não era possível contato pelos telefones que a SEMAS já havia disponibilizado. A pesquisadora, então, enviou uma solicitação por e-mail para um desses técnicos que, prontamente, aceitou participar da pesquisa. A entrevista aconteceu de forma remota, via Google Meet. Não será realizada caracterização do técnico como forma de manter o sigilo de sua identificação. A seguir, descrevemos o fluxo da PSC no município, de acordo com as falas do técnico entrevistado.

### 1.2.2 Como se inicia

De acordo com relato do técnico, após a audiência de oitiva com a Promotoria e audiência de instrução e julgamento, com a determinação da PSC, os quais são procedimentos do Judiciário, a guia e a cópia dos autos são encaminhadas pela VIJ ao CREAS. O adolescente e a família são orientados pela VIJ a irem até ao CREAS para dar início ao cumprimento da medida atribuída ao adolescente.

[...] é determinada a medida, né de Prestação de Serviço à Comunidade, que aqui varia, mesmo conforme previsto no Sinase, então a gente já teve medidas que vão de 1 mês até o limite dos 6 meses né, e que também varia em relação à carga horária, mas também não extrapolando o limite estabelecido de 8 horas semanais (T). (sic)

A própria VIJ orienta para que a família procure realizar o agendamento, pois desta forma a família já é recebida e atendida pelo técnico ou técnica que realizará o acompanhamento, a depender do bairro onde a família reside. Se a família procurar atendimento espontaneamente também será atendida. Cumpre destacar que os

atendimentos realizados pelo CREAS ocorrem de forma regionalizada, ou seja, conforme o território de moradia. Os CREAS e os técnicos são subdivididos de acordo com cada Região do município.

No atendimento, explicam o que é o CREAS, apresentando o técnico ou a técnica de referência. Em seguida, orientam sobre o funcionamento da MSE e realizam o que chamam de interpretação da medida socioeducativa.

Reservamos, também, de 1 a 2 encontros para a elaboração do Plano Individual de Atendimento, o qual tem prazo de 15 dias para ser realizado, processo que ocorre também com a participação de um educador social.

[...] então, o adolescente não vai direto para instituição, a gente usa esses primeiros encontros, faz a elaboração do PIA e enquanto isso a gente já vai pensando no perfil do adolescente e nas instituições que a gente tem disponível para poder recebê-lo enquanto instituição acolhedora (T). (sic)

Para a escolha da entidade acolhedora do adolescente, o técnico e o educador social levantam as entidades que possuem a parceria com o CREAS, procurando analisar se a entidade fica próxima do território de moradia do adolescente e se o próprio jovem fez algum pedido referente ao local para cumprir a PSC.

[...] e aí quando a gente tem uma ideia do lugar que a gente acredita que pode receber, a gente primeiro confirma com a instituição, se pra instituição o campo ainda tá aberto, se seria uma possibilidade. A entidade acolhedora dando ok, aí a gente pergunta pro adolescente, apresenta, explica do que se trata a entidade, que tipo de trabalho que possivelmente ele vai desenvolver lá né, e se tudo bem pra ele (T). (sic)

Após a concordância do adolescente é agendada uma primeira visita à entidade acolhedora, momento em que também ocorre diálogo com a pessoa que será referência na instituição para o adolescente

[...] aí se senta, se fala sobre o lugar, aí tem oportunidade de conhecer um pouco mais pela fala de quem trabalha no próprio lugar inclusive, se define algumas coisas mais burocráticas como o horário que vai ser feito, o dia da semana, algumas instituições já apresentam brevemente quais que vão ser as funções, outras deixam mais aberto porque depende do que está sendo mais necessário a cada dia, se explica a ficha de comparecimento que ele precisa registrar a presença dele, fornecimento de passe (de ônibus) se for necessário, caso ele não possa acessar a pé a instituição, enfim, as orientações necessárias (T). (sic)

A partir dessas definições, o adolescente passa a cumprir a MSE na entidade semanalmente e o técnico de referência realiza o acompanhamento com a entidade e com o adolescente de forma mais remota, via telefone.

O técnico fez um destaque, durante a entrevista, ressaltando que, durante o período de pandemia, a PSC passou a ser realizada de forma remota, em acordo com as orientações da VIJ. Com exceção do período pandêmico, o contato com a instituição acolhedora visa a acompanhar se o adolescente compareceu e está frequentando a instituição, como está a sua adaptação e o que mais for necessário. A educadora social mensalmente percorre as instituições para a retirada da ficha de presença, entrega de vale transporte, se for o caso, e ter um *feedback* da instituição com relação à participação do adolescente.

Conforme as demandas, são realizados atendimentos presenciais, para acompanhamento do PIA de questões que podem ser relacionadas aos encaminhamentos e acompanhamentos da rede de acompanhamento, tais como educação, saúde e profissionalização. Dependendo da disponibilidade e compromissos do adolescente podem ser realizadas visitas domiciliares para este acompanhamento.

Após o cumprimento do tempo estabelecido e avaliação do PIA, é produzido um relatório conclusivo, que é encaminhado para a VIJ, e então aguarda a decisão do juiz com relação à MSE.

No município ficou estabelecido que se o jovem não entrar em contato com o CREAS fica a cargo do judiciário a emissão de despachos para o retorno do cumprimento das MSE. O CREAS recebe a guia e cópia dos autos e após um prazo, que ficou acordado com a VIJ, de aproximadamente 45 dias, não havendo o contato do jovem, é realizada a informação ao cartório da VIJ e o judiciário determina qual ação a ser realizada.

Em circunstâncias normais eles tendiam a chamar para audiência de advertência né, pra entender por que não compareceu e orientá-lo a comparecer, agora durante o período da pandemia, eles têm feito uso de mandados e despachos mesmo, só orientando o adolescente para que retorne. Então vai uma nova intimação pra casa do adolescente pra que ele compareça e cumpra a medida. No limite, se ele não responde à nenhuma dessas tentativas, aí pode ser que se aplique a internação sanção como uma medida punitiva mesmo né, pelo não comparecimento (T). (sic)

### 1.2.3 A relação com a comunidade

Sobre a relação das ações da PSC que tenham relação com a comunidade, o técnico faz a análise de que elas não ocorrem nas políticas sociais, portanto, as atividades ficam mais restritas a intramuros.

Então o que acontece é que fica muito no Serviço intramuros, algumas instituições pelo perfil vão ter uma relação um pouco mais institucional, então, por exemplo, a gente já teve adolescente que cumpriu em uma associação de moradores de bairro, e aí como parte do trabalho havia a entrega de alimentação no próprio local pra pessoas do bairro. E aí terminava que ali se tinha um contato talvez um pouco mais livre, um pouco mais permeado pela comunidade, não era tão dentro, tão fechado. Mas em geral não, em geral a maior parte dos meninos estão inseridos em projetos que são projetos de contraturno, ou projetos culturais, ou projetos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e são todos ambientes institucionais fechados, então eles têm contato bastante ali com o público atendido por aquele equipamento (T). (sic)

### 1.2.4 Avaliação da PSC após o desligamento do jovem

Foi pontuado pelo técnico que o objetivo é estabelecer espaços de escuta durante o processo, então durante o monitoramento do cumprimento na entidade ocorre o levantamento de necessidades de alterações ou ajustes, como forma de realizar avaliação contínua. Ao final, há poucas avaliações sistemáticas; quando há, essas ocorrem em momentos de avaliação relacionada à experiência no Serviço. A experiência na instituição ocorre no decorrer do processo e não é uma ação sistematizada.

### 1.2.5 Acompanhamento após o desligamento da PSC

O técnico avalia haver uma lacuna no acompanhamento de jovens, após o desligamento de MSE como um todo, LA, PSC, semiliberdade e internação. Quando ocorre a extinção da medida, o CREAS encerra o acompanhamento e há

contrarreferência para o CRAS quando há demandas pelos Serviços por este executado.

Pontua que a PSC no município, quando aplicada sozinha, sem que seja cumulada com LA, tem um público que não apresenta tantas demandas referente à renda e relacionais, por isso acaba sendo direcionada para os atos infracionais considerados de baixa gravidade pelo judiciário

[...] e o que termina acontecendo é que a PSC é mais amplamente aplicada, exceto quando ela vem como medida acumulada, mas quando ela vem como medida sozinha há um público diferente dos outros meninos que cumprem medidas cumuladas e liberdade assistida, então geralmente são adolescentes que não carregam, por exemplo, questões de renda e de vulnerabilidade social tão acentuada quanto os que cumprem liberdade assistida, porque geralmente PSC vai ser atribuída para atos infracionais de baixa gravidade, o que o Judiciário considera de baixa gravidade né, dirigir sem habilitação em desacordo com a idade, fazer uso de documento falso pra entrar em festa [...] problemas de indisciplina escolar, e aí muitas vezes, outras questões que estão relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica, a fortalecimento de vínculos, a outras questões, não são demandas para essa família, então é eles não se sentem é demandantes de um acompanhamento por parte da Proteção Social Básica (PSB) e a gente tem a impressão de que também a PSB teria dificuldades em identificar campos de ação com a família (T). (sic)

#### 1.2.6 Cadastramento das entidades para receberem os jovens de PSC

Quando a equipe que está atuando com as MSE em meio aberto iniciou em 2018<sup>6</sup>, havia instituições que, historicamente, eram entidades acolhedoras. Os técnicos e os educadores sociais fizeram um trabalho para efetivar o contato com essas instituições, abrindo novos campos. Esse processo foi feito por meio do agendamento horário com a instituição para articular com os dirigentes ou responsáveis no sentido de explicar sobre a PSC e avaliar o interesse. Apresentando um texto com as previsões contidas nas orientações técnicas sobre as MSE em meio aberto, como a proibição de realização de tarefas de cunho vexatório e humilhante,

---

<sup>6</sup> Em 2018, o CREAS passa a executar diretamente as MSE em meio aberto, através de servidores que entraram via concurso público. Anteriormente o Serviço era executado através de parcerias com OSCs.

ressaltando a finalidade pedagógica da PSC. Levavam também uma carta de apresentação assinada pela coordenação do CREAS.

A instituição aceitando considera-se como um campo aberto e a entidade sinaliza quantos adolescentes poderá receber. Não há um cadastro formal no CMDCA

A gente via um adolescente com potencial pra ser encaminhado à instituição, a gente entrava em contato antes de encaminhar, discutia se as circunstâncias permaneciam as mesmas, e brevemente depois que confirmado por parte do adolescente a gente também passava pra instituição um pouco de quem é o adolescente, enfim, do perfil, do que a gente identificou que tem de habilidade, que talvez ele possa ajudar, mas é isso, não existe nenhum cadastro formal nosso com o CMDCA e também o judiciário ele não exige o encaminhamento de nenhuma papelada formal, pelo menos com relação às entidades acolhedoras, é mesmo um acordo entre serviço e entidade acolhedora (T). (sic)

#### 1.2.7 A demanda e a oferta

O município possui hoje uma única instituição que recebe adolescentes aos finais de semana, ela desenvolve um trabalho pedagógico aos sábados com crianças de uma comunidade. Contudo, há características religiosas e que pode ser incompatível com a religião de alguns adolescentes que trabalham e estudam e necessariamente precisam cumprir a PSC aos sábados.

Outra situação é de adolescentes muito novos, por exemplo, houve um caso em que um menino havia acabado de completar treze anos e foi cumprir em serviços de contraturno, que é a maioria de parcerias que o município possui hoje, e a própria entidade apontou incompatibilidade de um adolescente estar no local cumprindo tarefas da PSC ao invés de estar participando do Serviço da entidade.

[...] e aí houve um pedido da própria direção da instituição, de que se fosse possível então, que se fizesse a inclusão dela (da adolescente) né como parte dos demais adolescentes da entidade, e na ocasião não foi aceito pelo Judiciário, que fosse cumprido dessa forma e aí a gente precisou encontrar uma outra instituição que aceitasse que ele desenvolvesse um outro trabalho que não fosse a participação no projeto de contraturno. Então são às vezes, essas variáveis que vão influenciando né, às vezes o tipo de atividade que é desenvolvida não é o tipo de atividade que o adolescente se sente identificado então, tem a instituição, tem pro dia que ele precisa, é perto da casa dele, mas não é a função que ele se sente bem executando, ele se sente

deslocado, então a gente precisa de um outro campo, então tem um conjunto de variáveis muito específicas pra cada adolescente que faz com que seja necessário que tenha uma variedade de entidades acolhedoras com perfis diferente também (T). (sic)

#### 1.2.8 Propostas em andamento

A equipe tem procurado desenvolver processos de qualificação para entidades acolhedoras receberem os adolescentes e de abrir mais campos, não porque há uma demanda muito grande de adolescentes e que se necessite de muitas entidades por este motivo, mas é para que se tenha opções variadas de acordo com o interesse do adolescente

[...] e a gente vem tentando, mas é uma coisa que caminha bem devagarinho porque tem sido muito nesse processo de né conversa entre equipamento e equipamento e com a pandemia tudo ficou bastante prejudicado, faz bastante tempo que a gente não tem contato e proximidade com as entidades (T). (sic)

## **CAPÍTULO V – RESULTADOS**

Este capítulo apresenta o perfil dos jovens participantes da pesquisa a partir do questionário sociodemográfico, o qual demonstra dados de idade, gênero, cor, religião, relacionamento, escolaridade, profissão e renda. Em seguida temos a análise das entrevistas e o resultado sistematizado em categorias que respondem aos dois objetivos específicos da pesquisa.

No primeiro objetivo específico, levantar as atividades desenvolvidas pelos jovens da PSC, categorizamos as atividades socioeducativas e três tipos de atividades que não são socioeducativas em quatro categorias, a saber: atividades de trabalho, atividades de trabalho e inadequadas, e atividades de trabalho combinada com inadequadas.

Com relação ao segundo objetivo específico elencamos oito categorias: apenas responsabilização pelo ato infracional, responsabilização pelo ato infracional e percepção de que não ocorreu aprendizagem pedagógica, percepção de que não houve aprendizagem pedagógica, percepção de que houve aprendizagem pedagógica, não ocorreram contribuições, ocorreram contribuições e ocorreram contribuições em partes.

Dialogamos com a pesquisa bibliográfica e a abordagem teórica durante a apresentação dos resultados e seguimos para as considerações finais.

### **1 Perfil dos jovens que responderam à pesquisa.**

Os jovens que participaram da pesquisa responderam a um questionário sociodemográfico que nos possibilitou conhecer melhor o perfil de cada um. O Quadro 4 apresenta a caracterização sociodemográfica dos/das participantes. Podemos notar que dos oito participantes, três eram mulheres, o que representa 37,5% e a média de idade foi de 17,5 anos. Todos os participantes se consideram cisgênero, ou seja, se identificam com o sexo biológico e todos são heterossexuais. Com relação à cor, uma participante declarou morena, cinco pardos e um branco, temos para essa amostra 62,5% de pessoas que se consideram pardas.

Referente à declaração de identidade de gênero, não temos elementos para afirmar, mas o fato de todas as respostas serem dentro desse padrão cis-

heterossexual podem estar relacionadas ao medo de preconceitos já que vivenciamos contexto de ataques ao público não-heterossexual. Para Souza, Colis e Ferreira (2019), vivenciamos um contexto histórico turbulento para a efetivação dos direitos LGBTQI+ e das mulheres, visto que temos uma política de extrema direita no atual governo que estigmatiza gêneros e sexualidades que não se enquadrem na norma cis-heteronormativa.

**Quadro 4.** Caracterização sociodemográfica: idade, gênero, cor e religião.

Participantes	Idade na data da entrevista	Sexo biológico	Identidade de gênero	Orientação sexual	Cor (Auto-declaratória)	Religião
1	16	Masculino	Cisgênero	Heterossexual	Pardo	Católico
2	17	Feminino	Cisgênero	Heterossexual	Parda	Evangélica
3	17	Masculino	Cisgênero	Heterossexual	Branco	Espírita
4	16	Feminino	Cisgênero	Heterossexual	Parda	Não informada
5	18	Masculino	Cisgênero	Heterossexual	Pardo	Evangélico
6	19	Feminino	Cisgênero	Heterossexual	Morena	Evangélica
7	18	Masculino	Cisgênero	Heterossexual	Branco	Não possui
8	19	Masculino	Cisgênero	Heterossexual	Pardo	Católico

**Fonte:** Elaborado pela autora.

No Quadro 5, identificamos que do total de oito participantes, apenas um era casado e com relação ao trabalho, um estava desempregado, três trabalham no comércio sendo que uma participante tem atividade laboral do comércio familiar e os outros dois não possuíam carteira assinada naquele momento. Com relação à escolaridade destacamos que temos um jovem (P1), de 16 anos no 9º ano do Ensino Fundamental e P (8) que se casou e parou no 8º ano do Ensino Fundamental.

Metade dos participantes não responderam acerca da renda familiar, dois participantes declararam renda entre um e dois salários-mínimos e dois com renda entre cinco e 19 salários-mínimos.

**Quadro 5.** Caracterização de relacionamento, escolaridade, profissão e renda.

<b>P</b>	<b>Relacionamento</b>	<b>Nº de Pessoas que residem na casa</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Renda média familiar</b>
1	Solteiro/ namorando	4	9º ano do ensino fundamental em andamento	Estudante	Não informada
2	Solteira	4	3º ano do ensino médio em andamento	Estudante/ Trabalhando no comércio	5 S.M.
3	Solteiro/ namorando	2	3º ano do ensino médio em andamento	Estudante	19 S.M.
4	Solteira/ namorando	6	1º ano do ensino médio em andamento	Estudante/ Trabalhando no comércio	Não informada
5	Solteiro	5	Ensino médio completo	Desempregado	Não informada
6	Solteira	1	2º ano do ensino médio	Trabalhando no comércio	R\$ 1500,00
7	Solteiro	4	Ensino médio completo	Desempregado	Não informada
8	Casado	3	8º ano do ensino fundamental	Trabalhando no comércio	R\$ 1600,00

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Temos uma maioria de homens, pardos/negros, média de idade de 17,5 anos, contexto de desemprego e trabalho informal, defasagem e evasão escolar e vulnerabilidade de renda. Os resultados dos e das participantes convergem com o que foi levantado na pesquisa bibliográfica, conforme os seguintes autores.

Andrade (2017) encontrou nos resultados de sua dissertação que dos PIAs de 127 jovens que cumpriram PSC em Natal (RN): 78,7% eram do sexo biológico masculino, com idade média de 16,5 anos, residentes em áreas de vulnerabilidade social. A renda familiar mensal de 40,2% dos jovens estava entre um e dois salários-mínimos. Com relação ao nível de escolaridade, 52% deles estavam entre o 6º e o 9º ano do Ensino Fundamental. Discute em suas considerações finais sobre o estigma dos adolescentes que cometeram ato infracional, com preconceitos em relação ao jovem pobre e negro, o que se reflete no contexto da realização da PSC.

Santos (2017), em sua dissertação de mestrado, pesquisou 257 prontuários de jovens que cumpriram PSC e apresentou que: em 2015, 70% dos jovens estavam na faixa etária entre 16 e 18 anos, e em 2016, essa faixa era de 60%; predominância de 87% do sexo biológico masculino em 2016, e maioria negra. Também nos anos de

2015 e 2016, quase metade dos jovens não frequentavam a escola. Com relação à renda, aponta que em 2016, 54% dos jovens possuía renda familiar de até dois salários-mínimos.

Flores (2011) demonstra em sua dissertação de mestrado que dos 46 adolescentes que participaram de sua pesquisa, mais de 60% apresentaram renda familiar de  $\frac{1}{2}$  a 3 salários-mínimos, pontuando sobre a vulnerabilidade socioeconômica. Com relação à escolaridade apresenta que mais de 65% estavam com defasagem série-idade.

No trabalho de Novaes (2018), o perfil de 88 socioeducandos, em que a escolaridade de quase 70% era de ensino fundamental. A maior faixa etária era de 16 a 18 anos, com 61,53% e sexo biológico masculino de 84,62%.

Grabiraba (2017) contextualizou na introdução de sua pesquisa de mestrado sobre a ideologia punitivista de políticas públicas que culpabilizam o jovem pobre e negro. Bock (2007) discorre que nossa sociedade capitalista apresenta desigualdade social e a construção da adolescência é demarcada pela questão de classe, pois se de um lado temos jovens que não trabalham e dependem financeiramente dos familiares, por outro, temos os que precisam trabalhar, porque precisam sustentar a família.

### **1.1 Análise das entrevistas – entrevista semiestruturada**

A análise das entrevistas foi realizada com base na análise de conteúdo, conforme Franco (2005). As categorias de análise foram construídas após as entrevistas serem realizadas. Os indicadores da categoria de análise são formados por palavras ou temas. Após a categorização efetivamos a descrição e interpretação das informações. O quadro de construção encontra-se no Apêndice A.

As questões de 1 a 3 procuraram identificar, respectivamente, o local de cumprimento da PSC, o tempo de duração da medida e como o jovem foi recebido no local. O Quadro 6 demonstra a correlação dos objetivos específicos, com os resultados e as questões realizadas (questões 4 a 9). A questão 10 é descrita para apresentar se ocorreu encaminhamento para outras políticas públicas como trabalho, cultura, esporte e lazer.

**Quadro 6.** Correlação dos objetivos específicos e resultados.

n.	Objetivos Específicos	Resultados/ Categorias	Questões	Participantes (P)
1	Levantar as atividades que foram desenvolvidas pelos adolescentes na PSC	1.1-Atividades socioeducativas	4	P4
		1.2-Atividades que não são socioeducativas: atividades de trabalho	4	P2, P3, P5, P6 e P8
		1.3-Atividades que não são socioeducativas: tarefas inadequadas	4	P1, P7
		1.4- Atividades que não são socioeducativas: atividades de trabalho e inadequadas	4	P8
2	Levantar a partir do relato dos adolescentes, alguns resultados da PSC	2.1-Apenas responsabilização pelo ato infracional	5, 6 e 7	P5 e P6
		2.2-Responsabilização pelo ato infracional e percepção de que não ocorreu aprendizagem pedagógica	5, 6 e 7	P2 e P7
		2.3-Responsabilização pelo ato infracional e percepção de que ocorreu experiência profissional	5, 6 e 7	P3 e P8
		2.4- Percepção de que não houve aprendizagem pedagógica	5, 6 e 7	P1
		2.5-Percepção de que houve aprendizagem pedagógica	5, 6 e 7	P4
		2.6-Não ocorreram contribuições	8 e 9	P1, P2, P5 e P6
		2.7-Ocorreram contribuições	8 e 9	P4, P7 e P8
		2.8-Ocorreram contribuições "em partes"	8 e 9	P3

Fonte: Elaborado pela autora.

Apresentamos uma descrição dos resultados referentes às questões de 1 a 3: o nome da entidade, tempo de cumprimento da PSC e a recepção na entidade. Em seguida discorreremos sobre as categorias de análise que respondem aos objetivos específicos da pesquisa, seguida da descrição da questão 10, a qual versa sobre o acesso às políticas públicas.

### 1.1.1 O nome da entidade

Cinco dos entrevistados não se lembravam do nome da entidade que cumpriram a PSC. Três jovens não escolheram o local, três escolheram o local e com dois jovens os técnicos de acompanhamento indicaram o local por ser mais próximo da residência. O local mais próximo da residência foi citado no fluxo pelo técnico entrevistado, pois a territorialidade é um eixo estruturante do SUAS. Conforme apontado pela entrevista com o técnico do município, é considerado o interesse do jovem pela atividade a ser executada e as vagas disponíveis no momento para a execução da MSE.

O não se lembrar do nome da entidade é um dado que nos chama a atenção visto que pode ter correlação com o significado de ter cumprido a PSC, o quanto pode estar associado apenas à sanção e sua correlação com atividades que não foram pedagógicas.

### 1.1.2 Tempo de cumprimento da PSC

Dos oito entrevistados, seis cumpriram PSC durante três meses, um cumpriu um mês, um cumpriu por seis meses, todos uma vez na semana. Conforme o ECA (1990), a PSC pode ser cumprida por até 6 meses e o período de cumprimento é determinado pelo Juiz.

### 1.1.3 A recepção na entidade

Destacamos a palavra “bem” para retratar como sete jovens percebem a forma como foram recebidos na entidade que cumpriram a medida, ou seja, eles têm a percepção de que foram bem recebidos.

Apesar de quase todos apontarem que foram bem recebidos, alguns deles - como P7 e P8 - não correlacionam com o fato de terem cumprido tarefas inadequadas, de trabalho sem finalidade pedagógica, que foram as atividades de limpeza e pegar peso.

#### 1.1.4 Resultados referentes ao objetivo específico 1 – Levantar quais atividades foram realizadas

As atividades realizadas respondem ao primeiro objetivo específico da pesquisa. A partir da categorização da resposta da questão 4, identificamos duas categorias, a saber: a socioeducativa e as que não são socioeducativas. As não socioeducativas subdividimos em atividades de trabalho, tarefas inadequadas e atividades de trabalho e inadequadas.

O parâmetro utilizado para a definição de socioeducação, sobre característica pedagógica é a Orientação Técnica das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

É necessário que a execução de PSC seja organizada na rede de entidades parceiras públicas ou privadas, onde o adolescente desenvolverá suas atividades, que não se confundem com atividades laborais. O serviço deve ser prestado à comunidade e não à entidade, inclusive para evitar que, por desvio ou abuso na execução, a medida dê margem para exploração do trabalho do adolescente pela entidade [...] não sendo permitidas atividades fora do contexto educativo e de cunho constrangedor (BRASIL, 2016, p. 25-26).

#### **Categoria 1.1 Atividades socioeducativas**

Podemos verificar que uma única participante experienciou atividades de reflexão voltadas para a comunidade e que esteve associada à participação em grupo socioeducativo, possibilitado pelo SCFV, o qual é executado de forma direta pelo município estudado. Respostas da participante 4 (P4).

Era tipo um, um projeto, eu já fiz projeto, era tipo projeto. Cê sentava numa roda, com a...era tipo a professora vamos supor né, que eu não sei o nome, aí tinha mais outros jovens, tinha, comigo tinha dois que era da medida e os outros era voluntário né, que queria fazer, que não era obrigado né, aí assim tinha vezes que nois fazia trabalho, que nois ficava conversando sobre vários assuntos, era bem legal.

[...]

E: Você colocou sobre a comunidade né, com todas essas questões, que vocês puderam refletir sobre isso?

Tipo uma conscientização...sobre tudo assim, mais ou menos. (P4).  
(sic)

Podemos observar que esta participante teve seu direito garantido, de ser incluída em ações de cunho pedagógico.

As tarefas a serem executadas pelos adolescentes serão prestadas gratuitamente e visam à sua responsabilização, à vivência de valores de coletividade, ao convívio com ambientes de trabalho e ao desenvolvimento de estratégias para a solução de conflitos de modo não violento. A medida, portanto, tem um caráter pedagógico e sua execução deve partir das novas experiências vivenciadas e do convívio do adolescente com outros grupos (BRASIL, 2016, p. 26).

A interface dessa categoria de análise com nossa pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica pode ser encontrada nos trabalhos de Craidy (2011; 2017), Freitas (2017), Flores (2011), Oliveira (2017), Rodrigues (2017) e Szuchman; Flores (2017), os quais apontam o papel da socioeducação para efetivação dos direitos do jovem em cumprimento de PSC e da metodologia com oficinas como possibilidade de alcance deste processo pedagógico.

Possibilitar a socioeducação é resistir contra o paradigma da Doutrina da Situação Irregular e viabilizar os direitos previstos no ECA, além de ter como referência o contexto sócio-histórico das juventude(s), principalmente de nossa cultura que criminaliza o jovem pobre e negro, conforme citado pelas autoras descritas.

Passamos agora a apresentar as categorias que apresentam ações realizadas pelos jovens em cumprimento de PSC que tiveram características não educativas.

### **Categoria 1.2 Atividades que não são socioeducativas: atividades de trabalho para a entidade**

A partir da definição de Brasil (2016), consideramos que não são atividades pedagógicas e, portanto, socioeducativas, as atividades de trabalho para a entidade, visto que a legislação aponta que devem ser executadas atividades em contexto educativo e para a comunidade, não devendo ser confundidas com atividades laborais.

Nessa categoria, estão os trabalhos de digitação de nota fiscal e cuidadora de crianças em projeto social. Os participantes 2, 3, 5, 6 e 8 apresentam os trabalhos de digitação de nota fiscal.

Eu passava nota para o computador.

E: Você tinha contato com as pessoas, você falou que ficam essas pessoas que não tem onde ficar?

Não, com essas pessoas que ficavam lá eu não tinha contato, era muito difícil eu ver, mas tinha outras pessoas que cumpriam, faziam serviço lá também, então às vezes eu tinha contato com essas pessoas.

E: Você ficava mais na parte administrativa?

É, aham (P2). (sic)

Não, no caso eu ficava numa...num setor de digitação de nota fiscal lá, que as empresas doavam para a padaria em si, eu trabalhava na digitação, então tinha mais esse contato com a padaria (P3). (sic)

É eu chegava lá, é tinha as notas fiscal num saco, e aí o pessoal que toma conta lá me passou a senha do sistema, aí eu entrei e passava com o leitor na nota fiscal, aí é lançava pro sistema (P5). (sic)

Eu fiquei emitindo nota fiscal né...

E: Como que era a sua...?

Eu colocava aqueles número da nota fiscal po, tipo no sistema lá, eu tinha que por os números da nota fiscal, várias nota fiscal e ia pondo, a gente colocava num sacão de papel (P5). (sic)

É cê chegava e tinha aula lá, a gente falava de Deus, se eu não me engano, sobre a religião, falava das criança, separava as idade né, de quatro anos até certa idade, de, de adolescente, separava as idades, aí a gente ficava lá com as crianças, eu ajudava eles a cuidar das criança, depois é, tinha o café da manhã, antes de ir pra salinha tinha o café da manhã, aí a gente ficava com as crianças, depois tinha o almoço, aí depois é, era todo mundo dispensado, e aí as criança ia embora.

E: Tinha alguma atividade pedagógica com as crianças, vocês faziam alguma atividade assim específica?

Fazia, fazia é desenho, pintura, tinha filme, eles passava filme pras criança, várias coisas assim, tipo um projeto, mas era, é ali era pras criança carente sabe, eles fazia isso de final de semana, era só de final de semana, para as crianças carentes (P6). (sic)

A partir das respostas dos participantes, observamos que executavam atividades laborais para a entidade, não tendo correlação de trabalho coletivo com a comunidade ou trabalho reflexivo.

A participante 6 (P6) relata que antes do início das atividades, ela tinha que participar de ato religioso da instituição, mesmo não sendo da sua religião. Essa situação fere o direito da jovem e não corresponde às ações do Estado de direito que devem garantir laicidade.

Essa situação foi apontada, também, no trabalho de Santos (2017) que encontrou em sua pesquisa documental, a partir de 257 prontuários, que 32% dos jovens afirmaram não possuir religião e alguns prestaram serviços de evangelização.

Grabiraba (2017), Martins (2016), Santos (2017) e Silva (2017) apresentam resultados de suas pesquisas em que as atividades realizadas foram de trabalho para a entidade.

Andrade (2017) demonstrou nos resultados de sua dissertação de mestrado, que dos 127 jovens que cumpriram a PSC em Natal (RN) aproximadamente 43% desenvolveram tarefas administrativas e não tiveram execução e finalidade socioeducativa. Discorre sobre a ausência de formação técnico-profissional e socioeducativa no cumprimento da PSC.

A obra organizada por Del Priori (2008) apresenta-nos o contexto de trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, além da utilização do trabalho como forma de punição.

### **Categoria 1.3 Atividades que não são socioeducativas: atividades inadequadas**

Para a construção desta categoria retomamos Brasil (2016) e a afirmativa de que as atividades realizadas pelos jovens precisam ter cunho educativo, não ser de cunho laborativo para a entidade e precisa ter relação com a comunidade

As entidades públicas ou privadas onde o serviço comunitário será efetivamente prestado devem ser preparadas para receber o adolescente, de modo que não venham discriminar ou tratar o adolescente de forma preconceituosa, submetendo-o a atividades degradantes ou **inadequadas** (BRASIL, 2016, p. 26, grifos nossos).

Nessa categoria, estão os trabalhos que também não tiveram cunho pedagógico: trabalhos para a entidade e associados à limpeza de objetos ou de ambientes. Não afirmamos que os trabalhos de limpeza e de conservação sejam considerados trabalhos com relevância social, mas, ao retomarmos o referencial teórico, o histórico de trabalho braçal às crianças e adolescentes como forma de punição. O termo inadequado foi utilizado baseando-se no Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (BRASIL, 2016). É uma categoria que visa a demonstrar que não as ações realizadas não tiveram

correlação com as atividades que as entidades realizam para a comunidade e não possuem aspectos formativos.

Os participantes 1 e 7 nos apresentam estas ações. O P1 desenvolveu atividades em um local de plantio de mudas, no qual há orientação à população, visitação, mas ficara apenas voltado para a limpeza. Não houve construção de processo pedagógico com o jovem e quando analisamos sua entrevista como um todo sinaliza que não ocorreu aprendizagem, conforme será apontado nas categorias seguintes.

Eu só limpava os balainho sabe quando chove, aí sujava tudo, tinha bastante é...como chama...folha, eu pegava e limpava, só isso que eu fazia lá.

Entrevistadora: Você acompanhava alguém lá?

Não, os homens que falavam, é porque tinha um monte de fileira assim, daí eles falavam, pode limpar aí ó, eu pegava e limpava.

E: eles te explicaram né, o que era para fazer e você fez...

Daí eu ficava fazendo (P1). (sic)

O P7 prestou a PSC em um SCFV, que possui atividades com oficinas e ações na comunidade. Quando relata que apenas desenvolveu atividade de limpeza e uso da força física desconectado com um processo pedagógico podemos identificar o caráter inadequado do trabalho.

Ah é, o que que eles pediam eu fazia, entre tanto limpar, carregar objeto, peso e etc (P7). (sic)

Em nossa fundamentação teórica, encontramos estudos que demonstram esse contexto, de realização de atividades inadequadas, nas diferentes regiões de nosso país.

Andrade (2017) demonstrou nos resultados de sua dissertação de mestrado, que dos 127 jovens que cumpriram a PSC em Natal (RN) aproximadamente 32% desenvolveram tarefas de limpeza e conservação e, portanto, os serviços realizados na PSC são empobrecidos, não tendo correlação com as atividades que as entidades realizam para a comunidade e não possuem aspectos formativos, ou seja, não estão balizados pelas diretrizes do SINASE.

Grabiraba (2017), que realizou pesquisa em Belo Horizonte (MG), apresenta a narrativa do jovem que cumpriu a PSC em um posto de saúde. A expectativa era de

realizar o atendimento ao público e tarefas administrativas, mas foi direcionado para trabalho de limpeza. A partir deste trabalho de faxina, aparece no relato dele, o sentimento de vergonha e humilhação e a PSC como punição.

Um dos resultados pontuados pela autora é sobre o trabalho na PSC como forma de penalização e punição. O desenvolvimento de atividades desvalorizadas pode comprometer o desenvolvimento humano, com repercussões psicossociais tais como vergonha e humilhação.

Santos (2017) apresenta que a maioria dos serviços prestados pelos jovens em PSC, em Anápolis (GO), foram de serviços gerais como limpeza, e nas falas dos profissionais do CREAS aparecem uma narrativa de naturalização desta atividade, que viola direitos nos jovens e não tem perspectiva de socioeducação. Discute sobre este resultado sinalizando que a perspectiva pedagógica é secundária e tornam a PSC punitiva.

O adolescente entrevistado por Silva (2017) realizou a PSC em um projeto municipal de São José (SC) chamado Feira da Freguesia, que ocorria mensalmente em uma praça pública, caracterizada pelo comércio de artesanato. Ele trabalhou na limpeza do local, fiscalização do andamento da feira e recolhimento de doativos para sorteios. Portanto, o autor aborda sobre o caráter estigmatizante das tarefas realizadas e do não cumprimento de socioeducação.

Vidal (2014) analisa que os jovens em cumprimento da PSC são inseridos em trabalho de menor qualificação como os de limpeza como forma de manter a ideologia burguesa de reprodução da desigualdade entre as classes: os donos dos meios de produção possuem poder e acesso econômico, político e cultural e as classes pobres vendem suas forças de trabalho e não tem acesso às tomadas de decisão, ficando alienados do processo de trabalho em sua totalidade.

Discute que os jovens, muitas vezes, são direcionados para atividades humilhantes e vexatórias como forma de punição e para que seja socioeducativa precisa haver planejamento das atividades e estabelecimento de vínculo para trabalhar as potencialidades do jovem (VIDAL, 2014).

### **Categoria 1.4 Atividades não socioeducativas - atividades de trabalho para a entidade e inadequadas**

O participante 8 foi elencado nesta categoria porque realizou atividades para a entidade, mas como pontuou sobre varrer o local, também o incluímos nessa categoria, como forma de explicitar como ocorrem as punições no cotidiano da PSC.

Eu fiquei emitindo nota fiscal né...

E: Como que era a sua...?

Eu colocava aqueles número da nota fiscal po, tipo no sistema lá, eu tinha que por os números da nota fiscal, várias nota fiscal e ia pondo, a gente colocava num sacão de papel.

E: Você fazia mais alguma coisa?

Não só isso mesmo, e às vezes dava uma varridinha assim, bem pouco mesmo assim, bem difícil, foi uma, duas vezes só (P8). (sic)

Nessa categoria de análise, o P8 naturalizou a “varridinha” que pediram para ele realizar, fazendo atividades de trabalho para a entidade, que não tiveram cunho socioeducativo e podemos observar que além de executar atividades laborais para a entidade, ocorreram tarefas inadequadas, visto que não houve proposição pedagógica, trabalho reflexivo, ações coletivas com a comunidade. Ocorreu foi a exploração de trabalho do jovem, associada à doutrina da Situação Irregular.

Assim como explicitado na categoria anterior, P8 estava em um local que desenvolve SCFV e não houve participação em atividades que se correlacionassem com a comunidade. Se fosse um jovem que não estivesse em cumprimento de PSC seria solicitado a ele que varresse o local? Limpar o local está associado ao histórico de trabalho punitivo.

As categorias de análise levantadas para as atividades que não são sociopedagógicas podem ser explicadas pelo histórico de trabalho infantil e do uso do trabalho como educação, conforme os seguintes autores.

Ramos (2008) apresenta a história trágico-marítima das embarcações portuguesas do século XVI e a situação de crianças de 12 a 15 anos de idade que trabalhavam como grumetes, realizando atividades mais pesadas do que as dos marujos.

Foi descrito por Venâncio (2008) o contexto de crianças e de adolescentes que eram recrutados para trabalharem em navios nos períodos Colonial e Imperial e para

tanto buscavam esses trabalhadores crianças e adolescentes nas rodas de expostos, escravas e as consideradas delinquentes.

Góes e Florentino (2008) discorreram sobre o contexto da criança escrava no Rio de Janeiro entre 1789 e 1830 e Santos (2008) narra o cenário de industrialização de São Paulo no período republicano e de como crianças e adolescentes foram criminalizados.

As crianças e adolescente considerados delinquentes eram presos por crimes ditos de vagabundagem, vadiagem, desordem, embriaguez, pelo fato de perambular pelas ruas e não comprovar ocupação às autoridades policiais. Nas casas de correção, a pedagogia utilizada era a do trabalho (SANTOS, 2008).

A conjuntura do início da industrialização em São Paulo na República Velha é apresentada por Moura (2008) em que devido à situação de pobreza da classe operária as crianças e adolescentes submetiam-se à realização de trabalho insalubre, exploração, maus-tratos, acidentes nas fábricas etc.

Passeti (2008) aborda sobre as instituições de internação nos anos de 1920 as ações governamentais via filantropia, as quais se pautavam na educação pelo medo e trabalho.

A Constituição Federal de 1988 e principalmente o ECA buscaram romper com a Doutrina de Situação Irregular implementadas pelos Códigos de 1927 e 1979, contudo, as categorias de análise elencadas demonstram os grandes desafios para a efetivação dos direitos dos jovens.

#### 1.1.5 Resultados referentes ao objetivo específico 2 - levantar, a partir do relato dos adolescentes, alguns resultados da PSC

As questões de 5 a 9 nos possibilitam fazer análises para o segundo objetivo específico que foi levantar a partir do relato dos adolescentes, alguns resultados da PSC. Apresentamos as categorias construídas a partir das questões de 5 a 7 e após as categorias construídas a partir das questões de 8 a 9, além de descrever a questão 10.

A partir das respostas dos oito participantes para as questões 5, 6 e 7 podemos identificar cinco categorias de análise, a saber: (i) apenas responsabilização pelo ato infracional; (ii) responsabilização pelo ato infracional e percepção de que não ocorreu aprendizagem pedagógica; (iii) responsabilização pelo ato infracional e percepção de

que ocorreu experiência profissional; (iv) percepção de que não houve aprendizagem pedagógica; e (v) percepção de que houve aprendizagem pedagógica. Seguem as categorias construídas a partir das respostas das entrevistas dos oito participantes.

### **Categoria 2.1 Apenas responsabilização pelo ato infracional**

Os participantes 5 e 6 nos apresentam essa categoria.

Porque tem lugares eu acho, que devem ser mais, tipo assim, um pouco mais pesado sabe [...].

Eu acho certo porque, eu fiz, tipo assim, fiz um ato que não era correto e eles tomaram a medida sobre isso, eu acho certo fazer.

Ah de importante para mim foi o que, não é, prestar mais atenção nas coisas que eu, que eu, que eu vou fazer, prestar mais atenção não, tomar as responsabilidade, cê entendeu? (P5). (sic)

Ah, o que eu posso falar, pra mim, que nem no meu caso, pra mim foi super tranquilo, foi legal deles pegar e colocar pra fazer isso com as crianças, é realmente é uma, é tipo uma reabilitação, como se comportar, como se comportar perto das pessoas, mas no meu caso eu não tenho nem tanto o que falar por causa que eu não fiz algo muito grave pra mim ter feito é esse, esse trabalho de serviço comunitário, então eu fui, foi por conta de duas coisas, aí só que eles, era pra eu ter feito mais de um mês, aí eles colocaram um mês só pra mim fazer, juntou dois processos, porque foi por conta de um vídeo que eu fiz de uma criança que ela tava reclamando de maus tratos, e, aí o padrasto dela e a mãe dela colocou, fez um processo contra mim e foi duma vez que eu tentei entrar numa festa só que eu era de menor, então pra mim foi tudo tranquilo porque eu não fui uma pessoa que dei trabalho realmente na sociedade, então pra mim foi tranquilo, foi legal a, o que eles fizeram.

[...] Ah, eu não sei te falar sobre isso, por causa que, que nem eu falei, eu tive que fazer né, eu era obrigada a fazer, mas pra mim foi, não foi muito (deu ênfase no muito) importante, mas foi legal, foi legal participar, eles falaram que se eu quisesse fazer voluntariamente eu poderia, foi um jeito de você ajudar outras pessoas né, ajudar crianças carentes, então é um serviço interessante, eu gostei, só que como na época eu trabalhava, então eu, eu não peguei firme pra ajudar as criança não, mas era legal sim, é interessante o serviço que eles faz, te mostra...tipo assim a necessidade que uma criança tá passando, aí você vai e ajuda aquela criança sabe? Eu achei legal o trabalho deles lá naquela Ong, é tipo uma Ong (P6). (sic)

A responsabilização pelo ato infracional atende a uma premissa do ECA, SINASE, Orientações Técnicas (2016), contudo, foi dissociada da aprendizagem

pedagógica, portanto, é punitiva. A história nos mostra o paradigma de “educação” via exploração laboral.

Santos (2017) discute a natureza punitiva da PSC, visto que um jovem relata que cumprindo a medida, realizou a reparação de um erro. Silva (2017) ao apresentar os resultados das entrevistas com os operadores jurídico-sociais do Sistema de Administração da Justiça Juvenil discute que a PSC é representada por eles como serviço corretivo, para intervir na questão disciplinar do adolescente, ao impor, por exemplo, realização de trabalhos que não sejam de sua vontade e como forma de punir.

Andrade (2017) apresenta que para o jovem que entrevistou a execução das tarefas na PSC então associadas à quitação de débito com a justiça. Nesta categoria de análise identificamos a percepção sobre a característica de sanção da PSC e os jovens não apresentaram percepção sobre algum tipo de aprendizagem. Na próxima categoria, os jovens além de perceberem a sanção, trazem o relato de que não aprenderam com as atividades.

### **Categoria 2.2 Responsabilização pelo ato infracional e percepção de que não houve aprendizagem pedagógica**

As respostas dos participantes 2 e 7 nos apresentam essa categoria. Sobre a responsabilização pelo ato infracional.

Ai eu acho que foi uma coisa mais pra tipo para mostrar que não era para ter feito o que eu fiz no caso e...e que era uma coisa mais para te educar né.

Ah assim, foi uma coisa que por mais que não foi nenhuma novidade, que era tipo de boa o serviço né, foi uma coisa que eu não faria de novo, porque...apesar de tudo eu não tava lá porque eu queria né (risos) (P2). (sic)

Sobre a percepção de que não houve aprendizagem pedagógica.

Ah eu acho que aprender assim não foi nenhuma novidade para mim porque eu só passava nota, então era tipo...um leitorzinho que lia o código de barra, e era só isso (P2). (sic)

Sobre a responsabilização pelo ato infracional.

Ah, a única coisa que eu aprendi é não fazer mais as coisas que eu fiz antigamente e nada mais, mas fora isso eu já sabia de alguma coisa (P7). (sic)

Sobre a percepção de que não houve aprendizagem pedagógica.

Ah eu achei normal, parecia que eu tava num, fazendo atividade em casa lá, serviço de casa (P7). (sic)

Craidy (2011) aborda que o ECA (Brasil, 1990) traz a perspectiva da Doutrina da Proteção Integral e a execução das medidas judiciais deixam de ter a característica de sanção em forma de pena e passam a ser socioeducativas, com a diretriz da Educação. O que observamos nesta categoria é que a PSC esteve pautada apenas no viés sancionatório e não na socioeducação.

Na próxima categoria os jovens além de perceberem a sanção, trazem o relato de que vivenciaram uma experiência profissional.

### **Categoria 2.3 Responsabilização pelo ato infracional e percepção de que ocorreu experiência profissional**

Os participantes 3 e 8 nos apresentam essa categoria em suas respostas. Sobre a responsabilização pelo ato infracional.

[...] fora a situação de, de cumprir a medida pelo meu ato infracional né.

Ah eu achei que foi, foi bom, é pra, pra acabar me, me regenerando né dos problemas que eu passei, e eu acho que pra modalidade que eu enfrentei essas coisas é um serviço muito bom pra, assim, uma pena alternativa pode se dizer né.

Ah é foi bom pra mim, uma forma de, de recompensar o erro que eu cometi e exatamente isso, eu tive muito tempo para refletir sobre as minhas ações (P3). (sic)

Sobre a percepção de que ocorreu experiência profissional.

Olha eu tive uma vamos assim dizer uma experiência como se fosse profissional né, porque eu nunca tinha feito nada assim, em relação de ter que cumprir horário, chegar e ter uma função para fazer e o que eu posso falar é que, que me deu experiência [...] (P3). (sic)

Sobre a responsabilização pelo ato infracional.

É, ela é uma, é uma, igual, no dia lá o promotor disse né, o meu advogado disse, falou ó, você escolhe a fazer, cumprir os três meses certinho tal no serviço comunitário e isso e aquilo, e eu escolhi né, por ser um, uma, uma escolha bem melhor né do que passar por um lugar que não é pra mim né. (P8). (sic)

É, ao mesmo tempo assim o que eu posso te dizer é que, eu tive que pagar um é servir à população, ajudar o pessoal é, sabe, não sei como explicar mais ou menos, mas tipo assim ajudar o pessoal né, sempre dar uma atenção, tá ajudando, isso e aquilo, ajudando o próximo (P8). (sic)

Sobre a percepção de que ocorreu experiência profissional.

Foi bom, foi bom pra aprender mais coisa né, sempre tá aprendendo mais.

Entrevistadora: Pra aprender mais? O que você aprendeu?

Ah então, eu tive um contato com o pessoal lá, é pessoal mais de idade, é aprendi como é...esse negócio de nota fiscal, é um benefício que a gente sempre coloca lá, é negócio de sonegação, coisa que eu não sabia, um monte de coisa assim que eu fui, que eu aprendi sabe, que eu não sabia (P8). (sic)

O convívio com ambientes de trabalho está preconizado em Brasil (2016). Mas novamente vale ressaltar que os jovens deveriam participar de ações que se voltam para a comunidade e não de realizar trabalho para a entidade. Os dois participantes que estão nesta categoria de experiência profissional realizaram tarefas para a entidade, que foi a digitação de notas fiscais.

Na próxima categoria está o jovem que percebe que não ocorreu aprendizagem pedagógica.

#### **Categoria 2.4 Percepção de que não houve aprendizagem pedagógica**

O Participante 1 nos apresenta essa categoria em uma resposta curta e direta.

Ishi, ah aprendi só limpar aquilo né, só fiquei naquilo (P1). (sic)

Na pesquisa bibliográfica, Andrade (2017) discute, em suas considerações finais, a não efetivação do caráter sociopedagógico da PSC, abordando o estigma dos adolescentes que cometeram ato infracional, com preconceitos em relação ao jovem pobre e negro, o que se reflete no contexto da realização da PSC. Na próxima categoria está a única jovem que percebeu aprendizagem pedagógica.

## **Categoria 2.5 Percepção de que houve aprendizagem pedagógica**

A participante 4 nos apresenta esta categoria.

Hm...ah sei lá uma visão pra todos né.

E: Você achou que é uma visão pra todos?

É.

E: Você colocou sobre a comunidade né, com todas essas questões, que vocês puderam refletir sobre isso?

Tipo uma conscientização...sobre tudo assim, mais ou menos.

E: E aí pensando sobre a medida da PSC assim, o que que você acha da medida de PSC, que foi essa que você cumpriu?

Ah sei lá, foi...interessante.

E: Interessante...interessante pra você, o que que você coloca assim de interessante?

É tipo...foi tipo um aprendizado pra mim entendeu?

Pensar...ah, assim como eu falei, por ser aprendizado, foi, foi bom, eu gostei ué...foi diferente, foi tipo uma oportunidade de aprender, tal...

E: Uma oportunidade de aprender?

P4: É... (P4). (sic)

Ressaltamos que trouxemos trechos da resposta da questão 4 para nortear a aprendizagem possibilitada pela PSC, visto que a análise de todas as respostas contribui para a construção desta categoria, conforme segue.

E: Você trouxe alguns aspectos né, de, do que você colocou na cartolina, aí o que você acha de tudo isso que você colocou?

P4: Ah é tipo uma conscientização né, que tipo...pra não fazer aquilo e tal.

Entrevistadora: E por que você acha que não pode fazer?

E: Ah porque ó, deixa eu explicar, ó, vamos supor...há jovens que ficam grávidas antes dos dezoito anos, que além de ser mais difícil de arrumar emprego, tem mãe que coloca pra fora de casa, é...também por ser jovem, tem risco, não tem mentalidade ainda, entendeu?

Entrevistadora: Aham, entendi (P4). (sic)

O que podemos depreender destas categorias de análise, construídas a partir das questões 5, 6 e 7, as quais abordaram o que os jovens acharam das atividades, o que acharam da medida de PSC e o significado desta para eles e elas, é que 6 dos 8 jovens entrevistados perceberam a atribuição e cumprimento da medida como responsabilização pelo ato infracional, que é uma premissa do ECA (BRASIL, 1990). Contudo, para 7 dos jovens não houve correlação com aprendizagem pedagógica.

Houve a garantia de sanção através da responsabilização, mas associada apenas à punição, reproduzindo o histórico da Doutrina da Situação Irregular.

A exceção ocorreu com a P4 que participou de grupo socioeducativo na instituição acolhedora. A jovem que participou de atividades socioeducativas, percebe que teve aprendizagem e contribuições.

A seguir, apresentaremos a categorização das questões 8 e 9, as quais foram analisadas em conjunto. Analisá-las separadamente poderia indicar categorias fora do contexto, por exemplo, uma participante que apontou na questão 8 que percebe que a PSC gerou alguma contribuição e na questão 9, a qual perguntava se a PSC possibilitou mudanças nas relações, a participante indicou que não ocorrera. Associando com as demais respostas ela percebe que foi responsabilizada por um ato infracional que cometeu, mas não tivera aprendizagens para além do cumprimento de uma sanção.

Para a construção desta categoria podemos apontar a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que em sua descrição aponta que a MSE “[...] deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens [...]” (BRASIL, 2009, p. 34).

A partir das respostas dos oito participantes para as questões 7 e 8, que objetivaram levantar alguns resultados da PSC como as mudanças e contribuições possibilitadas pela PSC, se houve contribuição para si, para o outro e mudanças na forma de se relacionar com o coletivo, identificamos três categorias de análise: (i) não ocorreram contribuições; (ii) ocorreram contribuições; e (iii) ocorreram contribuições “em partes”, apresentados de 2.6 a 2.8, respectivamente.

### **Categoria 2.6 Não ocorreram contribuições**

Os participantes 1, 2, 5 e 6 estão nessa categoria.

E: Contribuiu para você ou para alguém, em termos assim de aprendizagem, você aprendeu alguma coisa, você falou que aprendeu a mexer nas plantinhas, a fazer essa limpeza, para além disso você apontaria alguma outra coisa?

Não (P1). (sic)

E: Você acha que cumprir a medida tem alguma relação no modo de você se relacionar com as pessoas, se teve alguma mudança de comportamento? De como você vê as coisas?

Ai que acho que não. Assim, é...o que aconteceu comigo e o porquê de eu ter tido que cumprir o serviço comunitário e tal, eu acho que sim, mudou o modo de eu pensar e de ver as coisas, mas é...sobre tipo o que eu fiz né, sobre tipo no caso eu passar a nota essas coisas, o que realmente eu fazia, acho que não mudou não.

E: Era mais algo que você tinha que executar então?

É sim, acho que indiferente, tipo se eu fizesse qualquer outra coisa não ia mudar entendeu (P2). (sic)

É que nem eu falei, é eu achei muito legal porque tem pessoas que se importam com as outras, que ajudam as outras, só que nem eu falei, no meu caso eu não fui uma pessoa assim que deu muito trabalho, que nem gente que tinha que fazer que dava trabalho mesmo, fazia muita coisa errada, o meu caso foi diferente, eu já, já não era uma pessoa de dar muito trabalho, foi só por causa daquele vídeo e daquela, uma vez que eu tentei entrar na festa sendo de menor, menor de idade e deu errado (P6). (sic)

Atestamos, nessa categoria, com base na resposta da P2, a partir da questão 8, é que percebe contribuição para si por ter passado por uma experiência, contribuindo de alguma forma para a entidade. Esses fatores relacionam-se à responsabilização pelo ato infracional e fazem paralelo com as atividades de emissão de notas na entidade e de que apontou não ter ocorrido aprendizagem, a PSC não possibilitou mudanças nas relações coletivas, construções com a comunidade ou reflexão acerca desta. O participante 5 nos indica sobre a ausência de trabalho no coletivo, de relações e de reflexão.

Então né, como eu não tive muito contato com, com ninguém lá de ter, sei lá, o povo me passar o, o lado de o modo de pensar, num, porque...não, não mudou em nada não (P5). (sic)

Para Craidy (2011), é possível resgatar a autoestima do adolescente através do educar, para que ele possa sentir-se capaz de ser alguém, como sujeito de direitos.

A socioeducação é educação e socioeducar é trabalhar direitos que foram negados, dar direito à fala, trabalhar o desenvolvimento humano. A pesquisadora aborda o papel da família, da escola e da comunidade, de forma a buscar espaços de inserção positiva (CRAIDY, 2017).

Reitera-se, nessa categoria, a confirmação de que a PSC foi apenas sancionatória e não balizada pelos princípios socioeducativos.

## Categoria 2.7 Ocorreram contribuições

Os participantes 4, 7 e 8 estão nesta categoria.

E: Melhorou?

Sim.

E: Em que que melhorou assim, você acha?

Sei lá, tipo antes eu era meio tipo, eu não sabia tipo, como que era a coisa certa, é que eu não sei explicar, mas eu não sabia como que fazia, como que...Ai eu não sei, eu não sei explicar.

Entrevistadora: Você fala o jeito de se expressar, de colocar o que você sente, é isso?

Sim, melhor do que antes.

E: E foi esse período no (*nome do local*) que contribuiu, você acha?

Foi, até também de controlar a minha...de ter paciência e de controlar o nervoso, até isso melhorou (P4). (sic)

A P4 participou de grupos socioeducativos e podemos identificar em suas respostas a vivência de valores de coletividade. Esta jovem está na categoria 1.1, pois participou de atividades que foram socioeducativas, e tendo como alguns resultados possibilitados pela PSC a percepção de que houve aprendizagem pedagógica (categoria 2.5) e de que ocorreram contribuições para ela (categoria 2.7).

Já o P8 aponta que ter uma vivência em ambientes de trabalho possibilitou desenvolvimento de algumas habilidades pessoais, o que chamou de “se soltar”.

Sim ajudou, é o contato com as pessoas, antes era difícil eu ter contato, também me ajudou muito até no serviço, me soltar mais no serviço, antes eu não tinha isso, ajudou bastante (P8). (sic)

O P7 percebe que ocorreram mudanças, contribuição para si, mas podemos apontar que o jovem não tem a informação sobre os seus direitos, no que se refere a pegar peso, limpar. Está naturalizada a ideia de punição. Nas questões anteriores aparece que a aprendizagem está associada à responsabilização pelo ato infracional.

Ah eu comecei mais a conversar mais com as pessoas, que eu era muito tímido, eu não conversava muito e ficava mais na minha, comecei a me abrir mais e foi isso (P7). (sic)

Resposta da questão 6

E: O que você ajudava na creche?  
 Ah, eu pegava peso só na creche (P7). (sic)

#### Resposta da questão 5

Ah, a única coisa que eu aprendi é não fazer mais as coisas que eu fiz antigamente e nada mais, mas fora isso eu já sabia de alguma coisa (P7). (sic)

### **Categoria 2.8 Ocorreram mudanças “em partes”.**

A resposta do participante 3 se encaixa nesta categoria.

E: Você acha que os serviços que realizou na entidade contribuíram em algo?

P3: Primeiro muito bom, porque a (*nome do local suprimido para garantia de sigilo*) ela é um, é uma instituição de caridade né, ajuda várias pessoas, é, isso é legal, porque eu estava participando de um serviço comunitário mesmo, que buscava ajudar as pessoas mais, mais nessas situações complicadas, e fora isso a questão da minha maturidade.

E: Então você acha que contribuiu para você né? Pelo que você está dizendo?

P3: Sim.

E: Você falou que você ficava nessa parte de emitir as notas, você não tinha contato direto com as crianças e adolescentes que frequentam lá...

P3: Sim

E: a instituição?

P3: exatamente.

E: Mas aí você tem essa avaliação que de alguma forma contribuiu então pra...

Sim porque eu tava, na devida escala assim, eu tava fazendo parte de um projeto social né (P3). (sic)

A partir da resposta do P3 e analisando a entrevista toda do jovem é que a transformação está ligada à responsabilização pelo ato infracional, apontando na entrevista que fez terapia pessoal.

Andrade (2017) entrevistou um adolescente que fez trabalho de digitação e atendimento. Para o entrevistado, realizar a PSC contribuiu para a descoberta de potencialidades, como aprender a praticar algumas ações em equipe, responsabilidade, cumprir horário e ter o que ele nomeou como uma nova chance.

Nas respostas dos jovens 2, 3 e 6, observamos que eles percebem que, de forma indireta, ao trabalharem para a entidade, estavam contribuindo com as pessoas que utilizam dos serviços do local. Os jovens percebem que eles têm potencial para o trabalho com a comunidade, mas isso não foi efetivado, visto que estavam em tarefas de trabalho, deslocada de trabalhos coletivos e reflexivos.

Volpi (2006) destaca sobre a necessidade de se realizar atividades pedagógicas com caráter comunitário e educativo para o desenvolvimento do adolescente, bem como para a comunidade.

#### 1.1.6 Análise da questão 10 – acesso à cursos, esporte cultura e lazer

Com relação à questão 10, que levantou se foram ofertados e viabilizados cursos e atividades de esporte, de cultura e de projetos, identificamos pelas respostas que não foram ofertados para cinco jovens, sendo que dois trabalhavam e estudavam, portanto, poderia haver dificuldade em conciliar horários. Para dois jovens foram ofertados, uma já estava fazendo curso e outro não efetivou o curso de inglês pelo qual tinha interesse. Na fala o jovem explicita que havia retomado alfabetização para jovens e adultos e trabalhava o dia todo, também havendo dificuldade em disponibilidade de horários.

Sobre o acesso às políticas públicas, Grabiraba (2017) apresenta que o jovem participante de sua pesquisa iniciou atividade como jovem aprendiz, e quando foram ofertados acessos às políticas públicas, é possível uma ressignificação do trabalho infantil que exercia no tráfico de drogas. A autora discute o acesso aos direitos, que não seja apenas pela via do trabalho, mas salientou sobre a garantia de acesso a direitos humanos, aos direitos fundamentais, de alimentação, lazer, educação, saúde, moradia etc.

Santos (2017) argumenta, a partir dos resultados, sobre a necessidade de articulação entre as políticas públicas e garantia de que sejam possibilitados acessos à educação, saúde, cultura, esporte e lazer e aponta sobre as violações de direitos que os jovens sofrem em sua trajetória, devido ao contexto de desigualdade social.

Oliveira (2017) pontua que os jovens devem ter o direito de frequentar outros espaços de convivências, como as relações vivenciadas na PPSC em contraponto com as realidades de suas comunidades, tais como a presença do tráfico. Importante

destaque para a análise da falta de oportunidades vividas pelos jovens e da necessidade de investimento das políticas públicas para garantia de direitos.

As análises das entrevistas dos participantes de nossa pesquisa e as demais pesquisas realizadas com adolescentes e jovens nos levam a fazer coro com Bock (2007), quando ela aponta para a necessidade de superação da concepção da adolescência como algo natural. A Psicologia sócio-histórica apresenta o jovem como ator social, construído em período sócio-histórico, que se desenvolve a partir da relação social com o mundo social e cultural, além de indicar essa perspectiva para a construção de políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou a socioeducação e a medida socioeducativa de PSC e responder aos objetivos específicos que foram levantar quais as atividades que os jovens realizaram e alguns resultados da PSC.

A medida socioeducativa relaciona-se à redução da maioria penal, assunto esse que é trazido à mídia, com destaque para este debate após o golpe de 2016 e uma sequência de retrocessos em nosso País.

Estamos vivenciando desmontes de políticas públicas, com a reforma da previdência, reforma trabalhista e posicionamentos conservadores para a chamada pauta de costumes, como referentes às famílias, adolescência, ato infracional, dentre outras. A redução da maioria penal remonta à Doutrina da Situação Irregular e a história do Brasil nos conta como nossos jovens estiveram e estão em contextos históricos violentos.

Nossa pesquisa bibliográfica demonstrou como a socioeducação não está bem definida em nossas legislações, sendo apresentada de forma genérica. Silva (2017) apontou que as atividades realizadas na PSC têm relação com o trabalho, mas estão nomeadas como tarefas, Flores (2011) analisa que o SINASE sugere intervenção pedagógica sem apontar quais os critérios que estabelece o socioeducativo e Novaes (2018) discorre que os sistemas de responsabilização de adolescentes precisam trazer conceitos mais precisos em sua legislação. Também o Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (BRASIL, 2016) aponta como atividades, tarefas, serviços, as ações a serem realizadas pelo socioeducando.

Salientamos, ainda, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), que regulamenta os serviços executados pelo SUAS, dentre eles a PSC, trazendo também conceitos genéricos.

Nossa pesquisa bibliográfica apontou a escassez de publicação sobre a temática e podemos considerar que o olhar para a defesa de direitos para nossa juventude vem sendo atravessada por um Estado conservador que tem posicionamento punitivo com relação aos jovens que cometem ato infracional.

O primeiro objetivo específico buscou levantar as atividades desenvolvidas na PSC, por oito jovens que cumpriram em sete entidades de um município de médio porte do interior paulista.

Encontramos nos resultados que uma única jovem percebe a atividade como socioeducativa, visto que participou de oficinas em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do próprio município. Durante as oficinas pedagógicas foram trabalhados aspectos de reflexão sobre sua comunidade, dentre temas como relações com o outro.

Cinco jovens realizaram atividades que não foram socioeducativas e estiveram relacionadas com atividades de trabalho para a entidade, sem finalidade pedagógica. Dois jovens foram colocados em atividades inadequadas como de limpeza dos locais e carregamento de peso e por fim, tivemos um jovem que teve a maior parte de sua carga horária voltada para atividades de trabalho para a entidade e fora colocado em alguns momentos para realizar limpeza do local, ou seja, realizou atividades de trabalho e inadequadas.

Esse resultado mostra a fragilidade de garantia do ECA e do quanto o Estado brasileiro mantém o paradigma da Doutrina da Situação Irregular. Do trabalho das crianças e adolescentes, como pajens no século XVI, passando pelo trabalho escravo, trabalho na mineração e a industrialização em São Paulo, tivemos crianças e jovens explorados pelo trabalho e legislações que colocaram o trabalho relacionado à punição e castigo como parâmetro para a educação.

A partir das atividades que foram realizadas pelos oito jovens pudemos levantar alguns resultados obtidos pela PSC. Para seis jovens o que foi preponderante foi a responsabilização pelo ato infracional. A medida socioeducativa é sancionatória, mas como bem foi apontado por Rodrigues (2017) deveria ficar apenas no âmbito da sentença judicial. Uma jovem que participou de oficinas e que não fora colocada no trabalho-sanção-punitivo, percebe que houve aprendizagem pedagógica.

O que encontramos em nossos resultados é que sete jovens fizeram o que podemos chamar de trabalho pelo trabalho em si, cumprir uma carga horária para pagar pela infração cometida. Destacamos que nossa sociedade espera essa postura punitiva inclusive.

Na entrevista realizada com o técnico da PSC, cujo objetivo era entender o fluxo na MSE no município estudado, identificamos que um jovem de 13 anos foi

cumprir medida em uma entidade e esta identificou que ao invés de realizar trabalho, o local poderia ofertar-lhe as participações nas oficinas oferecidas pela instituição. Contudo, cumprir a PSC através de oficinas não foi permitido pelo judiciário naquele momento, portanto, vemos a reprodução no judiciário do viés punitivista, não pautado na Doutrina da Proteção Integral.

Ao descrevermos as respostas da questão 10, que procurou levantar se foram ofertados e viabilizados cursos e atividades de esporte, cultura e projetos, podemos apontar que dois jovens não participaram de cursos por não poderem conciliar horários, sendo que a participação em cursos, inclusive, poderia ser considerada como carga horária de cumprimento da PSC, se esta objetiva garantir o direito dos jovens ao acesso às políticas públicas.

Identificamos a necessidade do Serviço de MSE trabalhar com os jovens os processos reflexivos sobre o contexto do ato infracional, a desigualdade social de nosso país, deveres e mais do que isso, acerca dos direitos das juventudes. Chama nossa atenção o relato do Participante 7 que fez apenas atividades inadequadas de limpeza e ergonômicas (como pegar peso) na entidade, apontando que percebe que a PSC possibilitou algumas contribuições, por ele se achar mais “fechado” e no local ter a possibilidade de conversar com algumas pessoas. Fazer esta entrevista foi muito difícil para mim, após o jovem fazer o relato de que sua atividade era limpar e pegar peso e ele não dimensionar que isto viola seus direitos, quase que não consegui continuar com o roteiro de entrevista, pois doeu em mim.

Doeu olhar para a história das crianças e adolescentes nas embarcações, as crianças das fábricas, as crianças e jovens em nossa atualidade que vivem em territórios vulneráveis e têm seus direitos violados quando não têm acesso integral às políticas públicas em sua integralidade: saúde, educação, alimentação, esporte, lazer, moradia. Podemos elencar o objetivo de nosso estudo que é o cumprimento de PSC como medida socioeducativa e o que encontramos nos resultados é que pouco mudou, apesar das garantias em legislações.

Vivenciamos um contexto de judicialização da juventude, como demonstra o alto índice no Estado de São Paulo de cumprimento de MSE e quando o jovem chega para o cumprimento da PSC que deveria ser pedagógica enfrenta mais um processo de punição.

Concluimos que é possível efetivar a socioeducação na PSC, entendendo a socioeducação como possibilitada per vivências de atividades pedagógicas, pois nossa jovem P4 nos mostrou que participar de oficinas atingiu o objetivo de convívio com outros grupos, fazer uma leitura de sua comunidade, pensar sobre seus direitos.

A pesquisa bibliográfica demonstra intervenções socioeducativas, como os jovens de PSC que participaram de oficinas e os que cumprem na Defensoria Pública de Salvador e nossa fundamentação teórica apresentou os resultados das intervenções com os jovens da PSC que realizam na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aqui vemos a Universidade cumprindo um papel de abertura e atendimento da comunidade e o jovem podendo ser inserido em um contexto de possibilidades.

A partir de nossos resultados identificamos o quanto a PSC precisa avançar sobre as ações de reflexão com os jovens e de inserção em locais que, de fato, trabalhem as ações com a comunidade, além do acompanhamento de locais que possam estar violando os direitos dos jovens como pudemos levantar em nossa pesquisa.

Podemos identificar a ausência de diretriz pedagógica da PSC e a entrevista com o técnico demonstra que a operacionalização desta fica a cargo de educadores. Ocorre acompanhamento na entidade para fins de averiguar a frequência e possíveis dificuldades, portanto, há necessidade de melhor acompanhamento do Serviço de MSE com relação à execução da PSC.

Concluimos ainda que realizar uma avaliação com os jovens ao final do cumprimento da PSC pode ser um bom indicador para avaliação dos percursos e caminhos que devem ser revistos. Precisamos romper com a Doutrina da Situação Irregular e com o contexto histórico de que o jovem é problema, de criminalizar o jovem pobre, negro, da periferia e romper com as intervenções pautadas no trabalho como sanção-punição.

Apontamos a necessidade de melhoria de impacto de processos pedagógicos para a PSC, medida mediada pela relação com a comunidades e da indicação de estudos que façam a inter-relação com classe, gênero e raça.

O ECA é fruto de mobilização ampla da sociedade para garantia de direitos da criança e dos adolescentes, precisamos que todos os atores (polícia militar, judiciário, poder executivo, conselho tutelar), responsáveis pelo atendimento direto ou indireto

do jovem que cometeu ato infracional, possa compreendê-lo a partir de um contexto sócio-histórico, com uma história de vida singular, com vivência a partir de um local/bairro de moradia.

A Psicologia sócio-histórica demonstra que a adolescência não é um período natural. Nossa sociedade destaca aspectos negativos desse ciclo de vida, rotulando a adolescência dentro de padrões normativos. Precisamos compreender as juventudes e os socioeducandos a partir de suas histórias de vida e de uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade social.

É necessário romper com a lógica de colocar o jovem em cumprimento de PSC para ser um trabalhador não assalariado, ou seja, mão de obra barata e explorada. O processo de PSC precisa ser de aprendizagem, a partir da relação com a comunidade em que a entidade está inserida.

Não defendemos a judicialização do adolescente, o ECA avançou e precisamos garantir a prevenção da ocorrência do ato infracional e a garantia de acesso às políticas públicas. O jovem chega até a PSC para o cumprimento de uma sanção, determinada pelo judiciário, deve ter a garantia que, de fato, terá um percurso sociopedagógico, temos que contribuir com o desenvolvimento de cidadania e procurarmos romper com uma lógica punitivista.

Desejo, com esta pesquisa, levar os atores do sistema de garantia de direitos envolvidos no atendimento dos jovens de PSC para a reflexão de suas abordagens metodológicas e abertura para mudanças que garantam os direitos dos jovens autores de ato infracional. Desejo ainda que mais Universidades se abram para o importante papel de atender esses jovens, mudando percursos de muitos de nossos jovens.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. P. L. **Prestação de serviços à comunidade na abordagem do ato infracional adolescente**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, 2007, p. 63-76.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Adolescência: tornar-se jovem. *In*: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (org.). **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 3. ed. Editora Saraiva, 2001. p. 226-234.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução n. 109**, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf). Acesso em 12 out 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 12 out 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em 12 out 2022.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990>. Acesso em 12 out 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Senado Federal, 2018.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf). Acesso em 12 out 2022.

COSTA, A. P. M. Os direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e sistema constitucional brasileiro. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 17-32.

CRAIDY, C. M. Medidas socioeducativas. Ministério Público do Rio Grande do Sul. **Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público-RS**, v. 3, n. 3, p. 8-16, 2011.

CRAIDY, M. C.; SZUCHMAN, K. Apresentação. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 09-12.

CRAIDY, M. C. Medidas socioeducativas e educação. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 85-102.

DEL PRIORI, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 84-106.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DO NASCIMENTO, M. L.; DA CUNHA, F. L.; VICENTE, L. M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, p. 13-14, 2007.

FLORES, P. S. **Oficina socioeducativa: oficina com adolescentes em medidas socioeducativas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2005.

FREITAS, J. A que direitos tenho direito? O direito da criança e do adolescente segundo jovens em conflito com a lei. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 157-170.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 177-191.

GRABIRABA, A. F. P. **Do trabalho no tráfico de drogas ao ofício de florista: um estudo de psicologia do trabalho em situações marginais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LAZZAROTTO, G. D. R. *et al.* **Medida Socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MARTINS, J. E. A centralidade do trabalho na medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 86-105, dez 2016.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 137-176.

MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém industrializada São Paulo. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 259-287.

NOVAES, M. C. A. **Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade**: um estudo sobre a execução da medida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia no município de Salvador. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

OLIVEIRA, Magda. O acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida: o PPSC na memória dos egressos. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação**: fundamentos e práticas. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 205-212.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 347-375.

PERONDI, M.; STEPHANOU, M. Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação**: fundamentos e práticas. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 69- 82.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 19-54.

REIDEL, T. Comunidade: afinal, não temos pés de vento. *In*: LAZZAROTTO, G. D. R. *et al.* **Medida Socioeducativa**: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. p. 54-56.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2008.

RODRIGUES, D. S. **Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico**: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. *In*: DEL PRIORI, Mary. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 210-230.

SANTOS, Valdeir Cesário dos. **Sistema socioeducativo em meio aberto: perfil e direito à educação do jovem em conflito com a lei em Anápolis-GO**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SCARANO, J. Criança esquecida das Minas Gerais. *In*: DEL PRIORI, Mary. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 107-136.

SILVA, A. D. R. **A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e a socioeducação: o disciplinamento para o trabalho e o trabalho como disciplinamento**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SOUZA, L. L.; COLIS, E. B.; FERREIRA, J. A. G. Gêneros e sexualidades na escola. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, ed. espec., p. 35-50, 2019.

SZUCHMAN, K.; FLORES, P. Rodopios de uma pipa a voar: princípios e fazeres. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 179-190.

VENANCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 192-209.

VIDAL, A.; FREITAS, J.; OLIVEIRA, M. Medida de prestação de serviços à comunidade: responsabilização, educação e liberdade. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 191-204.

VIDAL, A. Os jovens em conflito com a lei: construindo vidas descartáveis. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 139-156.

VIDAL, A. PSC – Prestação de serviço à comunidade. *In*: LAZZAROTTO, G. D. R. *et al.* **Medida Socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 207-210.

VOLPI, M. (org.) **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo, Cortez, 2006.

## APÊNDICE A - Descrição e sistematização da análise de conteúdo das entrevistas.

### Descrição das Entrevistas Descrição dos 7 locais em que os 8 jovens cumpriram a PSC

Participante	Entidade
1	Entidade municipal que realiza plantio de mudas
2 e 5	Serviço de acolhimento institucional de forma provisória, para pessoas e seus acompanhantes, que estejam em trânsito no município
3	Centro Dia para crianças, adolescentes e adultos com deficiência e com algum grau de dependência e suas famílias
4	Entidade municipal de execução direta que executa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os ciclos de vida de 12 a 29 anos de idade
6	Instituição religiosa
7	Entidade que executa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o ciclo de vida de 07 a 14 anos de idade e execução da política de educação – creche
8	Entidade que executa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os ciclos de vida de 07 a 29 anos de idade.

Segue quadro que apresenta todas as questões com a categorização das entrevistas. Na coluna 1, o P indica o número do participante, na ordem crescente de data da realização da entrevista, seguida das respostas e dos temas extraídos das entrevistas.

P	Resposta	Temas e Comentários	Categorização/ Discussão
<b>1 Em que local você cumpriu a PSC? 1.1 - Você escolheu o local para o cumprimento?</b>			
1	P1: ah lá na...perto na represa no... <b>esqueci o nome</b> , que mexe com esses negocinhos de árvore sabe essas coisas, planta... Entrevistadora: Você que escolheu ir para lá? P1: foi.	Realizou na entidade municipal de plantio de mudas. A entrevista ocorreu 11 meses após a extinção da PSC. Não lembra o nome da instituição, mas foi ele que a escolheu.	Esquecimento
2	P 2: <b>Foi numa casa</b> de...ai não é casa de repouso, como é que fala, é <b>uma casa e ficam várias pessoas lá</b> , acomodadas, que não tinha condições de ter um local sabe? Entrevistadora: mas era de idosos? P 2: É, não era de idosos, era mais de pessoas doentes, que precisavam estar aqui em (nome do município suprimido por questão de sigilo) para ir no hospital	Serviço de acolhimento institucional de forma provisória, para pessoas e seus acompanhantes, que estejam em trânsito no município A entrevista ocorreu 8 meses após a extinção da PSC. Não lembra o nome da instituição e não teve opção	Esquecimento

	<p>essas coisas, eu acho que era isso. Entrevistadora: Você que escolheu fazer lá? P 2: Não. Entrevistadora: Era onde tinha vaga? P 2: Aham, era onde tinha vaga.</p>	de escolha do local.	
3	<p>P3: Eu cumpri na Padaria (<i>nome do local suprimido para garantia de sigilo</i>), ali na...indo pro, pro, pro (<i>nome do local suprimido para garantia de sigilo</i>) sabe? Entrevistadora: ah sei, atrás do (<i>nome do local suprimido para garantia de sigilo</i>)? P3: Isso, que tem, isso exatamente, aquela padaria. Entrevistadora: E você que escolheu ir pra lá? P3: Sim, foram me dadas duas ou três opções eu acho e até pela questão de distância da minha casa eu escolhi a padaria.</p>	<p>Realizou em SCFV A entrevista ocorreu 14 meses após a extinção da PSC. Lembra-se do nome e foi de sua escolha o local.</p>	-
4	<p>P4: Cita nome do local, aqui suprimido para garantia de sigilo. Entrevistadora: Ah no (<i>nome do local suprimido para garantia de sigilo</i>)? P4: Sim Entrevistadora: Você que escolheu fazer lá? P4: Não. Entrevistadora: Só tinha lá para você fazer? P4: Sim, eu acho que sim, eu não escolhi.</p>	<p>Realizou em SCFV A entrevista ocorreu 13 meses após a extinção da PSC. Lembra-se do nome e não foi de sua escolha o local.</p>	-
5	<p>P 5: É numa instituição, Vanessa eu não me lembro o nome, mas era tipo assim, vou explicar como é que era. É, era uma casa, que tipo assim, vamos supor, você é de uma cidade de fora, vamos supor (<i>nome de cidade suprimido para garantia de sigilo</i>), e aí sua mãe ela teve que passar por uma cirurgia aqui em (<i>nome de cidade suprimido para garantia de sigilo</i>), essa casa, ela tipo hospeda você, e tem o pessoal também que fica de recuperação, que, que fica lá na casa, e é essas casa, aí eu fui lá para ajudar a fazer as atividade, só que eu ficava a maior parte do tempo fazendo é, lançando nota fiscal pro sistema lá deles, que eles colocavam uma, tipo de uma urninha nos mercados e o pessoal deixava a nota fiscal lá dentro, aí eles lançava essa nota fiscal no sistema deles lá, eu fazia isso. Entrevistadora: E você que escolheu ir pra lá, ou foram oferecidos vários locais e você escolheu ou não, só tinha esse lugar para você ir? P 5: Não então, eles fizeram umas pergunta lá e no momento que eles perguntaram para mim o que eu fazia, eu</p>	<p>Serviço de acolhimento institucional de forma provisória, para pessoas e seus acompanhantes, que estejam em trânsito no município. A entrevista ocorreu 13 meses após a extinção da PSC. Não lembra o nome da instituição e não teve opção de escolha do local.</p>	Esquecimento

	<p>falei que eu trabalhava, estudava, tudo, aí eles falou ai então, tipo assim, não era o tipo de pessoas que são acostumadas a atender lá sabe, se cê me entende? É então, aí eles me levou prum lugar assim mais de boa, num...falaram lá é aquilo ali, que tem aquilo ali, eu falei tá bom, tudo bem, não me deram muita opção não, era aquilo ali só.</p> <p>Entrevistadora: Aham, você fale de, é, acostumadas as pessoas que recebiam lá em que sentido?</p> <p>P 5: No sentido de pessoas mais...deixa eu ver como é que eu posso falar é...suspiro, não tão comportadas assim.</p>		
6	<p>Entrevistadora: Em que local você cumpriu a PSC?</p> <p>P6: No, <i>(citou nome de um bairro do município)</i>, <b>agora eu não sei falar o nome</b>, eu não sei falar o nome, era um negócio espírita lá no <i>(citou nome de um bairro do município)</i>, eu não lembro o nome, é lá <i>(citou nome de rua e do um bairro do município)</i>.</p> <p>Entrevistadora: Você que escolheu fazer lá?</p> <p>P6: É eles colocaram lá porque na época eu morava com a minha mãe né, e eu morava lá no <i>(citou nome de um bairro do município)</i>, e eles colocou lá porque era mais perto da minha casa.</p>	<p>Realizou em um centro espírita</p> <p>A entrevista ocorreu 09 meses após a extinção da PSC.</p> <p>Não lembra o nome da instituição e escolheu o local pela proximidade da casa.</p>	Esquecimento
7	<p>P7: cita nome do local, suprimido para garantia de sigilo.</p> <p>Entrevistadora: Você que escolheu fazer aí (nome do local)?</p> <p>P7: Era mais perto e me colocaram ali direto na verdade.</p>	<p>Realizou em SCFV</p> <p>A entrevista ocorreu 11 meses após a extinção da PSC.</p> <p>Lembra-se do nome, não foi sua escolha e era o local mais próximo à residência</p>	-
8	<p>P8: Foi lá no <i>(cita nome do bairro)</i>, no, é nossa <b>esqueci o nome da instituição</b>, era...hum... <i>(cita nome de instituição - né amor? falando com sua esposa)</i>, eu não me lembro muito, mas acho que era <i>(cita o primeiro nome da instituição)</i> alguma coisa.</p> <p>Entrevistadora: E você que escolheu fazer lá?</p> <p>P8: Foi o <i>(cita nome do técnico)</i>.</p> <p>Entrevistadora: Foi ofertado só esse lugar assim, só tinha esse lugar mesmo?</p> <p>P8: É, por ser mais próximo lá de onde eu morava.</p> <p>Entrevistadora: Ah tá.</p> <p>P8: Porque eu morava com a minha mãe.</p>	<p>Realizou em SCFV</p> <p>A entrevista ocorreu 10 meses após a extinção da PSC.</p> <p>Não se lembra do nome, não foi sua escolha e era o local mais próximo à residência</p>	Esquecimento
<b>2 – Durante quanto tempo cumpriu a PSC?</b>		<b>Respostas descritas na seção de resultados</b>	
1	<p>P 1: <b>Três meses.</b></p> <p>Entrevistadora: Você ficava quantos dias na semana? Um dia só? Mais que um</p>	-	-

	dia? P 1: Um dia só, toda terça-feira.		
2	P 2: <b>Três meses.</b> Entrevistadora: Você ia um dia na semana, dois? P 2: Um dia na semana.	-	-
3	P3: <b>Foram seis meses.</b> Entrevistadora: Seis meses, você ia um dia na semana, mais que um dia? P3: Isso, normalmente eu ia uma vez semana, de sexta-feira.	-	-
4	P4: Hum, se eu não me engano foi <b>três</b> ou quatro meses. Entrevistadora: E você ia quantas vezes na semana? P4: Ai...eu acho que eu ia de quarta.	-	-
5	P 5: Eu fiquei lá <b>três meses.</b> Entrevistadora: Três meses? P5: Isso. Entrevistadora: Era um dia na semana que você ia ( <i>nome P5</i> )? P5: Isso, um dia na semana.	-	-
6	P6: Foi <b>um mês.</b> Entrevistadora: Era uma vez na semana que você ia? P6: Era uma vez na semana, todo final de semana, uma vez só, eu não lembro se era no sábado ou se era no domingo, mas eu acho que era sábado. Era um desses dois dias.	-	-
7	P7: <b>Três meses.</b>	-	-
8	P8: <b>Três meses.</b> Entrevistadora: Você ia quantas vezes na semana? P8: É porque eu não me lembro muito, eu não me recordo, mas eu acho que duas vezes, a cada cinco horas eu ficava é o dia, mais ou menos, três vezes na semana.	-	-
<b>3 - Como você foi recebido (a) (na instituição)?</b>			
1	P 1: Foi normal.	Normal	-
2	P 2: Eu fui recebida <b>muito bem</b> , o pessoal lá era bem legal e..e foi bem de boa (risos).	Bem	-
3	P3: Foi bem tranquilo, todo mundo sempre <b>me tratou bem</b> , é...foi, não foi nada assim sacrificante, foi um serviço simples e fui bem tratado.	Bem	-
4	P4: <b>Muito bem.</b>	Bem	-
5	P5: Ah sim, <b>muito bem</b> , pessoal lá muito educado, tipo assim, eu não tinha muito contato, contato com as pessoas que	Bem	-

	tavam lá, era assim mais com a mulher que tava, que tomava conta lá e eu fui muito bem recebido lá.		
6	P6: Ah <b>muito bem</b> , pessoal super bacana, todo mundo super gente boa é, e ajudava a ficar com as criança lá, então é pessoal muito bom.	Bem	-
7	P7: Eu fui <b>recebido bem</b> , me trataram super bem, nada demais.	Bem	-
8	P8: Foi bom, ishi, o pessoal muito educado, gente fina, <b>me tratou bem</b> .	Bem	-
<b>4 – Quais atividades/serviços realizou durante a PSC? 4.1 - Alguém explicou o que era para você fazer?</b>			
1	P 1: Eu só <b>limpava</b> os balainho sabe quando chove, aí sujava tudo, tinha bastante é..como chama...folha, eu pegava e limpava, só isso que eu fazia lá. Entrevistadora: Você acompanhava alguém lá? P 1: Não, os homens que falavam, é porque tinha um monte de fileira assim, daí eles falavam, pode limpar aí ó, eu pegava e limpava. Entrevistadora: eles te explicaram né, o que era para fazer e você fez... P 1: Daí eu ficava fazendo.	Trabalho de limpeza.	Atividades que não são socioeducativas - atividades inadequadas.
2	Entrevistadora: E o que você fazia lá? P 2: eu <b>passava nota para o computador</b> . Entrevistadora: Você tinha contato com as pessoas, você falou que ficam essas pessoas que não tem onde ficar? P 2: Não, com essas pessoas que ficavam lá eu não tinha contato, era muito difícil eu ver, mas tinha outras pessoas que cumpriam, faziam serviço lá também, então às vezes eu tinha contato com essas pessoas. Entrevistadora: Você ficava mais na parte administrativa? P 2: É, aham. Entrevistadora: Eles te explicaram o que era para você fazer? P 2: Sim, me explicaram certinho, me ensinaram.	Digitação de nota fiscal.	Atividades que não são socioeducativas - atividades de trabalho
3	Entrevistadora: Você ficava na padaria mesmo? P3: Não, no caso eu ficava numa...num setor de <b>digitação de nota fiscal</b> lá, que as empresas doavam para a padaria em si, eu trabalhava na digitação, então tinha mais esse contato com a padaria. Entrevistadora: E essas atividades que você desenvolvia lá, alguém explicou o que era para você fazer, alguém te acompanhava nas atividades que você	Digitação de nota fiscal.	Atividades que não são socioeducativas - atividades de trabalho

	<p>realizava?</p> <p>P3: É eu tive, no primeiro dia que eu fui foi me explicado tudo certinho e no dia todo as meninas que ficavam lá elas me auxiliavam, mas o trabalho era só digitação mesmo, então é, geralmente não ocorria nenhum problema.</p>		
4	<p>P4: Era tipo um, um projeto, eu já fiz projeto, era tipo projeto. Cê sentava numa <b>roda</b>, com a...era tipo a professora vamos supor né, que eu não sei o nome, aí tinha mais outros jovens, tinha, comigo tinha dois que era da medida e os outros era voluntário né, que queria fazer, que não era obrigado né, aí assim tinha vezes que nois fazia trabalho, que nois ficava conversando sobre vários assuntos, era bem legal.</p> <p>Entrevistadora: Você participava das oficinas que tinham lá?</p> <p>P4: <b>Participava.</b></p> <p>Entrevistadora: Você acompanhava porque...nas oficinas normalmente tem algum oficineiro né, professor, o professor que vai dar a atividade assim?</p> <p>P4: Sim.</p> <p>Entrevistadora: Aí você ficava...</p> <p>P4: Só que eu não lembro, eu não lembro o nome dela.</p> <p>Entrevistadora: Ah...</p> <p>P4: Não sei se era (<i>nome suprimido devido ao sigilo</i>), eu não lembro, é que eu não lembro.</p> <p>Entrevistadora: E você ficava com a professora?</p> <p>P4: Sim.</p> <p>Entrevistadora: E ela te explicava o que que ia fazer?</p> <p>P4: Sim, ela explicava para a sala toda porque a maioria das vez era <b>trabalho em grupo</b>, entendeu?</p> <p>Entrevistadora: Entendi.</p> <p>P4: Ou cada um fazia o seu, explicava, não entendeu, alguma coisa assim.</p> <p>Entrevistadora: E você ajudava com mais alguma coisa, você participava da oficina e fazia mais alguma outra coisa, como que era?</p> <p>P4: Hm...não, <b>era só da oficina mesmo.</b></p> <p>Entrevistadora: E era do quê, você lembra? Porque às vezes tem oficina que é de violão né, tem oficina que é de é, teatro, você lembra que atividade específica que era?</p> <p>P4: Ai...era tipo, não era violão, não era teatro, não era dança, era...é...calma aí, <b>era tipo...tipo pedagogia eu acho...</b></p> <p>Entrevistadora: Vocês conversavam então?</p>	<p>Participação de grupo socioeducativo com atividades de reflexão sobre a comunidade.</p>	<p>Atividade socioeducativa</p>

<p>P4: Isso, mas fazia vários trabalhos também.</p> <p>Entrevistadora: Vários trabalhos? Que tipo de trabalho?</p> <p>P4: Tipo assim ó, teve vezes que nós fez trabalho de, nós fez um trabalho tipo, como que era a nossa comunidade vamos supor, aí o meu eu fiz uma, coloquei numa cartolina, aí, tipo assim, você tinha que meio que ser criativa entendeu? Tipo...se um carro é de brinquedo cê colocava nas rua que cê fez na cartolina, tipo, tinha bastante coisa criativa, é que não dá para lembrar agora né, mas tinha bastante coisa legal.</p> <p>Entrevistadora: Aí você colocou da sua comunidade, do seu bairro?</p> <p>P4: Foi, aí na...na minha eu fiz tipo, eu fiz com mercado, eu fiz com padaria, as ruas, uma praça, aí tinha uns que eu fiz, que eu fiz uma praça, e na praça eu fiz uns, umas, umas pessoa lá com bebida, fumando, tipo assim, pra demonstrar mesmo a comunidade entendeu? Que as pessoa, tinha, tinha pessoas de vários estilo, aí tinha também, aí tinha, eu coloquei uma flechinha e coloquei é...jovem, menor de dezoito anos grávida, tipo que é o que acontece bastante, entendeu? Tinha várias coisa, aí também tinha, eu coloquei um posto de saúde, e escrevi, tinha camisinha furada que os outros vai lá por maldade e fura sabe?</p> <p>Entrevistadora: Aham...</p> <p>P4: Aí eu coloquei bastante coisa, que agora não vem na cabeça.</p> <p>Entrevistadora: E o que que vocês refletiram sobre isso?</p> <p>P4: Ah...</p> <p>Entrevistadora: Você colocou sobre a comunidade né, com todas essas questões, que vocês puderam refletir sobre isso?</p> <p>P4: Tipo uma conscientização...sobre tudo assim, mais ou menos.</p> <p>Entrevistadora: E o que você pensa da sua comunidade?</p> <p>P4: Ah é porque no meu eu só, ah sei lá, não sei explicar...</p> <p>Entrevistadora: Você trouxe alguns aspectos né, de, do que você colocou na cartolina, aí o que você acha de tudo isso que você colocou?</p> <p>P4: Ah é tipo uma conscientização né, que tipo...pra não fazer aquilo e tal.</p> <p>Entrevistadora: E por que você acha que não pode fazer?</p> <p>E: Ah porque ó, deixa eu explicar, ó, vamos supor...há jovens que ficam</p>		
--	--	--

	<p>grávidas antes dos dezoito anos, que além de ser mais difícil de arrumar emprego, tem mãe que coloca pra fora de casa, é...também por ser jovem, tem risco, não tem mentalidade ainda, entendeu?</p> <p>Entrevistadora: Aham, entendi.</p>		
5	<p>P5: É eu chegava lá, é tinha as <b>notas fiscal</b> num saco, e aí o pessoal que toma conta lá me passou a senha do sistema, aí eu entrei e passava com o leitor na nota fiscal, aí é lançava pro sistema.</p> <p>Entrevistadora: E aí tinha alguém que te acompanhava assim, que explicou o que era para você fazer, como que era esse cotidiano?</p> <p>P5: Não me acompanhavam não, é me ensinaram só uma vez lá e o resto do tempo que eu fiquei lá ninguém ficava me acompanhando não.</p>	<p>Digitação de nota fiscal.</p>	<p>Atividades que não são socioeducativas - atividades de trabalho</p>
6	<p>P6: É cê chegava e tinha aula lá, a gente falava de Deus, se eu não me engano, sobre a religião, falava das criança, separava as idade né, de quatro anos até certa idade, de, de adolescente, separava as idades, aí a gente ficava lá com as criança, eu <b>ajudava eles a cuidar das criança</b>, depois é, tinha o café da manhã, antes de ir pra salinha tinha o café da manhã, aí a gente ficava com as criança, depois tinha o almoço, aí depois é, era todo mundo dispensado, e aí as criança ia embora.</p> <p>Entrevistadora: Tinha alguma atividade pedagógica com as crianças, vocês faziam alguma atividade assim especifica?</p> <p>P6: Fazia, fazia é desenho, pintura, tinha filme, eles passava filme pras criança, várias coisas assim, tipo um projeto, mas era, é ali era pras criança carente sabe, eles fazia isso de final de semana, era só de final de semana, para as crianças carentes.</p> <p>Entrevistadora: Alguém te acompanhava lá? (Deixa eu segurar o celular aqui que caiu, eu tinha encostado na parede, caiu)</p> <p>P6: Tinha um rapaz, é como eles já tinha me decretado pra uma sala especifica eu ficava com as crianças menores, com os nenéns, aí ele, tinha um rapaz que ele me orientou, só que eu não lembro o nome dele, já faz tempo que eu fiz, ele, ele me orientou, ele me explicou, acho que era <i>(nome da pessoa)</i> o nome dele, aí ele me orientou e me entregou pra uma professora lá que dava aulinha pras crianças, daí eu ficava sempre com ela,</p>	<p>Cuidadora de crianças em projeto social, em conjunto com uma professora.</p> <p>Participava de momento religioso.</p>	<p>Atividades que não são socioeducativas - atividades de trabalho</p>

	eu era tipo uma ajudante né que fala.		
7	<p>P7: ah é, o que que eles pediam eu fazia, <b>entre tanto limpar, carregar objeto</b>, peso e etc.</p> <p>Entrevistadora: Alguém explicou para você o que era para fazer, alguém te acompanhava?</p> <p>P7: Sim.</p> <p>Entrevistadora: e tinha algum profissional específico que te acompanhava, ou não, eles assim pediam pra você fazer...</p> <p>P7: Ah eles pediam e de vez em quando ficava uma senhora me ajudando lá que trabalhava lá também.</p>	Trabalho de limpeza.	Atividades que não são socioeducativas - atividades inadequadas.
8	<p>P8: Eu <b>fiquei emitindo nota fiscal né...</b></p> <p>Entrevistadora: Como que era a sua...?</p> <p>P8: Eu colocava aqueles número da nota fiscal po, tipo no sistema lá, eu tinha que por os números da nota fiscal, várias nota fiscal e ia pondo, a gente colocava num sacão de papel.</p> <p>Entrevistadora: Você fazia mais alguma coisa?</p> <p>P8: Não só isso mesmo, e <b>às vezes dava uma varridinha</b> assim, bem pouco mesmo assim, bem difícil, foi uma, duas vezes só.</p> <p>Entrevistadora: E alguém explicou o que era pra você fazer, alguém te acompanhava no dia a dia da atividade?</p> <p>P8: Acompanhava, sim acompanhava, tinha uma moça lá que eu acho que era secretária, sempre me orientava, ela falava o que eu tinha que fazer certinho, ligava o computador, deixava sempre no jeito e eu ficava lá.</p>	<p>Digitação de nota fiscal.</p> <p>Trabalho de limpeza.</p>	<p>Atividades que não são socioeducativas - atividades de trabalho.</p> <p>Atividades que não são socioeducativas - atividades inadequadas.</p>
<b>5 - O que você achou das atividades que realizou na instituição? (Dependendo da resposta do adolescente). Mas boas (ou não) para que? Por que você acha que foram boas (ou não)?</b>			
1	<p>P 1: Ah (silêncio) foi boa, foi normal.</p> <p>Entrevistadora: Você falou que achou que foram boas as atividades. Foram boas para quê? Para você? Você acha que aprendeu algo com essa atividade?</p> <p>P 1: ah aprendi um pouco.</p> <p>Entrevistadora: o que você aprendeu?</p> <p>P 1: Ishi, ah <b>aprendi só limpar aquilo né, só fiquei naquilo.</b></p>	Achou que foram normais as atividades, mas ao aprofundar a questão há uma tomada de consciência de que não houve aprendizagem pedagógica, aprendeu a limpar.	Não houve aprendizagem pedagógica.
2	<p>P 2: Ah eu acho que <b>aprender assim não foi nenhuma novidade</b> para mim porque eu só passava nota, então era tipo...um leitorzinho que lia o código de barra, e era só isso.</p>	Não houve aprendizagem pedagógica.	Não houve aprendizagem pedagógica.
3	<p>P3: Eu achei bem, bem tranquilo, achei, eram cinco horinhas, não, cinco horinhas não, duas horas eu acho, alguma coisa assim, por dia, é, eu tinha um intervalo, era bem tranquilo.</p>	<p>Elenca que foi uma experiência profissional.</p> <p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Experiência profissional.</p> <p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>

	<p>Entrevistadora: E você aprendeu algo com esse serviço que você fez?</p> <p>P 3: Olha eu tive uma vamos assim dizer uma <b>experiência como se fosse profissional</b> né, porque eu nunca tinha feito nada assim, em relação de ter que cumprir horário, chegar e ter uma função para fazer e o que eu posso falar é que, que me deu experiência fora a situação de, <b>de cumprir a medida pelo meu ato infracional né.</b></p>		
4	<p>P4: Hm...ah sei lá uma <b>visão pra todos né.</b></p> <p>Entrevistadora: Você achou que é uma visão pra todos?</p> <p>P4: É.</p>	Ocorreu aprendizagem, no sentido de reflexão. É possível fazer essa análise a partir de todas as respostas da P4.	Houve aprendizagem pedagógica.
5	<p>P5: Ah eu achei normal, normal ué, de boa.</p> <p>Entrevistadora: De boa em que sentido assim? O que você acha que foi bom nessa atividade?</p> <p>P5: Porque tem lugares eu acho, que devem ser mais, <b>tipo assim, um pouco mais pesado sabe,</b> lá pra mim era tranquilo, eu ficava sentado numa cadeira, fazendo assim, mexendo no computador.</p>	Associa à responsabilização pelo ato infracional. É possível fazer essa análise a partir de todas as respostas da P5.	Responsabilização pelo ato infracional
6	<p>P6: Ah era legal porque participava as mães das crianças porque como eu ficava com os nenéns, é participava as mães e os nenéns e como era nenenzinho tipo era super tranquilo, eu achava legal porque eu gosto de criança, eu achei super legal, foi bacana.</p>	Associa à responsabilização pelo ato infracional. É possível fazer essa análise a partir de todas as respostas da P6.	Responsabilização pelo ato infracional
7	<p>P7: Ah eu achei normal, parecia que eu tava num, fazendo atividade em casa lá, serviço de casa.</p> <p>Entrevistadora: É e você acha que você aprendeu algo? Tinha alguma ação que você fez que você fala nossa estou aprendendo algo com isso?</p> <p>P7: Ah, a única coisa que eu <b>aprendi é não fazer mais as coisas que eu fiz antigamente</b> e nada mais, mas fora isso eu já sabia de alguma coisa.</p>	<p>Não houve aprendizagem pedagógica.</p> <p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Não houve aprendizagem pedagógica.</p> <p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
8	<p>P8: Foi bom, foi bom pra aprender mais coisa né, sempre tá aprendendo mais.</p> <p>Entrevistadora: Pra aprender mais? O que você aprendeu?</p> <p>P8: Ah então, eu tive um contato com o pessoal lá, é pessoal mais de idade, é aprendi como é...esse negócio de nota fiscal, é um benefício que a gente sempre coloca lá, é negócio de sonegação, <b>coisa que eu não sabia,</b> um monte de coisa assim que eu fui, que eu aprendi sabe, que eu não sabia.</p>	Elenca que foi uma experiência profissional.	Experiência profissional.

6 – O que você pensa/acha sobre a medida de PSC?			
1	P 1: Foi bom... bom para mim Entrevistadora: Foi bom? P 1: foi.	Respondeu que foi bom, mas é o jovem que limpou balaios em viveiro. Nas demais questões associou que não houve aprendizagem.	-
2	P 2: Do, sobre o que o trabalho que eu fiz? Entrevistadora: Isso P 2: Ai eu acho que foi uma coisa mais pra tipo para mostrar que não era para ter feito o que eu fiz no caso e...e que era uma coisa mais para te educar né.	Associa à responsabilização pelo ato infracional.	Responsabilização pelo ato infracional.
3	P3: Ah eu achei que foi, foi bom, é pra, pra acabar me, me regenerando né dos problemas que eu passei, e eu acho que pra modalidade que eu enfrentei essas coisas é um serviço muito bom pra, assim, uma pena alternativa pode se dizer né.	Associa à responsabilização pelo ato infracional.	Responsabilização pelo ato infracional.
4	Entrevistadora: E aí pensando sobre a medida da PSC assim, o que que você acha da medida de PSC, que foi essa que você cumpriu? P4: Ah sei lá, foi...interessante. Entrevistadora: Interessante...interessante pra você, o que que você coloca assim de interessante? P4: É tipo...foi tipo um aprendizado pra mim entendeu? Entrevistadora - O que você aprendeu? O que significou para você esse período? E: É... Entrevistadora: Não tem resposta certa, nem errada viu (nome P4), pode ir falando o que você sente. P4: É porque, é porque, tipo assim, teve, foi bastante coisa, então tipo assim, eu não sei como especificar certinho, entendeu? Entrevistadora: Aham... P4: Entendeu?	Aprendizagem.	Houve aprendizagem pedagógica.
5	P5: Eu acho certo porque, eu fiz, tipo assim, fiz um ato que não era correto e eles tomaram a medida sobre isso, eu acho certo fazer.	Associa à responsabilização pelo ato infracional.	Responsabilização pelo ato infracional.
6	P6: Oi? não entendi? Entrevistadora: Com relação à medida né da PSC, assim o fato de você ir lá, cumprir a medida, o que você achou da medida? P6: Ah, o que eu posso falar, pra mim, que nem no meu caso, pra mim foi super tranquilo, foi legal deles pegar e colocar pra fazer isso com as crianças, é realmente é uma, é tipo uma reabilitação, como se comportar, como se comportar	Associa à responsabilização pelo ato infracional.	Responsabilização pelo ato infracional.

	<p>perto das pessoas, mas no meu caso eu não tenho nem tanto o que falar causa que eu não fiz algo muito grave pra mim ter feito é esse, esse trabalho de serviço comunitário, então eu fui, foi por conta de duas coisas, aí só que eles, era pra eu ter feito mais de um mês, aí eles colocaram um mês só pra mim fazer, juntou dois processos, porque foi por conta de um vídeo que eu fiz de uma criança que ela tava reclamando de maus tratos, e, aí o padrasto dela e a mãe dela colocou, fez um processo contra mim e foi numa vez que eu tentei entrar numa festa só que eu era de menor, então pra mim foi tudo tranquilo porque eu não fui uma pessoa que dei trabalho realmente na sociedade, então pra mim foi tranquilo, foi legal a, o que eles fizeram.</p>		
7	<p>P7: Ai, penso que fez bem pra mim, fez eu pensar de jeito diferente, um, um jeito de pensar no meu julgamento, pensar, droga, falei errado é, mudou meu pensamento sobre as coisa. Entrevistadora: Sobre quais coisas você acha que mudou? P7: Ah as coisas ruim né da vida, como podemos falar...fazer as coisas negativas para os outros, podemos dizer, porque lá eu ajudei bastante pessoa também, ajudei na creche que tem ali, que eles são afiliados. Entrevistadora: O que você ajudava na creche? P7: Ah, eu pegava peso só na creche. Entrevistadora: Você fala que ajudou, porque você falou ah eu ajudei bastantes pessoas, apesar de você tá falando que pegava peso, você via que, entendia que isso tava ajudando? P7: É, sim.</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.  Podemos apontar que o jovem não tem a informação sobre os seus direitos, no que se refere a pegar peso, limpar. Está naturalizada a ideia de punição.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
8	<p>P8: É, ela é uma, é uma, igual, no dia lá o promotor disse né, o meu advogado disse, falou ó, você escolhe a, fazer cumprir os três meses certinho tal no serviço comunitário e isso e aquilo, e eu escolhi né, por ser um, uma, uma escolha bem melhor né do que passar por um lugar que não é pra mim né.</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
<p><b>7 - O que significou para você cumprir a medida socioeducativa de PSC?</b> <b>7.1 - Tiveram aspectos importantes ou não?</b></p>			
1	<p>A entrevistadora pulou a questão – por esquecimento</p>	-	-
2	<p>P 2: Ah assim, foi uma coisa que por mais que não foi nenhuma novidade, que era tipo de boa o serviço né, foi uma coisa que eu não faria de novo, porque...apesar de</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>

	<p>tudo eu não tava lá porque eu queria né (risos).</p>		
3	<p>P3: Ah é foi bom pra mim, uma forma de, de recompensar o erro que eu cometi e exatamente isso, eu tive muito tempo para refletir sobre as minhas ações. Entrevistadora: Você acha que cumprir a medida levou a essa reflexão? P3: Acredito que sim, acredito que se fosse outra medida, outra coisa, eu seria, eu não teria pensado tanto sobre o assunto e as consequências.</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
4	<p>P4: Pensar...ah, assim como eu falei, por ser aprendizado, foi, foi bom, eu gostei ué...foi diferente, foi tipo uma oportunidade de aprender, tal... Entrevistadora: Uma oportunidade de aprender? P4: É...</p>	<p>Aprendizagem.</p>	<p>Houve aprendizagem pedagógica.</p>
5	<p>P 5: Ah o que significou pra mim? Entrevistadora: Isso. P5: Ah que, eu acho que eu não sei dizer não. Entrevistadora: Teve aspectos importantes pra você? É nesse sentido assim, o que que foi de importante? P: Ah de importante para mim foi o que, não é, prestar mais atenção nas coisas que eu, que eu, que eu vou fazer, prestar mais atenção não, tomar as responsabilidades, cê entendeu?</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
6	<p>P6: Não entendi. Entrevistadora: No sentido, de que significado teve pra você cumprir a PSC, você achou que teve algum aspecto importante? P6: Ah, eu não sei te falar sobre isso, por causa que, que nem eu falei, eu tive que fazer né, eu era obrigada a fazer, mas pra mim foi, não foi muito (ressaltou o muito) importante, mas foi legal, foi legal participar, eles falaram que se eu quisesse fazer voluntariamente eu poderia, foi um jeito de você ajudar outras pessoas né, ajudar crianças carentes, então é um serviço interessante, eu gostei, só que como na época eu trabalhava, então eu, eu não peguei firme pra ajudar as criança não, mas era legal sim, é interessante o serviço que eles faz, te mostra...tipo assim a necessidade que uma criança tá passando, aí você vai e ajuda aquela criança sabe? Eu achei legal o trabalho deles lá naquela Ong, é tipo uma Ong.</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
7	<p>Entrevistadora: Tá. É, e o que significou para você cumprir a PSC? Você achou</p>	<p>Não percebeu aspectos importantes.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>

	<p>que teve algum aspecto importante? P7: Ah, acho que <b>não</b>.</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional. É possível fazer essa análise a partir de todas as respostas da P7, tais como nas respostas às questões 5 e 6.</p>	
8	<p>P8: É, ao mesmo tempo assim o que eu posso te dizer é que, <b>eu tive que pagar um é servir à população</b>, ajudar o pessoal é, sabe, não sei como explicar mais ou menos, mas tipo assim ajudar o pessoal né, sempre dar uma atenção, tá ajudando, isso e aquilo, ajudando o próximo. Entrevistadora: Lá no seu cotidiano de serviço, você sentia que você tinha essa ação de ajudar o próximo? P8: Sim, sim, sim.</p>	<p>Associa à responsabilização pelo ato infracional.</p>	<p>Responsabilização pelo ato infracional.</p>
<p><b>8 – Você acha que os serviços que realizou na entidade contribuíram em algo? Se sim, que tipo de contribuição e para quem? (Verificar se na resposta ele percebe que contribuiu para si e/ou para o outro)</b> <b>9 – Na sua avaliação houve alguma mudança na sua maneira de se relacionar com as pessoas e com as instituições (escola, família, participação em outras atividades coletivas coletivos) após a PSC?</b></p>			<p><b>As questões 8 e 9 foram analisadas de forma conjunta, pois se complementam.</b></p>
1	<p>Respostas questão 8 P 1: Como assim? Entrevistadora: Contribuiu para você ou para alguém, em termos assim de aprendizagem, você aprendeu alguma coisa, você falou que aprendeu a mexer nas plantinhas, a fazer essa limpeza, para além disso você apontaria alguma outra coisa? P 1: <b>Não</b>.</p>	<p>Não possibilitou contribuição.</p>	<p>Não ocorreram contribuições.</p>
	<p>Respostas questão 9 P 1: mais ou menos. Entrevistadora: Mais ou menos em que sentido? P 1: no sentido boa Entrevistadora: Boa...você achou que melhorou? P 1: Ahan Entrevistadora: Na relação com as pessoas? P 1: é Entrevistadora: se você elencasse as pessoas, seria mais com a família, na escola, com a namorada? P 1: Só um pouco na escola porque com a família é normal Entrevistadora: Na escola? P 1: Ahan Entrevistadora: o que melhorou na escola que você achou? P 1: ah (silêncio), ah não sei. Sei lá.. Entrevistadora: não tem problema, se não</p>	<p>A partir da resposta e considerando a totalidade de respostas do P1 não é possível eleger um tema nesta questão. Apontou que ocorreu melhora na escola, mas não desenvolvemos o tema e nas demais questões aparece que não ocorrera aprendizagem visto que ficava na limpeza de balaios.</p>	

	quer responder.		
2	<p>Respostas questão 8 P 2: Ah eu acho que sim, acho que na minha vida mais por experiência né, agora...pelo que eu tava fazendo na vida de outras pessoas acho que tava ajudando né.</p>	Contribuição para si ter passado pela experiência e de forma indireta auxiliando outras pessoas.	Não ocorreram contribuições.
	<p>Respostas questão 9 P 2: Como? Não Entendi. Entrevistadora: Você acha que cumprir a medida tem alguma relação no modo de você se relacionar com as pessoas, se teve alguma mudança de comportamento? De como você vê as coisas? P 2: Ai que acho que não. Assim, é...o que aconteceu comigo e o porquê de eu ter tido que cumprir o serviço comunitário e tal, eu acho que sim, mudou o modo de eu pensar e de ver as coisas, mas é...sobre tipo o que eu fiz né, sobre tipo no caso eu passar a nota essas coisas, o que realmente eu fazia, acho que não mudou não. Entrevistadora: Era mais algo que você tinha que executar então? P 2: É sim, acho que indiferente, tipo se eu fizesse qualquer outra coisa não ia mudar entendeu. Entrevistadora: mas você falou que você vê que era importante para as pessoas que usam o serviço de alguma forma né? P 2: Sim.</p>	Não houve mudança nas relações e associa que cumpru com a sanção de responsabilização pelo ato infracional.	
3	<p>Respostas questão 8 P3: Primeiro muito bom, porque a (nome do local suprimido para garantia de sigilo) ela é um, é uma instituição de caridade né, ajuda várias pessoas, é, isso é legal, porque eu estava participando de um serviço comunitário mesmo, que buscava ajudar as pessoas mais, mais nessas situações complicadas, e fora isso a questão da minha maturidade. Entrevistadora: Então você acha que contribuiu para você né? Pelo que você está dizendo? P3: Sim. Entrevistadora: Você falou que você ficava nessa parte de emitir as notas, você não tinha contato direto com as crianças e adolescentes que frequentam lá... P3: Sim Entrevistadora: a instituição? P3: exatamente. Entrevistadora: Mas aí você tem essa avaliação que de alguma forma contribuiu então pra...</p>	Contribuição para si e de forma indireta auxiliando outras pessoas.	Ocorreram mudanças "em partes".

	P3: Sim porque eu tava, na devida escala assim, eu tava fazendo parte de um projeto social né.		
3	<p>Respostas questão 9</p> <p>P3: Tem, tem, em partes sim, além de todo outro processo, acompanhamento psicológico, creio que ajudou sim, a mudar um pouco minha linha de pensamento, minhas ações assim...</p> <p>Entrevistadora: Aham...</p> <p>P3: Creio que só fez, foi uma parte importante sim nesse processo.</p> <p>Entrevistadora: E lá você conheceu as atividades da (nome do local suprimido para garantia de sigilo)?</p> <p>P3: Sim, não ter participado, mas eu via bastante coisa ali, o povo conversava, tinha vários setores lá, tinha coisa de, é costura, tinha a parte da padaria mesmo, então eu acabei vendo, conhecendo os serviços sim.</p>	Contribuiu em partes, pontua a terapia pessoal como ferramenta importante do processo e considerando as respostas do P3 no todo indicamos que associa-se à responsabilização pelo ato infracional.	
4	<p>Respostas questão 8</p> <p>P4: Hm...ah dá um exemplo.</p> <p>Entrevistadora: ah você tá falando que contribuiu porque você aprendeu, você falou que contribuiu porque conscientiza né...</p> <p>P4: Sim.</p> <p>Entrevistadora: Você pode refletir até lá com o grupo né, o retrato do seu bairro, é...então assim, tudo isso é, contribuiu pra quê, né assim, o que você pode definir como aprendizado?</p> <p>P4: Hm...uma evolução?</p> <p>Entrevistadora: Uma evolução, para você, você acha?</p> <p>P4: Sim.</p>	Contribuição para si.	Ocorreram contribuições.
4	<p>Respostas questão 9</p> <p>P4: Meu modo de pensar em relação à vida, também.</p> <p>Entrevistadora: E o que mudou com relação à vida?</p> <p>P4: Porque parece que tipo foi assim abriu os olhos para saber o que acontece na vida real, o que é a vida real, entendeu? Não é tipo um conto de fadas, tal...é que eu não sei definir né, mas...</p> <p>Entrevistadora: O que que é a vida real assim para você?</p> <p>P4:Hm...sei lá é dificuldades, os atritos, é o mercado de trabalho também, hum...como se relacionar com as pessoas também, ah eu não sei...</p> <p>Entrevistadora: Como se relacionar com as pessoas? O que que mudou assim na forma de relacionar você acha? Melhorou, piorou?</p> <p>P4: Melhorou.</p>	Contribuiu para melhorar sua forma de se relacionar com as pessoas.	

<p>Entrevistadora: Melhorou? P4: Sim. Entrevistadora: Em que que melhorou assim, você acha? P4: Sei lá, tipo antes eu era meio tipo, eu não sabia tipo, como que era a coisa certa, é que eu não sei explicar, mas eu não sabia como que fazia, como que...Ai eu não sei, eu não sei explicar. Entrevistadora: Você fala o jeito de se expressar, de colocar o que você sente, é isso? P4: Sim, melhor do que antes. Entrevistadora: E foi esse período no (<i>nome do local</i>) que contribuiu, você acha? P4: Foi, até também de controlar a minha...de ter paciência e de controlar o nervoso, até isso melhorou. Entrevistadora: E foi participando das atividades em grupo, você acha que te ajudaram? P4: Foi, nós, nós também teve sobre isso que eu falei agora, sobre nervosismo e a paciência, nós trabalhou sobre isso também né, tipo um exemplo foi uma vez, que nós pego, aí ela falou, é, aí ela pegou cada, ela pegou um, uma caixinha de uva passa e deu pa cada um colocar na boca, a uva passa, aí ela falou assim, aí ela começou ó, coloca debaixo da língua, dá uma mordidinha bem de leve mas não pode esmagar, ela falava desse jeito, aí espera um pouquinho, empurra contra, contra os dentes, tipo assim, cê ficava tipo meio, aí depois ela falou, ceis quiser pode comer ou pode cuspir, aí ela foi, cada um deu um, deu uma, vamos supor, deu...deu um feedback de como foi aquilo né, aí na minha vez eu falei, tipo deu uma ansiedade sim que quando coloca na boca já queria comer, já queria mastigar, memo que não gostava, ficava meio que ansiosa né, aí nossa foi muito legal. Entrevistadora: E aí esse, essa atividade né, esse exemplo você levou para outros aspectos da sua vida? P4: Sim, tipo, é que, aí eu não sei explicar. Entrevistadora: Você teria algum exemplo para dar, por exemplo, no trabalho, você lembra de alguma coisa que remete a essa uva passa, que você teve que ficar ali ou na sua relação com a escola... P4: Ah, lembrando, lembrando disso também, teve nessa parte aí, teve gente que acabou comendo a uva passa também, que não conseguiu segurar, foi bem tipo, ah eu não sei explicar. Entrevistadora: E aí trazendo pro</p>	
--	--

	<p>cotidiano né, porque tem essas dinâmicas, e aí trazendo para o cotidiano...</p> <p>P4: Ter mais paciência, ser, ser mais...como que é o nome...ser mais...ah eu não sei o nome, ser mais cautelosa, sabe? Sobre as, as, as circunstâncias e tipo, aconteceu alguma situação vamos supor, em vez de já se precipitar, cê pensar duas vezes, entendeu?</p> <p>Entrevistadora: Aham.</p> <p>P4: <b>Compreensiva</b>, entendeu?</p>		
	<p>Respostas questão 8</p> <p>P5: Sim, eu acho que sim.</p> <p>Entrevistadora: Que tipo de contribuição assim?</p> <p>P5: Porque era muita, muita coisa que tinha, muita notas que tinha que ser lançada no sistema, e eu acho que a maior parte do tempo que eu fiquei lá eu ajudei eles, nesse, nesse lançamento aí do, das notas.</p>	Contribuição para o trabalho da entidade.	Não ocorreram contribuições.
5	<p>Respostas questão 9</p> <p>P5: Então né, como <b>eu não tive muito contato com, com ninguém lá de ter, sei lá, o povo me passar o, o lado de, o modo de pensar, num, porque...não, não mudou em nada não.</b></p> <p>Entrevistadora: Pelo que você fala foi mais o serviço né, assim que você executou, não teve uma, você não teve tanta interação com outras pessoas, é isso?</p> <p>P5: Isso, isso.</p> <p>Entrevistadora: E tinha essa possibilidade, assim, de, desse trabalho com as pessoas?</p> <p>P5: Como assim?</p> <p>Entrevistadora: É você chegou a conhecer, você explicou né para mim, como funciona, o que eles fazem lá na instituição...</p> <p>P5: Aham...</p> <p>Entrevistadora: Mas você chegou a conhecer, por exemplo, lá o bairro onde fica né a instituição, um pouco...</p> <p>P5: Ah sim, é, o bairro lá, é porque era praticamente perto de casa, eles viram o lugar mais perto de casa...</p> <p>Entrevistadora: Aham...</p> <p>P: E é...só isso.</p>	Não houve contribuição e aponta que não teve atividade de reflexão.	
6	<p>Respostas questão 8</p> <p>P6: Pra mim? <b>Sim</b>...sim, não sei o que te falar.</p> <p>Entrevistadora: Pra você o quê que contribuiu?</p> <p>P6: Ah, que nem eu falei, <b>que eu vi que eu poderia ser uma pessoa que possa fazer</b></p>	Contribuição de forma indireta auxiliando outras pessoas.	Não ocorreram contribuições.  Responsabilização pelo ato infracional.

<p>a diferença né, de ajudar uma criança, de ajudar uma família, é legal porque eles dão café da manhã pras criança e ali no (<i>cita nome do bairro</i>) é um bairro muito...muito, muito carente, muito humilde, então eu acho legal, achei legal o trabalho, é muito interessante, eu poderia me inspira naquilo e fazer, fazer igual né, ou participar de trabalhos assim.</p> <p>Entrevistadora: Você falou que era perto de onde você morava na época né, você conhecia esse lugar antes de você ir lá cumprir a medida, ou você não conhecia?</p> <p>P6: Não, não conhecia, eu já tinha passado lá na frente mas eu achava, como tá escrito, lá eu me lembro que tá escrito é não sei o que lá espírita, aí então eu não gosto muito de espírita sabe, não tenho nada contra, respeito a religião de cada um mas eu não gosto muito, então não era algo que me chamava muito a atenção, mas o trabalho deles é super legal o que eles fazem.</p> <p>Entrevistadora: E aí fazer, cumprir o Serviço lá é mudou a sua forma de olhar pro bairro, porque você falou isso, ah as crianças eram carentes né assim, então recebeu alimentação, estar lá mudou o seu olhar pro bairro?</p> <p>P6: Ah pro bairro não, tipo assim é mais especificamente porque você vê assim que tem pessoas que se importam realmente com as outras ali, mas o bairro em si vai ter gente que ainda vai ser de mau caráter, mas não quer dizer que todos sejam de mau caráter, porque ali, querendo ou não é um bairro muito, muito complicado, ao mesmo tempo que ele é um bairro muito carente, ele é um bairro que tinha antigamente né, hoje em dia tá melhor, mas antigamente tinha muita violência, mas tá melhor, tá melhor, tá diminuindo, diminuiu muito ali no (<i>cita nome do bairro</i>).</p>		
<p>Respostas questão 9</p> <p>P6: É que nem eu falei, é eu achei muito legal porque tem pessoas que se importam com as outras, que ajudam as outras, só que nem eu falei, no meu caso eu não fui uma pessoa assim que deu muito trabalho, que nem gente que tinha que fazer que dava trabalho mesmo, fazia muita coisa errada, o meu caso foi diferente, eu já, já não era uma pessoa de dar muito trabalho, foi só por causa daquele vídeo e daquela, uma vez que eu tentei entrar na festa sendo de menor, menor de idade e deu errado.</p>	<p>Não contribuiu e associa à responsabilização pelo ato infracional.</p> <p>Pode-se fazer essa análise também a partir das respostas da P6 para todas as perguntas.</p>	

	Resposta questão 8 P7: É pra mim <b>contribuiu</b> .	Aponta que houve contribuição. Podemos apontar novamente, assim como na questão 5 e 6, que o jovem não tem a informação sobre os seus direitos, no que se refere a pegar peso, limpar. Está naturalizada a ideia de punição.	Ocorreram contribuições. Responsabilização pelo ato infracional.
7	Respostas questão 9 P7: Ah um pouco sim, eu sempre fui mais fechado com todo mundo, mas mudou sim, um pouco sim. Entrevistadora: E o que você acha que mudou assim, que que você, você falou que era fechado, você acha que você...? P7: Ah eu <b>comecei mais a conversar mais com as pessoas</b> , que eu era muito tímido, eu não conversava muito e ficava mais na minha, comecei a me abrir mais e foi isso.	Contribuição para si. Podemos apontar novamente, assim como na questão 5 e 6, que o jovem não tem a informação sobre os seus direitos, no que se refere a pegar peso, limpar. Está naturalizada a ideia de punição.	
8	Respostas questão 8 P8: Sim ajudou, é o contato com as pessoas, antes era difícil eu ter contato, também me ajudou muito até no serviço, <b>me soltar mais no serviço</b> , antes eu não tinha isso, ajudou bastante.	Contribuição para si.	Ocorreram contribuições.
	P8: Uma melhora bastante, ishi <b>melhorei bastante</b> . Entrevistadora: Você deu o exemplo né, que você fala <b>que se soltou um pouco mais</b> , que mais assim que você poderia descrever, que você acha que melhorou? P8: É por enquanto só isso assim, que eu tenho em mente né, não tenho mais assim alguma, alguma coisa pra expor para você, é só isso por enquanto.	Contribuição para si.	
<b>10 - Além do Serviço que prestou, foi oferecida alguma atividade de esporte, cultura, curso, projetos? Você realizou? Sim/Não, por quê? Se sim, hoje continua realizando essas atividades? Para o que contribuíram?</b>			<b>Respostas descritas na seção de resultados</b>
1	Questão acrescentada após a primeira entrevista	-	-
2	P 2: <b>Não</b> .	Não	
3	P3: Foi ofertado <b>somente a medida</b> .	Não	
4	P4: <b>Ofereceram</b> , só que naquele, naquele momento eu tava tentando, como eu posso dizer, eu tava tentando assimilar <b>um curso que eu tava fazendo</b> , com o <i>(nome do local suprimido para garantia de sigilo)</i> né, eu tava tentando assimilar, então eu não aceitei, eu fiquei assim fazendo o de dança. Entrevistadora: De dança? P4: Era de, como é que era, acho que era	Sim, mas já estava fazendo outro curso.	

	<p>de Hip Hop se não me engano, ou era tipo Hip Hop.</p> <p>Entrevistadora: Lá no <i>(nome do local suprimido para garantia de sigilo)</i> mesmo?</p> <p>P4: É.</p> <p>Entrevistadora: E você estava fazendo qual curso?</p> <p>P4: É que eu não lembro o nome.</p> <p>Entrevistadora: Você falou que tava fazendo um outro curso né.</p> <p>P4: Ah eu tava fazendo no <i>(nome do local suprimido para garantia de sigilo)</i> de manicure.</p> <p>Entrevistadora: E você chegou a fazer todo o curso?</p> <p>P4: Cheguei. Só que na semana de dar o certificado eu fui viajar e até hoje eu não peguei.</p>	
5	<p>P5: Não, não, porque quando eu tava fazendo o, é prestando o serviço, eu trabalhava e estudava e eu acho que por conta disso eu acho que eles não ofereceram nada.</p> <p>Entrevistadora: Você nem teria carga horária então né pra...</p> <p>P5: Isso, isso, porque eles arrumaram esse horário pra mim porque eu tava disponível, porque eu trabalhava, aí eu saía do trabalho, ia lá na parte, que era o dia que eu ia pra lá, e voltava e já ia pra escola.</p>	<p>Não, mas já estava trabalhando e estudando, não teria como encaixar outros cursos em suas atividades.</p>
6	<p>P6: Não que eu me lembre, eu acho que não.</p> <p>Entrevistadora: Você falou que você trabalhava também né, então assim, você tinha a carga horária talvez um pouco...é sem horário né, porque você trabalhava a semana toda, final de semana você ia pra lá.</p> <p>P6: Eu ia, tinha que tá lá acho que era oito horas ou nove horas da manhã, eu não lembro certinho, aí eu ficava até meio dia porque eu entrava é uma e meia no serviço ou era duas horas, não lembro, faz tempo, mas era um horário assim, era na parte da manhã, mas o, eles lá ainda fazia mais coisa, fazia doação de cesta, alimento, eu acho que eles faziam mais coisa além disso, só que eu não participei muito.</p>	<p>Não, mas jovem trabalhava, tanto que cumpriu a PSC no sábado</p>
7	<p>P7: Não.</p>	<p>Não.</p>
8	<p>P8: Então, eu tava conversando com o <i>(citou o nome do técnico)</i> eu ia fazer um curso né, mas aí eu acabei desanimando, no começo eu desanimei de fazer o curso, e fiquei só na escola, aí eu nem cabe</p>	<p>Sim.</p>

<p>indo. Era inglês eu acho.</p> <p>Entrevistadora: Vocês chegaram a ver então?</p> <p>P8: Sim, sim, chegou, chegou é cadastrar eu certinho lá, daí eu mesmo que não fui porque eu desanimei cê entendeu, tive um desanimo, falei ah eu não vou fazer porque vou estudar só, porque tava corrido também serviço, curso escola, serviço, curso, escola, eu não tava aguentando.</p>	
--	--

**APÊNDICE B – Parte 1 Questionário dados sociodemográficos**

Nome:

Data de Nascimento:

Escolaridade:

Sexo biológico: ( ) Masculino ( ) Feminino

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

Orientação Sexual ( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Bissexual ( ) Não quero declarar

Religião:

Cor ou Raça: ( ) Branco ( ) Preto ou Pardo

Situação Conjugal:

Bairro:

Região:

Número de integrantes familiares (Quantas pessoas vivem com você na sua casa? Qual a idade?)

Responsáveis familiares:

Trabalha atualmente? Em que?

Renda Familiar Total (Você tem ideia de mais ou menos qual a renda total da sua família?):

A Família está inscrita no Cadastro Único?

Benefícios e Programas sociais:

## APÊNDICE C - Parte 2: Entrevista Semiestruturada

- 1 – Em que local você cumpriu a PSC?
  - 1.1 - Você escolheu o local para o cumprimento?
- 2 – Durante quanto tempo cumpriu a PSC?
- 3 – Como você foi recebido (na instituição)?
- 4 – Quais atividades/serviços realizou durante a PSC?
  - 4.1 - Alguém explicou o que era para você fazer?
- 5 - O que você achou das atividades que realizou na instituição?  
(Dependendo da resposta do jovem). Mas boas (ou não) para que?  
Por que você acha que foram boas (ou não)?
- 6 – O que você pensa/acha sobre a medida de PSC?
- 7 - O que significou para você cumprir a medida socioeducativa de PSC?  
Teve aspectos importantes ou não?
- 8 – Você acha que os serviços que realizou na entidade contribuíram em algo? Se sim, que tipo de contribuição e para quem? (Verificar se na resposta ele percebe que contribuiu para si e/ou para o outro)
- 9 – Na sua avaliação houve alguma mudança na sua maneira de se relacionar com as pessoas e com as instituições (escola, família, participação em outras atividades coletivas) após a PSC?
- 10 - Além do Serviço que prestou, foi oferecida alguma atividade de esporte, cultura, curso, projetos? Você realizou? Sim/Não, por quê? Se sim, hoje continua realizando essas atividades? Para o que contribuíram?

## **APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada Técnico (T)**

Identificação

Função

Tempo de atuação no CREAS e na PSC

1 - Qual o fluxo da medida socioeducativa de PSC no município.

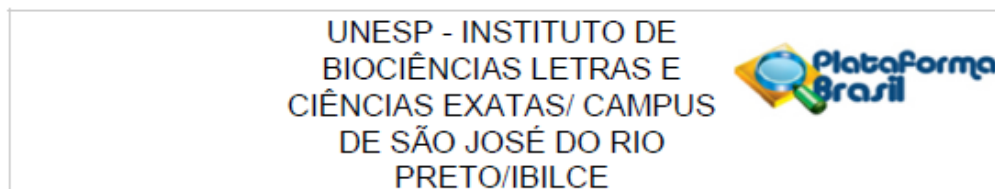
2 - As tarefas executadas possuem relação com a comunidade?

3 - Após o cumprimento da PSC é realizada alguma avaliação?

4 - Após o cumprimento da PSC é realizado acompanhamento, é feita contrarreferência?

5 - Com relação às entidades, como que ocorre o cadastramento das entidades? Como que é o fluxo para uma entidade receber o adolescente, essa relação de fazer o cadastro dela mesmo, elas serem entidades receptoras?

## ANEXO A – Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** Percepção de jovens sobre os objetivos da medida de Prestação de Serviços à Comunidade

**Pesquisador:** VANESSA GIMENEZ FERREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 38695620.1.0000.5466

**Instituição Proponente:** UNESP - CAMPUS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.421.029

#### Apresentação do Projeto:

**Título do Projeto:** "Percepção de jovens sobre os objetivos da medida de Prestação de Serviços à Comunidade" pesquisadora Vanessa Gimenez Ferreira (UNESP/IBILCE)- Mestrado, Orientadora: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz (UNESP/IBILCE). A proponente argumenta que "As medidas socioeducativas MSE) em meio aberto, dentre elas a de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) ocorre por meio de prestação de serviços às entidades, tais como escolas, projetos da rede socioassistencial e intersetorial e objetiva ressignificar valores, contribuir para o desenvolvimento do autorrespeito, da autonomia, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Deste modo, há um acompanhamento pela política de assistência social e uma relação com as entidades, que precisam utilizar de construções de cooperação e respeito mútuo para contribuir com o desenvolvimento sociomoral do adolescente, visando sua autonomia, ressignificação do ato infracional e colaboração na formação de valores e projetos de vida". Levanta a hipótese de que "os adolescentes e as equipes de acompanhamento enfrentam dificuldades para a efetivação desse direito, devido a um contexto de criminalização do adolescente que comete ato infracional, que é representado pela mídia e senso comum como pessoas perigosas e criminosas, haja vista a defesa da redução da maioridade penal por parte da sociedade". As medidas socioeducativas são as previstas quando ocorre a prática de ato

<b>Endereço:</b> CRISTOVAO COLOMBO 2265	
<b>Bairro:</b> JARDIM NAZARETH	<b>CEP:</b> 15.054-000
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO JOSE DO RIO PRETO
<b>Telefone:</b> (17)3221-2480	<b>E-mail:</b> cep.ibilce@unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE  
BIOCIÊNCIAS LETRAS E  
CIÊNCIAS EXATAS/ CAMPUS  
DE SÃO JOSÉ DO RIO  
PRETO/IBILCE



Continuação do Parecer: 4.421.029

tema da pesquisa mas ao contexto de contágio devido à pandemia ocasionada pelo coronavírus. A entrevista pode ser realizada via GoogleMeet ou WhatsApp e se ocorrer de forma presencial devemos seguir todas as medidas de segurança deliberadas pelos órgãos de saúde do município. Em caso de suspeita ou confirmação de infecção por Covid-19 a entrevista presencial não será efetivada. Havendo necessidade o participante será encaminhado para a unidade de saúde adequada".

A Carta de Anuência emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (assinada pela Sra. Patricia Lisboa Ribeiro Bemussi) está adequada

**Recomendações:**

Não há outras recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

APROVADO, sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião ordinária de 24 de novembro de 2020, deliberou, por unanimidade, pela aprovação da emenda apresentada.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1663449_E1.pdf	12/11/2020 21:06:15		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoAssentimentoAdolescentes.doc	12/11/2020 21:03:19	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLTEcnicos.doc	12/11/2020 21:03:08	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpaisEresponsaveis.doc	12/11/2020 21:02:53	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLEmaioresdeldade.doc	12/11/2020 21:02:32	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito

Endereço: CRISTOVAO COLOMBO 2265  
Bairro: JARDIM NAZARETH CEP: 15.054-000  
UF: SP Município: SAO JOSE DO RIO PRETO  
Telefone: (17)3221-2480 E-mail: cep.ibilce@unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE  
BIOCIÊNCIAS LETRAS E  
CIÊNCIAS EXATAS/ CAMPUS  
DE SÃO JOSÉ DO RIO  
PRETO/IBILCE



Continuação do Parecer: 4.421.029

Ausência	TCLemaioresdeldade.doc	12/11/2020 21:02:32	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	28/09/2020 15:51:44	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	24/09/2020 23:29:42	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa.pdf	24/09/2020 23:29:17	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
Outros	MetodologiaDetalhada.pdf	24/09/2020 23:28:29	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
Outros	AnuenciaSecretariaMunicipalAssistencia Social.pdf	24/09/2020 21:58:56	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito
Outros	CartaAnuenciaJuizInfanciaJuventude.pdf	24/09/2020 21:58:22	VANESSA GIMENEZ FERREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO JOSE DO RIO PRETO, 25 de Novembro de 2020

---

Assinado por:  
Andrea Carla da Silva Barretto  
(Coordenador(a))